DUÍLIO RAMOS

EDIÇÃO SARAIVA

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

castro

R 14 (2)

POESIA BRASILEIRA PARA A INFÂNCIA

de CASSIANO NUNES e MÁRIO DA SILVA BRITO

★

Reunindo poemas de 61 poetas, desde os românticos aos modernos, e contendo notas biográficas dos autores selecionados, além de belas ilustrações de Nico Rosso, a Saraiva S. A. publicou "Poesia Brasileira Para a Infância", de Cassiano Nunes e Mário da Silva Brito, obra que mereceu a melhor acolhida da crítica e que tem sido destacada como de grande interêsse para os professôres, cuja missão é também difundir as belas letras nacionais.

Assim se manifestaram, entre outros, os seguintes críticos a propósito desta inovadora antologia:

"... constitui algo de revolucionário em nossa literatura didática."

BRITO BROCA

★

"... o menos que se pode dizer desta antologia é que já se torna clássica no gênero."

ROLMES BARBOSA

★

"É um livro, e não tenhamos a menor dúvida, a ser adotado como peça imprescindível no material escolar. Será impossível compreender-se a escola, a escola brasileira em funcionamento certo, sem o seu emprêgo cotidiano."

ADONIAS FILHO

★

"Estudo pioneiro de poesia infantil, abre esta antologia um fecundo campo de pesquisa que poderá modificar bàsica-

A BRASIL
de Reembôlso Postal
rão de Itapetininga, 99
lefone 36-0671 - S. Paulo

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Ana Maria Camargo

LEMAD História USP

Saraiva S/A LIVREIROS EDITÔRES

Departamento Editorial: Rua Fortaleza, 53 — Fone, 32-1149
Oficinas Gráficas: Rua Sampson, 265 — Fone, 93-3244
Varejo: LIVRARIA ACADÊMICA — Praça Ouvidor Pacheco e Silva, 28 — Fones: 32-1296 e 32-0619 — Caixa Postal, 2362
End. Teleg.: *Acadêmica* — SÃO PAULO

DUÍLIO RAMOS

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Para o 1.º ano da Escola Normal (Curso de formação profissional do professor), de acôrdo com o programa oficial expedido pelo Dr. Diretor-Geral do Departamento de Educação, pela Portaria n.º 42, de 30 de junho de 1960, Comunicado n.º 16-B, de 12 de abril de 1960, da mesma autoridade e o Comunicado n.º 55, de 5 de julho de 1960, do Sr. Chefe do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo.

3.ª EDIÇÃO
(Refundida)

Edição Saraiva
S. Paulo
1961

ÍNDICE

Programa IX
Duas palavras XI

I — NO LIMIAR

CAPÍTULO — PÁGINA

I a) Sentido da Civilização Brasileira 1
II b) Raízes de nossa civilização 5

II — TRABALHOS LUSITANOS

III a) Papel de Portugal no ciclo das grandes navegações ... 9
IV b) O caminho marítimo para as Índias 12
V c) Descobrimento do Brasil 16

III — POVOAMENTO

VI a) Início do povoamento 20
VII b) Capitanias 25
VIII c) Govêrno-Geral 30

IV — O HOMEM

IX a) O povoador português 35
X b) O indígena 40
XI c) O elemento africano 46

V — A ETNIA BRASILEIRA

XII a) A mestiçagem 53
XIII b) Miscigenação e cultura 57
XIV c) Realizações 63

VI — A SOCIEDADE PATRIARCAL

CAPÍTULO — PÁGINA

XV a) Condições materiais 69
XVI b) Vida econômica 74
XVII c) A estrutura 79
XVIII d) O elemento moral — os jesuítas 83

VII — A CONQUISTA DA TERRA

XIX a) As estradas do sal 87
XX b) A Amazônia 92
XXI c) A ação do Planalto 97
XXII d) A vida no Planalto 101
XXIII e) A expansão paulista 106
XXIV f) Em busca do ouro 111
XXV g) A ilha da riqueza 116

VIII — O SENTIMENTO NACIONAL

XXVI O nativismo 122

IX — NOVOS RUMOS

XXVII a) Libertação econômica 127
XXVIII b) A paisagem social 131
XXIX c) Regime político 138
XXX d) A grande lavoura 143
XXXI e) A sociedade. — A aristocracia do café 149
XXXII f) O trabalho. — A imigração 154

X — A REPÚBLICA

XXXIII a) Nova fase de vida 159
XXXIV b) O industrialismo 165
XXXV c) O urbanismo 170

XI — O BRASIL CONTEMPORÂNEO

XXXVI a) A sociedade e a cultura 174
XXXVII b) A transformação 179
XXXVIII c) Transplantação cultural 183
XXXIX d) O Brasil na América 187
XL e) O Brasil e o mundo 193
Bibliografia 199

PROGRAMA

De História da Civilização Brasileira para a 1.ª série da Escola Normal. Portaria n.º 42, de 30 de junho de 1960, do Sr. Dr. Diretor-Geral do Departamento de Educação, Comunicado 16-B, de 12 de abril de 1960, da mesma autoridade e Comunicado n.º 55, de 5 de julho de 1960, do Sr. Chefe do Ensino Secundário e Normal.

I. *Portugal: papel no ciclo das grandes navegações. O caminho marítimo para as Índias. O descobrimento do Brasil.*

II. *Primórdios do povoamento. O pau-brasil. Primeiros núcleos. O regime das Capitanias e do Govêrno-Geral.*

III. *O povoador português.*

IV. *O indígena.*

V. *O elemento africano.*

VI. *A etnia brasileira como resultante de contactos raciais e culturais; miscigenação e aculturação.*

VII. *O Nordeste: desenvolvimento social. A monocultura açucareira e a sociedade patriarcal escravocrata.*

VIII. *O jesuíta.*

IX. *A criação do gado: a expansão geográfica. Importância econômico-social.*

X. *O Planalto: situação econômico-social. O apresamento e a mineração. Nativismo.*

XI. *O Planalto (Continuação): desenvolvimento da economia cafeeira e suas conseqüências. Aristocracia do café. Imigração.*

XII. *A República. Industrialização e urbanização.*

XIII. *O Brasil contemporâneo: diversidades de aspectos sociais e culturais.*

DUAS PALAVRAS

Foi dada nova redação a êste trabalho em virtude das alterações há pouco introduzidas no programa da Escola Normal a cujo curso êle se destina.

O programa oficial é sintético, enumera apenas os tópicos da matéria a ser lecionada em um ano, que é quanto dura, na Escola Normal, o estudo da História da Civilização Brasileira. Cada tópico teve que ser desdobrado em seus elementos constitutivos. E todos ligados entre si para formar um conjunto harmônico. Daí a divisão em capítulos.

Tôdas as outras questões históricas, relacionadas com a matéria em pauta, foram afastadas dêste manual porque o programa a elas não se referiu.

Meu não é êste livro. Pertence êle aos autores cujos nomes constam da bibliografia. Meu trabalho foi ùnicamente o de colhêr naqueles mestres o que de mais interessante e útil ali encontrei para presentear aos que se iniciam no curso de formação profissional do professor.

Recentes estudos alemães de psicologia chegaram à conclusão de que o livro único despersonaliza o indivíduo. Veja-se, sôbre o assunto, o artigo do Prof. Mira y Lopes na Fôlha de São Paulo, *de 2 de outubro de 1960. Seria êsse um dos motivos pelos quais professôres de História adotam no ensino os trabalhos de pesquisas?*

Para facilitar a pesquisa escolar êste livro traz citação de alguns autores cujas obras podem ser compulsadas juntamente com as preconizadas pelos docentes regentes de classes. As citações são para os pontos aludidos, pois êsses mesmos autores, muitas vêzes não os citaria para outras passagens da História, dada minha formação católica. Quando as citações do texto não se repetirem na bi-

bliografia, não foram de minha pesquisa mas referências dos autores que consultei.

Finalmente quero deixar consignado aqui o meu mais profundo agradecimento aos colegas que, em suas classes, adotaram as outras edições dêste livro. Com êsse procedimento incentivaram meus estudos, levando-me, ao que parece, a fazer neste livro melhor trabalho que no anterior.

Capítulo I

NO LIMIAR

A — Sentido da civilização brasileira

A civilização brasileira apresenta, no seu espírito e na sua simplicidade, um sentido ecumênico.

- Civilização
  - Preliminares
    1. O que é
    2. Como atingi-la
  - A nossa
    3. O colonizador
    4. Sentido

1. Civilização quer dizer progresso. Progresso material e não material. Consiste o progresso em "ter sido suavizada a luta pela subsistência". Implica, pois, o aparecimento de melhores condições de vida. Condições materiais e espirituais. Melhores moradias, melhores alimentos, melhores agasalhos — elementos da vida material. Melhor ambiente moral — base da vida espiritual.

Isso tudo conseguimos nos quatro séculos já decorridos de nossa existência. Cabral encontrou aqui uma floresta virgem habitada por tribos selvagens. Hoje o Brasil é uma nação que se equipara às mais adiantadas do mundo tanto nas suas condições materiais como nas outras. Agricultura e indústria, ciência e arte, vida social e política, são de elevado teor. Como negar progresso a um povo que tanto conseguiu em tão pequeno espaço de tempo?

Certo não atingimos a perfeição nem somos das maiores potências mundiais. Mas temos os meios necessários para chegar ao

grau a que atingiram os mais adiantados grupos humanos. Para conseguir o que nos falta é preciso "a predominância da razão sôbre a natureza e o homem da maneira mais justa e generalizada possível". Isto já obtivemos no passado e havemos de conseguir ainda no presente e no futuro. Predominância sôbre a natureza alcançamos dominando as suas fôrças; predominância sôbre o homem também obtivemos "não permitindo que empregassem uns contra os outros poder que as fôrças da natureza lhes conferiram".

Durante muito tempo uma parte da população não se enquadrou nessa disposição. Um grupo humano escravizou outro. Mas êsse crime teve sempre a repulsa das pessoas bem avisadas. Os protestos sempre surgiram e, com o tempo, aumentaram de intensidade. Um dia chegaram às câmaras legislativas e ao trono do Imperador. Foi, então, feita a abolição dessa mancha que nos envergonhava diante do mundo civilizado. Por isso o panorama que exibimos é o de uma civilização adiantada, com rumos definidos e em pleno desenvolvimento, e não uma cultura melancólica em decomposição.

2. O desenvolvimento da civilização "baseia-se no fato de os princípios estabelecidos pela razão entrarem no embate com a realidade" e agirem nela.

Assim sendo, os colonizadores precisariam, portanto, de duas coisas: conhecer os princípios estabelecidos pela razão e as evidências da realidade onde devessem operar, no caso vertente a terra e o homem do Brasil. Os princípios da razão são os de bom senso, isto é, aquêles que temos por bons, por úteis, por justos. Nada disso faltava ao colonizador português do século XVI — homens esclarecidos que puderam realizar a epopéia dos grandes descobrimentos. Com relação à realidade brasileira êles encontrariam dois elementos — a floresta e o selvagem. Oportunidade para conhecer a floresta tiveram êles nas investidas pela África. Restava o indígena. Dêste êles se acercaram cautelosamente e lhe desvendaram as idéias e os sentimentos. Conseguiram então tudo de quanto precisavam para a obra. Iniciaram o trabalho e realizaram o que sabemos.

3. Devemos, portanto, aos colonizadores lusitanos, ao homem português do século XVI, a vitória de nossa civilização. Encontramos nêle o pensamento que o guiou para o seu triunfo. Na sua maioria, os lusos que vieram para o Brasil não saíram das massas trabalhadoras, fidalgos foram, principalmente os donatários das capitanias e os senhores do engenho. (Com relação a êste assunto — trabalhadores e fidalgos, há estudo pró e contra, no capítulo IX onde se examina "O Povoador Português"). Eram pobres, talvez, não sofriam de estafa — o inimigo mais intransigente do pensar, do fator do progresso. Não eram espíritos dispersivos, tinham meta segura para o esfôrço e dêle não recuavam à toa. Não eram incapazes de concentração — a fonte das boas idéias. Não eram vazios, tinham uma segunda natureza revelada por trabalhos já postos por obra. E a reflexão levou-os ao humanismo cristão, a ver no próximo um outro eu seu, para ajudá-lo a viver e viver bem. Eis porque a nossa civilização tomou um cunho inteiramente diverso de outras civilizações — porque a realizou um homem diferente dos outros homens.

4. Notaram, cronistas nacionais e estrangeiros que aqui estiveram no período colonial, que as portas do Brasil sempre estiveram abertas a tôda gente. Homens e idéias de todo o mundo aqui viveram lado a lado. As naus que iam ao Oriente de lá traziam pessoas e coisas. Chineses, indianos, árabes com freqüência desciam em nossos portos e para cá carreavam sentimentos, idéias, tradições de seus e de outros povos daquelas regiões longínquas. Comungando conosco aqui sempre viveram europeus de leste e do oeste, do sul, do norte e do centro. Africanos, em massa, povoaram nossa terra.

Uma rápida incursão no terreno das idéias nos mostraria que nossa religião veio da Palestina, nosso direito foi forjado em Roma, nossa filosofia saiu da França, nossas idéias políticas vieram da Inglaterra e dos Estados-Unidos. E nossa arte, nossa música?

Um episódio mostrará melhor o que queremos exprimir. O viajante francês Pyrard de Laval conta que, passando um dia pela cidade do Salvador, na Bahia, "todo gabola e vestido de sêda" foi chamado pela criada de certa dama ilustre que lhe queria falar.

E dela recebeu de presente um chapéu novo de lã de Espanha. Isso o levou a pensar e dizer que as mulheres, no Brasil, gostavam mais dos estrangeiros que de seus próprios compatriotas. Evidente o exagêro. Mas é uma prova de que o ambiente aqui encontrado pelos estranhos era por demais amável.

Acolhemos sempre com benevolência os estrangeiros, seus sentimentos e suas idéias. Eis porque nossa civilização tem um sentido diverso das outras, um sentido ecumênico.

Os espanhóis tinham "aversão ao elemento estrangeiro". Os puritanos da América do Norte, ao chegarem aqui fecharam "a cara, o corpo, a alma, a tudo que fôsse elemento estranho, exótico, diferente e que pudesse comprometer sua integridade européia".

Capítulo II

NO LIMIAR

B — Raízes de nossa civilização

A história da civilização brasileira é a identificação das fôrças que impulsionaram os homens na construção da nação brasileira. Nêle as alterações somáticas, em virtude da miscigenação, correm parelhas com as alterações culturais.

Cosmopolitismo	Elementos	1. Pré-históricos 2. Históricos
	Evolução	3. A vida 4. A revolução

1. A heterogeneidade étnica e cultural do povo português vem da mais alta antigüidade. Da era paleolítica não se tem conhecimento preciso para dizer se seus elementos vieram da África ou pertencem à Europa. Há quem admita a origem européia. Mas do paleolítico superior restam na Europa fundos traços africanos, o que levou os antropologistas a supor profundas invasões africanas no continente. "No período neo-neolítico e neolítico continua na península o intenso contato entre a Europa e a África." A idade do bronze é considerada de estagnação. A gente da península fica por séculos livre da infiltração de estranhos, seu tipo étnico vai-se definindo e sua cultura estabilizando-se.

Chegam depois gregos e cartagineses no sul e celtas no norte os quais vêm dar novo colorido ao povo. A cultura tem então

duas formas: a do norte, de influência céltica e a do sul, de características mediterrâneas.

2. Já então se iniciam os tempos históricos. E chegam os romanos. A influência romana foi sensível na economia e na política. "E fêz-se acompanhar de influência notável sôbre a cultura moral." A população foi dominada mas não esmagada.

Mais tempo e vieram as invasões alamanas, vândalas e dos suevos. Foi a primeira onda de povos orientais que entrou na península. Seguiu-se, sem duro esfôrço, a "dominação visigótica de três séculos".

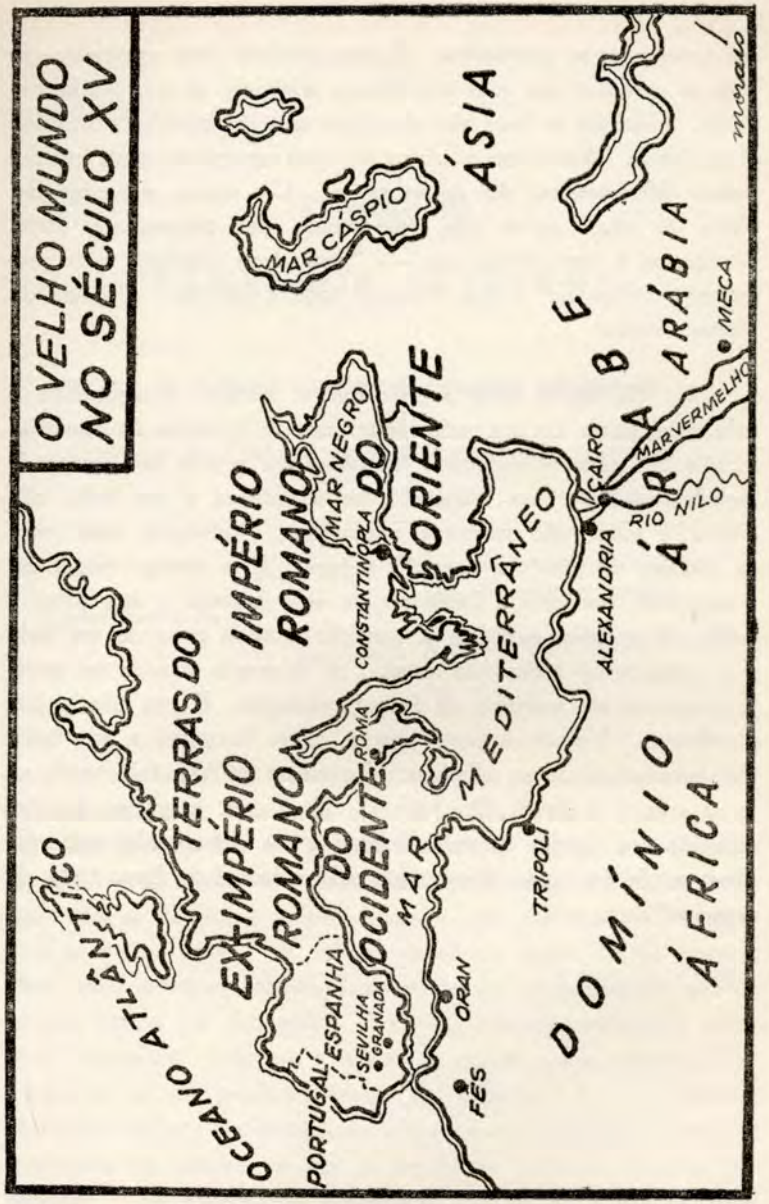
E aconteceu coisa nova: em religião foram os invasores que se submeteram ao credo dominante dos romanos.

Segue-se nova onda. Agora são os mouros que invadem a península. Êles demoram ali, mas são, por fim, vencidos e os prisioneiros escravizados. Mas a influência sarracena fica indelével no elemento físico e cultural do luso.

Até hoje não se livrou o povo português da infiltração de elementos estrangeiros.

O português é um povo cosmopolita. Uma vez por outra a influência estrangeira pode ter sido atenuada, nunca, porém, paralisada. Êsse cosmopolitismo deu-se em virtude de vários fatôres. Primeiro pela posição geográfica de Portugal. Não é preciso ser portador de um cego determinismo geográfico para compreendê-lo. Outro, a evolução a que teve de submeter-se e que veremos a seguir.

3. Desde remotos tempos a Lusitânia se apresentou como região de passagem, principalmente a sua zona litorânea. Ali se encontravam muitos portos então propícios à navegação da época (hoje tudo mudou). E eram êles muito freqüentados. Do Mediterrâneo as correntes que se dirigiam para o Atlântico norte passavam por Portugal; do norte as Cruzadas, que iam à Palestina, passavam por ali em demanda do sul. E a Lusitânia dava acolhida a todos os que passavam e por vêzes demoravam tempos em suas terras. Dêsses grupos humanos muitos se destacaram e não mais



Êste é o mundo de que tinham conhecimento os homens civilizados da Europa antes do descobrimento da América

deixaram a terra portuguêsa. A hospitalidade lusa agasalhou tão bem os estranhos que com saudades a deixavam os que precisavam partir. Ganham os lusos não só amigos mas colaboradores materiais e espirituais. Aprendem a comerciar, mas aprendem muito mais a pensar diferentemente dos outros povos. Um exame minucioso das idéias do tempo revela que, pelo menos, dois pensamentos fortes dominaram a comunidade lusa — "nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis". Em Portugal tudo é relativo. Produto do cosmopolitismo.

4. No século XIV o povo que se iniciara na agricultura e nela vivia, passa, em sua maior parte, para os trabalhos do comércio. E nêle boa parte se enriquece. Forma-se aos poucos uma burguesia endinheirada. A casa reinante, com a nobreza a seu lado, não amava a terra, não mostrava patriotismo. Voltava-se mais para os inimigos do país que para êle próprio. E o inimigo visível era o espanhol, que queria implantar no solo lusitano a sua fôrça e poder. Era, pois, completa a oposição entre o povo de um lado e a coroa e os nobres de outro. A burguesia uniu-se ao povo. E formou-se um ambiente de franca revolução. E esta não tardou a rebentar. Venceu o povo com a classe burguesa a seu lado. Colaboraram as ordens religiosas. E o mestre de Aviz foi elevado ao trono com o título de D. João I. E a nova casa reinante deu espansão aos desejos do povo, iniciou a era dos grandes empreendimentos de há muito pressentidos pela comunidade lusa, fruto do cosmopolitismo.

Capítulo III

TRABALHOS LUSITANOS

A — Papel de Portugal no ciclo das grandes navegações

Precursor foi Portugal na grande arremetida oceânica.

- A grande navegação
  - Primórdios
    1. O avanço da ciência
    2. O comércio europeu
  - O acontecimento
    3. O cosmopolitismo luso
    4. O papel de Portugal

1. Povoada, em sua grande maioria, pelos descendentes dos orientais, aos quais os romanos chamaram bárbaros, a Europa cristã apresentava, no século XIV, uma civilização inferior à dos árabes no seu aspecto geral. Os muçulmanos levaram para aquelas paragens não só a ciência própria como a que obtiveram do contato com os outros povos. A própria sabedoria grega, levada para a Ásia pelos invasores helenos, fazia parte dos conhecimentos que os mouros tinham por bagagem. E a cultura árabe espandiu-se pelas terras européias. Rapazes e môças de muitos países europeus freqüentaram as universidades árabes da Espanha. E as aquisições científicas abriram aos homens do tempo os mais dilatados horizontes justamente na ocasião em que as repúblicas italianas entravam em declínio. "As experiências econômicas com as aquisições oriundas da cultura matemática islâmica permitiram o aparecimento de novos meios capazes de facilitar a vida."

2. O comércio europeu tinha mudado de zona, havia deixado o Mediterrâneo para se exercer no Atlântico norte. Trocou a Itália pela Alemanha mas por pouco tempo, eis que logo foi florescer nos Países Baixos e na Inglaterra. Os flamengos e os inglêses dentro em breve se impuseram nas zonas consumidoras e na dos mercados distribuidores da Ibéria. A França vivia para o protecionismo. A passagem do comércio do Mediterrâneo para o Atlântico norte desenvolveu a navegação. Expulsos os mouros da Espanha, o mar interior tornou-se cristão e os espanhóis soltaram no mar seus barcos ligeiros. Era uma fôrça nova, cheia de entusiasmo, que vinha velejar ao lado das antigas. E com elas incrementar o comércio externo na Europa cristã.

3. Colocado no extremo ocidental do continente, em zona de passagem obrigatória dos que navegavam, Portugal não só tomou parte nesse movimento como nêle teve papel de relêvo. Suas cidades marítimas são então foco de mercancia. Mas não é só, Portugal não vai contra os estrangeiros. Todos os que chegam a seus portos são ali recebidos com simpatia. E até prosperam na terra portuguêsa. Seu cosmopolitismo torna-se conhecido por tôda a parte, e mais estranhos afluem à terra lusa. Agora não são sòmente marítimos e negociantes mas gente de tôdas as classes, inclusive sábios e cientistas que se agasalham sob a bandeira lusa onde há liberdade de ação e de pensamento.

4. Mas a hospedagem lusa não só agasalha como protege os estranhos. Há leis reais concedendo-lhes auxílios e vantagens.

Foi nesse ambiente que o Infante D. Henrique viveu e concebeu a grande emprêsa da conquista da Índia. E foi com o pessoal que conheceu na época que obteve os colaboradores de que necessitava para a grande arremetida oceânica. Pôde assim, no promontório de Sagres, ao sul de Portugal, criar uma escola de navegação, escola original e única, onde os mestres eram ao mesmo tempo discípulos, pois tomavam parte nas descobertas que todos iam realizando. Trabalhavam lado a lado. A meta a alcançar era o mar alto ao qual ninguém ainda se aventurara.

A escola criou a matéria teórica. Todos se puseram a verificar seus postulados e a corrigir seus erros. Anos sem conta levaram para atingir seus objetivos. Aos poucos conseguiram vencer os obstáculos que se antepuseram aos seus desejos. Mas afinal triunfaram.

É bem certo que a maior descoberta da grande navegação — a do Novo Mundo, não foi realizada pelos lusitanos. Mas o feito de Colombo foi uma aventura sem conhecimentos básicos. Por sorte êle chegou à América. O trabalho dos portuguêses — a chegada à Índia, foi o resultado de um trabalho meticuloso e árduo, com base científica. Por isso a história os aponta como os pioneiros da grande navegação. Criaram êles a ciência que guiou o homem para o alto mar e o que descobriram puseram por obra com tenacidade e coragem.

Capítulo IV

TRABALHOS LUSITANOS

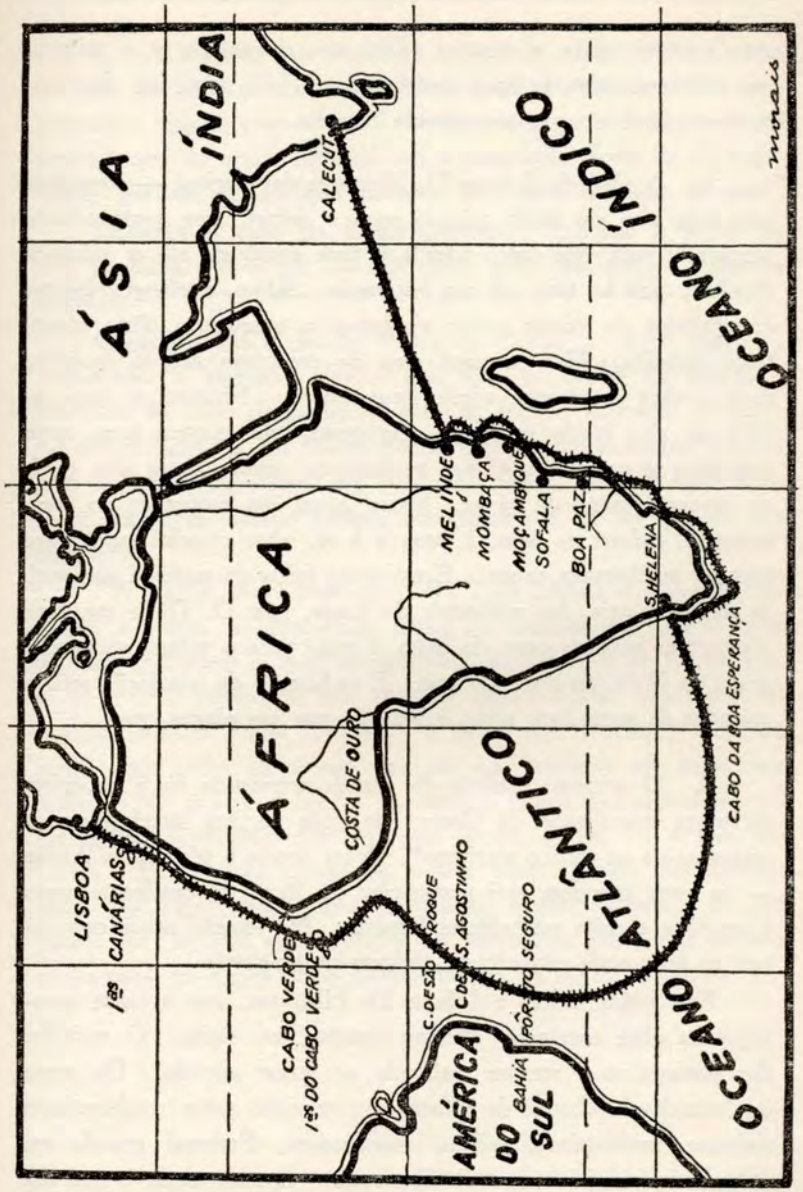
B — O caminho marítimo para as Índias

"O Infante D. Henrique não foi o representante de uma raça nórdica e superior enxertada em rude tronco lusitano pelo acaso das circunstâncias políticas (era inglêsa sua mãe), mas o têrmo de uma larga evolução local, e representante duma nação essencialmente marítima a encarnar as tendências expancionistas da Cristandade, quer as do tráfico cosmopolita, quer as da religião." Jaime Cortesão.

- A obra gigantesca
  - Os lusos
    1. Seu símbolo
    2. O trabalho
  - O caminho das Índias
    3. Primórdios
    4. A grande arremetida

1. O século XV representa para a civilização ocidental um marco decisivo. Depois dêle tudo é novo.

Durante êsse século foi que, em Sagres, se elaborou com todo o povo português a grande obra que imortalizou Portugal. Edificou-a o Infante D. Henrique, curiosa personalidade de larga visão que, com seu saber e coragem, criou uma obra que até hoje assombra o mundo. Foi dentro dêsse raciocínio metódico que preparou todo o necessário para o êxito da emprêsa que tinha em mente. Suas perspectivas eram remotas, pretendia não cuidar do tempo,



Provável direção da viagem de Vasco da Gama de Lisboa a Calecute, segundo Elaine Souceau. Quase a mesma rota seguiu Pedro Álvares Cabral, substituto do Gama na conquista da Índia.

mas construir para o futuro. Daí sua serenidade e o mistério que envolveu tôdas as suas descobertas. Tudo para, um dia, presentear o mundo com uma grande surprêsa.

2. A obra do Infante D. Henrique foi original — caminhar pelo mar alto em navio próprio para o mister, com gente adrede preparada para êsse fim. Desde a base científica até os mínimos detalhes, tudo foi feito sob sua inspiração. Sábios, astrólogos, físicos, cosmógrafos de vários países ajudaram a construção dêsse gigantesco trabalho. Mas no povo luso êle encontrou não só incentivo para a obra como uma ajuda insubstituível. Fizeram os lusos as naus de alto bordo possuindo, em geral, três mastros bem como mastaréus e cestas de gávea, verdadeiros cestos dentro dos quais se ferrava o pano de gávea. Muito largas em proporção ao comprimento, tinham as naus, à proa e à ré, altos castelos cuja parte superior se chamava capitel. Eram tôdas feitas de material nacional. A madeira seria dos pinheirais de Leria, que D. Diniz mandara plantar; as amarras eram de linho, o pano para o velame sairia das terras da Maia, no norte do país. E os homens da tripulação seriam oriundos da gente livre afeita à vida do mar nas plagas lusas.

3. O primeiro episódio da grande arremetida foi a conquista da praça muçulmana de Ceuta "de onde partiam interferências e perturbações ao tráfico marítimo". Vem depois o périplo da África — os lusos estendem suas navegações em tôrno do continente negro e por tôda a costa estabelecem feitorias. Na terceira etapa conquistam as ilhas onde estabelecem colônias de plantação.

Era 1460, falece o Infante D. Henrique, mas a coroa prossegue na obra encetada. Sempre, porém, sob sigilo. O trabalho dos portuguêses é sempre realizado no maior segrêdo. De posse de formidável cabedal de informações trazidas pelos colaboradores italianos, maiorquinos, judeus, muçulmanos, Portugal guarda em cofre inviolável jóias do mais alto valor. E mais ainda o que sua experiência adquiriu de moto próprio. E isso para que não caia nas mãos dos concorrentes comerciais.

4. A segunda fase seguiu-se à primeira. Em 1471 chegam os lusos às ilhas do Equador. Em 1487 Bartolomeu Dias empreende a viagem para o sul do continente negro. É êle o último representante do grupo formado sob a orientação direta de D. Henrique, "homens de condição modesta, dedicados às coisas do mar".

Dobra-se o cabo da Boa-Esperança. Entra-se a seguir no mar da Índia. É o fim — está quase todo conhecido o desejado caminho.

Chegou afinal o dia de Vasco da Gama, o "forte capitão", empreender a arrojada viagem que fôra o "sonho do Infante". Partindo do Tejo dirigiu-se êle para as Índias, vencendo as maiores dificuldades de um roteiro nunca dantes completamente vencido pelo homem. Percorreu, em pequenos navios, tôda a costa africana, entrou no oceano Índico, atravessou-o e foi ter à zona das especiarias.

"A viagem aventurosa do Gama", de Lisboa a Calecute, segundo a lemos na desornada prosa de Castanheda, nas *Lendas* de Gaspar Correia e, mais aprimorada, nas *Décadas* de Barros era, já de si uma epopéia, no que tinha de extraordinário, quase raiando a sôbre-humano", mas Camões, "o gênio sem ventura", cantou-a melhor que todos na mesma lira em que lembrou seu amor sem brilho. No poema *Lusíadas* a maviosa língua portuguêsa adquiriu brilho excepcional dizendo, com fervor, o que foi o feito do Gama. E enquanto houver no mundo quem dedilhe essa "sanfoninha do Tejo", essa "flor do Lácio, inculta e bela", os dez cantos dos *Lusíadas* serão ouvidos em meigo tom, tanto nêle brilham os encantos da língua como os esplendores da obra do Gama.

Capítulo V

TRABALHOS LUSITANOS

C — Descobrimento do Brasil

"... se o paraíso terreal existe em alguma parte da terra, não deve ser longe dali." Américo Vespuci.

- A viagem
  - De Cabral
    1. Sentido
    2. Finalidade
  - A revelação
    3. O acontecimento
    4. O motivo

1. A viagem do Gama foi o final de pertinaz esfôrço para atingir uma meta de há muito sonhada — a Índia. A viagem de Cabral foi a primeira colheita da emprêsa. O descobrimento do Brasil foi mero episódio na memorável travessia oceânica.

O que caracteriza a Idade Moderna é o desenvolvimento mercantil — o alargamento da área geográfica e o aumento do volume das trocas. Para realizar êsse trabalho surgiu a burguesia. Em Portugal essa classe ascendeu dando ao reino fôrças seguras para entrar na competição em que se empenhavam os outros povos da Europa. Não foi, pois, mera improvisação, sonho visionário, ou arrancada de puro heroísmo, o que os lusos fizeram até chegar a Calecute.

O ingresso de Portugal na Idade Moderna foi-lhe dado, em parte, por êsse grupo mercantil. E Cabral foi então, após o Gama, consolidar os fatos. Êste o sentido de sua viagem.

E para completar o feito da Índia devia surgir o Brasil. Foi, pois, intencional o seu descobrimento.

As quatro hipóteses encontradas para explicar o acaso — a tempestade, a corrente marítima, o desvio da agulha e as aves, não têm consistência.

Nenhuma tempestade desviou Cabral. Os cronistas da época, inclusive Caminha, não fazem disso a menor menção.

A corrente marítima que passa pelas costas do Brasil, vindo do Equador, levariam Cabral à curva do Nordeste nunca à região de Pôrto Seguro. O Atlas Hidrográfico do Almirantado Britânico, o mais perfeito e minucioso conhecido, dá disso a prova mais cabal.

A bússola, no Equador, sofre variações. Poderia êsse fato ter tirado Cabral de sua rota normal para enviá-lo a outra direção, isto é, ao caminho da terra desconhecida. Mas os desvios da chamada agulha-de-marear já eram conhecidos naquele tempo. O livro de João Lisboa, intitulado *Tratado da Agulha-de-Marear*, estava nas mãos de todos os que iam para o oceano. Não seria Cabral desconhecedor dêle.

Finalmente Cabral poderia ter sido desviado pelo vôo das aves que são vistas no mar pelas alturas em que andou sua frota, nas costas africanas. Mas Revenst, que estudou êsse assunto, demonstrou com clareza que essas aves não são mais que andorinhas norte-americanas que vão invernar na África. Se elas pudessem desviar alguém de seu caminho seria para levá-lo aos Estados-Unidos, nunca ao Brasil.

2. "As injunções de luta contra os mouros exigiram o concurso dos cruzados e das grandes ordens religiosas." Ao terminar a contenda contra os árabes pela vitória dos portuguêses sôbre os mouros o poder público tinha a seu lado grupos populares aos quais êle conferiu direitos e a grande classe mercantil burguesa, isto é, a grande maioria da nação. E todos prestigiaram os desejos do Infante D. Henrique de criar a grande navegação. O Infante teve a iniciativa mas o grupo financeiro o ajudou com o numerário, e o

resto do povo com o trabalho útil, necessário a pôr por obra a emprêsa.

Realizadas as pesquisas e descoberto o caminho na sua quase totalidade, saiu Vasco da Gama para alcançar Calecute, o que realizou com êxito. Para consolidar êsse trabalho foi enviado Cabral. Com Pedro Álvares foram particulares, como não podia deixar de ir, particulares êstes atuantes que foram em prol da emprêsa, agora não mais um sonho, mas uma gloriosa realidade.

A finalidade, pois, da viagem de Cabral foi assegurar os interêsses lusos que o Gama deixara bem postos em Calecute. Com êle, como já ficou dito, seguiram particulares que se interessaram diretamente pelo comércio com a Índia.

3. Nove de março de 1500. "Na Ermida do Restelo, em Santa Maria de Belém, acabava de ser rezada missa pontifical, com a presença de D. Manuel e tôda a côrte portuguêsa. Ao lado do rei estava D. Pedro Álvares Cabral, Senhor de Belmonte, alcaide de Azurara e capitão-mor da frota que balouçava, embandeirada, nas águas do Tejo."

Com a bandeira à frente, frades com relíquias e cruzes, cantando orações, em procissão, dirigiram-se todos à praia de embarque onde se despediram os viajantes, do rei e do povo tomando lugar na frota. "Eram treze velas: dez naus e três navios menores, com 1200 homens de tripulação." O cronista João de Barros disse que "era a mais formosa e poderosa armada que até aquêle tempo para tão longos rumos partira".

O povo de Lisboa correu todo para ver o espetáculo, muitos por curiosidade mas a maioria pela esperança de novas alegrias que julgavam ir buscar tão luzida armada.

Passados 43 dias, a 22 de março, avistaram terra nova e nela aportaram.

O que se passou daí por diante todos sabem. Cabral tomou posse, pôs-lhe o nome de Ilha de Vera Cruz, e o escrivão da armada, Pero Vaz de Caminha, escreveu uma carta ao rei dando conta do achado e fazendo um relatório do que vira aqui.

De posse dos dados oferecidos, o Rei D. Manuel levou o fato ao conhecimento dos demais países da Europa.

4. Dois motivos, ao que parece, levaram o rei a esta declaração: a impossibilidade de escondê-la por mais tempo; a certeza de seus direitos sôbre o achado.

A terra já era conhecida da côrte lusa. É o próprio rei quem o declara. Escrevendo a seus primos, os reis de Espanha, D. Manuel dá a notícia da descoberta e, a certa altura da carta, escreve: "... llegoa a una tierra que nuevamiente descobriu".

Dir-se-á que era a primeira vez que Cabral se dirigia para aquêles pontos. Como poderia conhecê-los? Iam com êle pelo menos três pessoas conhecedoras do rumo: o notável pilôto e cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira, que negociara o Tratado de Tordesilhas havia pouco; Bartolomeu Dias, que dobrara o cabo da Boa-Esperança, e Nicolau Coelho, companheiro de Vasco da Gama na sua viagem a Calecute. Além disso é possível que o Gama tivesse dado a Cabral tôdas as informações úteis ao bom desempenho de tão arriscada emprêsa. Com tudo isso e mais a sua coragem e bravura nunca desmentidas, pôde Cabral desobrigar-se com galhardia da grande incumbência.

Ao Rei D. Manuel, para tão grande empreendimento, servia também o direito que lhe conferira o Tratado de Tordesilhas, de 1494. Por êle o mundo era dividido em duas partes por um meridiano traçado de pólo a pólo, a 370 léguas das ilhas do Cabo Verde. A Portugal pertenceriam tôdas as terras que ficassem a leste dessa linha. As do outro lado pertenceriam à Espanha.

As terras achadas ou "nuevamente achadas" por Cabral estavam à direita da linha de Tordesilhas, para leste; eram pois legìtimamente lusitanas.

Capítulo VI

POVOAMENTO

A — Início do povoamento

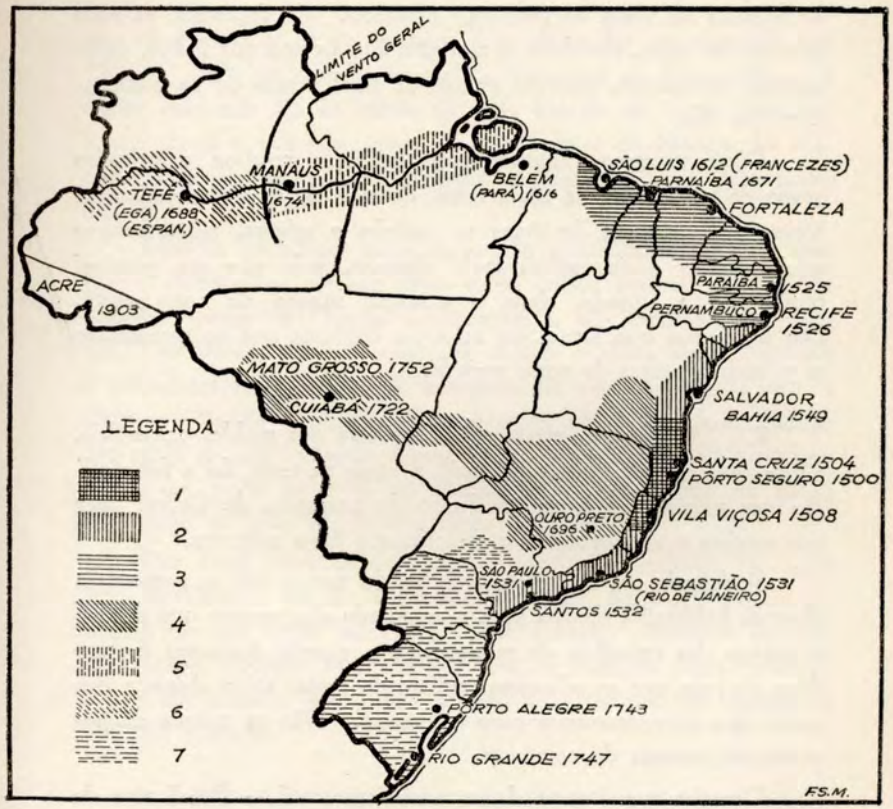
Momento terrível — povoar ou perder o Brasil. Na grande luta o rei achou a solução — povoar com auxílio de particulares.

Povoamento	Preliminares	1. Documentando 2. Feitorias
	Agitando	3. Os franceses 4. Martim Afonso

1. Devem ter sido uma decepção para D. Manuel, o Venturoso, as primeiras notícias que lhe chegaram referentes ao Brasil, após a sua descoberta por Cabral. Em resumo elas diziam que a nova terra seria "mui útil para refrescarem e fazerem aguada" as expedições que demandassem ou viessem do Oriente. As vozes dos que chegavam a Lisboa, de volta do Brasil, não tinham outro tom. Ao rei, comerciante por certo, essas novas não agradaram. Não era isso o que êle desejava ouvir. E foi desde o início, desde a frota de João da Nova, que se seguira à de Cabral, e na qual se encontrava o navio do florentino Fernão Vinet que também ia comerciar na Índia.

Diante disso a Coroa deliberou arrendar a terra a particulares, o que lhe daria algum lucro.

Dos artigos comerciáveis aqui existentes o pau-brasil era o mais importante. O emprêgo que dêle fazia a indústria de tecidos



Marcha do povoamento do Brasil.

tornava sua extração muito rendosa. Para obtê-lo os piratas franceses usavam sistema diferente do que era pôsto em prática pelos portuguêses. Êstes formaram feitorias à beira do mar, onde a madeira era amontoada à espera dos navios que as carregassem para a Europa. Os indígenas cortavam os paus e os entregavam às feitorias em troca de pequenos presentes. Os franceses, os mais interessados nêles, obtinham a madeira diretamente dos índios, pelas mesmas retribuições, mas em pontos de fácil acesso ou na embocadura dos rios.

Dêsse processo rudimentar de comércio resultou o primeiro grupo de povoadores de nossa terra, de mais de uma nacionalidade. Veio para cá gente de tôdas as espécies e origens, misturaram-se aqui sangues e línguas os mais diversos, pois não era possível proibir-lhes a entrada, dada a extensão imensa de nossa costa. Daí o dizer-se que foram em alicerces confusos que se assentaram as primeiras pedras de nossa sociedade.

2. "A primeira organização, fundada nos moldes comerciais, e vinculada ao tráfico do pau-brasil, a surgir na terra, foi a feitoria." Ao que parece não levou um lustro da passagem de Cabral para que surgisse aqui o primeiro estabelecimento dessa natureza.

A feitoria era um ponto à beira do mar. Ali se construíam algumas habitações simples para o resguardo das pessoas que deviam ocupar-se dos trabalhos de recebimento e guarda dos toros de madeira de tinta que os selvagens traziam da mata, até a chegada dos navios que os conduziriam para a Europa. Não se tratava de povoamento, apenas de comércio.

Descoberto ao tempo da expansão mercantil, o Brasil teve de início apenas o necessário para satisfazer os maiores desejos dos europeus. Num ponto de fácil acesso e onde houvesse boa aguada, plantava-se a feitoria. As poucas pessoas necessárias para mantê-la entravam em contato com os selvagens. Começavam as pequenas transações que iam aos poucos aumentando. Era a semente de um povoado, destinado a manter o monopólio dos produtos locais, principalmente da madeira corante. Vida pacata e simples, mas por

vêzes interrompida com a chegada dos piratas que as atacavam sem piedade, arrebatando a mercadoria e pondo em fuga os habitantes.

3. De França vinham os principais amigos do alheio. Logo após o descobrimento, os piratas bretões começaram a freqüentar nossas costas. Daquele tempo há notícia de armadores franceses que chegaram até nosso litoral. Um dêles foi o grupo da nau "Espoir", que ao mando do capitão Paulmier de Gonneville aqui estêve chegando até às costas do hoje Estado de Santa Catarina. Levou daqui o que pôde mas, ao aproximar-se da França, foi atacada pelos piratas inglêses. Lançou ao mar sua carga para poder escapar.

Mas os armadores particulares não arrefeceram em suas operações clandestinas, apesar dêsse e de outros reveses. Tanto de Honfleur como de Dieppe continuaram a sair embarcações destinadas ao Brasil. Nesse assunto os Angos se destacaram chegando a estabelecer linha regular de transporte de pau-brasil daqui para a França. Papéis ùltimamente encontrados nos arquivos de Rouão dão conta de que Jerônimo, o cosmógrafo, irmão de João Verrazano, fretou um navio para vir ao Brasil, parte, certamente, do plano Verrazano de ação permanente sôbre nossa terra.

Por êsses fatos citados pode-se avaliar a extensão da ação francesa sôbre o Brasil. Mas há mais. D. João III deixou um resumo do que então sabia sôbre êsse assunto. Avaliava êle que 300 navios lusitanos foram postos fora de combate pelos franceses e que em dinheiro o prejuízo sofrido por Portugal já chegava a 500 mil cruzados.

4. Daí surgiu a deliberação de povoar a nossa terra, se não quisesse perdê-la às mãos dos inimigos. Só com gente morando aqui seria possível a defesa certa. Expedições guarda-costas enviadas para êsse fim não deram resultados. O litoral brasileiro é imenso. Não há esquadras, por maiores que sejam que possam guardá-lo.

Surgiram então vários planos para executar o povoamento. Vários particulares se apresentaram para fazê-lo, eis que a Coroa lusa não tinha recursos próprios para tanto.

Dois foram os de Cristóvão Jaques e de João de Melo Câmara. O primeiro se propunha trazer para cá cêrca de mil pessoas. O segundo elevava êsse número para duas mil "gente de muita sustância e pessoas mui abastadas que podem consigo levar muitas éguas, cavalos e gados e tôdas as coisas necessárias para frutificamento da terra..."

E assim chegamos ao início da quarta década. Resolve então a Coroa enviar para cá, a fim de proceder a novos estudos e verificações, a Martim Afonso de Sousa. Em 1531 êle navega o mar-oceano dirigindo-se ao Brasil. Apesar de sua juventude (tinha apenas 27 anos), estava êle maduro para a difícil emprêsa política que lhe foi cometida.

Desempenhou a contento a nobre missão. Aqui chegando mandou explorar a região do norte de Pernambuco ao Maranhão. Enviou seu irmão Pero Lopes ao Rio da Prata. E êle próprio percorreu o resto do litoral. Examinando ponto por ponto, auscultou os moradores, examinando todos os problemas que os afligiam então. Dá elementos à feitoria de Pernambuco, ajuda a da Bahia, funda uma em São Vicente. Aqui sobe a serra do mar, chega ao planalto, distribui sesmarias. É o primeiro a ter notícia exata dos sertões interiores. Afunda navios estrangeiros, aprisiona outros, incendeia terceiros.

E não é só, com o espírito voltado para o bem comum inquire da situação do homem por tôda a parte. E tem conhecimento das faces de nossa situação, e não sòmente da grandeza de nosso litoral, medido, ou antes, avaliado por cima. De tudo fica-lhe "a visão panorâmica de um mundo cuja incógnita devia satisfazer-se ùnicamente com o povoamento". E então a Coroa resolve dividir o Brasil em pedaços e dá-los a beneméritos do reino que vieram povoá-lo.

Capítulo VII

POVOAMENTO

B — Capitanias

Apesar de oscilantes, os núcleos formados pelas capitanias constituíram o segundo ciclo de nosso povoamento.

- Capitanias
  - Instituto
    1. Possuidores
    2. Direitos
  - Conseqüências
    3. Deficiências
    4. Resultados

1. Novos rumos tomaram os acontecimentos referentes ao Brasil depois da vinda de Martim Afonso e da deliberação da Coroa lusa de povoar nossa terra para não perdê-la, principalmente diante da ameaça cada vez mais forte dos franceses. E já não era sem tempo, eis que novos perigos ameaçavam os destinos do Brasil. Com efeito, os espanhóis anunciaram, a esse tempo, com mais veemência o aparecimento de metais preciosos em suas terras da América. E essas terras entestavam com as lusitanas, o que era muito mais grave.

Felizmente a burguesia lusa e sua pequena burguesia estavam prósperas. Tinham amealhado boas somas. E no seu seio se contavam, além de negociantes, altos funcionários do Estado, o que facilitaria o trabalho de selecionar os que devessem ocupar os cargos mais relevantes. Foi o que salvou o Brasil.

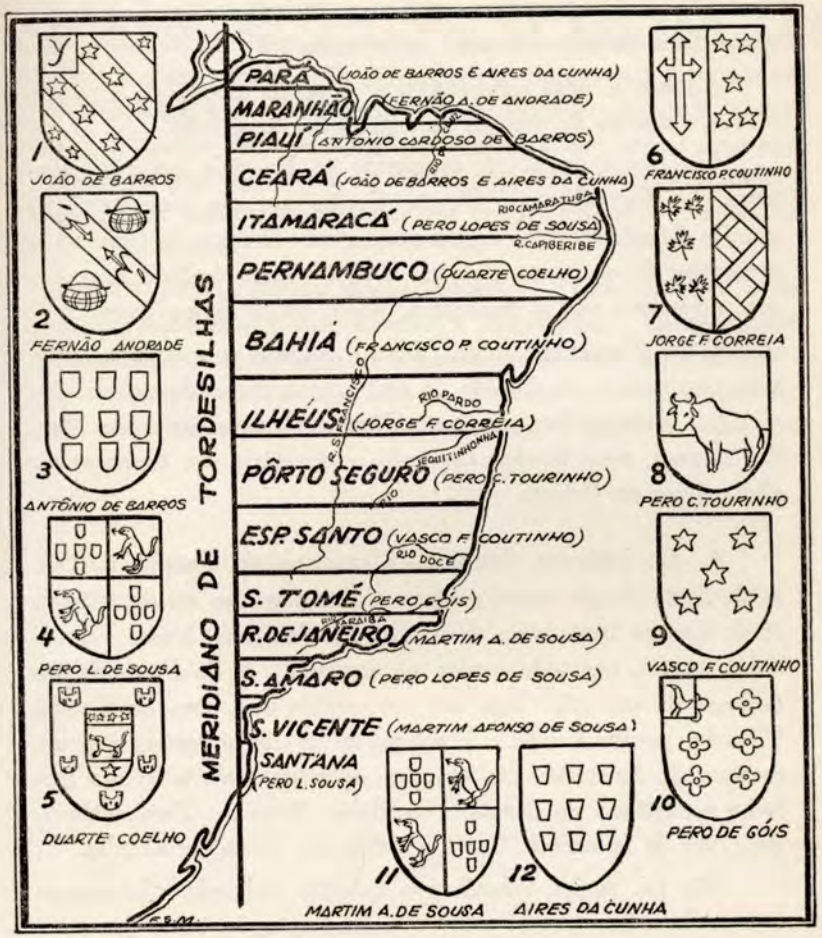
Com prudência e sabedoria o Conselho D'el-Rei dividiu o Brasil em quinze pedaços e doou-os a doze beneméritos pertencentes ao grupo amigo do govêrno. Nesse número se contavam: Aires da Cunha, comandante de esquadra para a Índia; Duarte Coelho, Francisco Coutinho, Vasco Fernandes, guerreiros do Oriente; Martim Afonso e seu irmão Pero Lopes navegadores e políticos ilustres; o escrivão da fazenda real, Jorge de Figueiredo Correia; o diretor da Casa da Índia e seu escrivão respectivamente João de Barros e Fernão Álvares de Andrade; o rico proprietário do Minho, Pero do Campo Tourinho, e outros.

O desejo de virem para o Brasil era grande. Além dos donatários muitos outros fidalgos e homens de negócio obtiveram meios de se inscreverem no rol dos que demandavam nossas paragens.

2. Ensinam modernos historiadores, Malheiro Dias entre êles, que a capitania o rei dava para "o donatário administrá-la como província ao invés de propriedade privada". Também "o governador hereditário não podia lesar os interêsses e direitos da população". Como se vê longe estavam os donatários de possuir qualquer poder discricionário. Eram mais pequenos monarcas a atrair elementos privados para a colonização da terra difícil.

Não podiam também alienar a capitania. Tudo que lhe era dado pertencia não à pessoa do donatário, mas à sua família. Se falecesse o donatário, êsses direitos passariam para seu filho mais velho. Reservava ainda o rei, além de outros, o direito de conservar íntegro o quinhão ou dividi-lo se preciso fôsse. Além do mais, cabia ao possuidor a obrigação de, com seus próprios recursos, buscar-lhe a prosperidade, mas de modo a beneficiar a Coroa "sempre presente o onipotente".

3. O desconhecimento geográfico da terra trouxe grandes embaraços à empreitada. Receberam os donatários grandes pedaços. Regiões desconhecidas, cheias de florestas virgens, habitadas por selvagens da mais ínfima cultura, tudo aqui era difícil. Além disso um mar imenso se interpunha entre a colônia e a metrópole. Os navios que vinham da Europa ao chegarem a Pernambuco encon-



Para donatários das capitanias em que dividiu o Brasil, nomeou o rei de Portugal pessoas da nobreza. Veja, por seus brasões de armas, o espírito que os animava.

travam correntes marítimas que, ao invés de trazê-los para o sul os arrastavam para o norte. Os capitais trazidos eram escassos para as despesas urgentes que tinham de fazer. O indígena, sempre áspero, trazia dia a dia mais entraves à colonização.

Junte-se a estas dificuldades a falta de auxílio da Coroa e ter-se-á o quadro da situação da maioria das donatárias.

Um caso é típico. E acontecido na donatária que mais prosperou — Pernambuco. Duarte Coelho um dia viu-se em tão grandes dificuldades que apelou para o rei. E como de longe nada conseguisse foi ao reino. E nada. E Frei Vicente do Salvador conta que, desgostoso com o desamparo, pouco tempo depois morreu.

Como Pernambuco, São Vicente também prosperou. Aquêle pela proximidade da Europa, o centro consumidor do açúcar, seu principal produto; êste pela tenacidade dos companheiros de Martim Afonso, aqui ficados enquanto o donatário foi desempenhar altos cargos no Oriente.

4. Os indígenas destruíram a capitania da Paraíba do Sul. A de Santo Amaro pouco prosperou, entrando logo em decadência. A de Espírito Santo viu a derrota de seu donatário, Vasco Fernandes Coutinho, que tudo perdeu na emprêsa. A de Pôrto Seguro declinou de seu valor logo que seu capitão-mor Pero do Campo Tourinho perdeu a vida. Fracassou a de Ilhéus, entregue a um preposto de donatário. A luta com os índios levou a trágico desfecho a existência do donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho. As de Itamaracá, Ceará e outras não foram colonizadas.

Não foi, porém, infrutífero o trabalho realizado. Juntamente com os donatários vieram artífices, soldados, agricultores, que prestaram assinalados serviços à comunidade aqui estabelecida. Gente lusa e não lusa porque os estrangeiros sempre foram bem recebidos nesta nossa terra bastando para isso apenas uma credencial — ser cristão; hereges não eram admitidos na Terra de Santa Cruz. Se muitos não eram nobres nem fidalgos a maioria não era constituída de desclassificados.

Assim, no início, nossa sociedade, pode-se dizer, compunha-se de cavaleiros, peões e gentio. Os últimos eram escravos. Os segundos podiam possuir pedaços de terra para cultivo mas estavam sob o poder do donatário que tinha sôbre êles direito até de morte natural se cometessem delito pelos quais se cominasse a pena última. Os cavaleiros eram privilegiados. Eram julgados na Côrte se praticassem delitos de certa gravidade. Mas podiam ocupar empregos públicos e concorriam com os *homens bons* (proprietários de terras) aos cargos eletivos, embora na lista tríplice da qual o donatário tirava o vitorioso.

Os artífices tinham duplos deveres — além da sua defesa pessoal ainda tinham que defender a coletividade. Gente oriunda de camadas diversas, inclusive estrangeiros, teve em sua grei muitas pessoas inteligentes que logo subiram de categoria social, ingressando em outras posições, distinguindo-se em vários cargos que passaram a ocupar.

Capítulo VIII

POVOAMENTO

C — Govêrno-Geral

Com a instituição do Govêrno-Geral instala-se o Estado Brasileiro.

- Govêrno-Geral
  - Estrutura
    1. Clamor das capitanias
    2. Atribuições
  - Realizações
    3. Providências
    4. Amor ao Brasil

1. Entre outras duas coisas se salientavam na vida das capitanias, uma interna e outra externa. Internamente estavam elas ilhadas umas em relação às outras, afastadas por distâncias enormes e sem comunicação fácil que remediasse suas necessidades. No interior encontravam-se tribos indígenas inimigas. No que diz respeito à vida exterior a situação não era melhor — piratas sem conta infestavam as costas, fazendo-lhes as mais desagradáveis visitas. E a metrópole... nada de mandar auxílios sempre reclamados.

Foi o que lhes arrebatou a prosperidade tão almejada e que por certo não lhes faltaria se êsses socorros lhes chegassem em tempo para jugular as crises que se repetiam.

Juntem-se a tudo isto as necessidades particulares da indústria do açúcar, o principal produto da terra, a razão de ser de sua vida econômica. Esta também estava precisando de socorros urgentes que não chegavam.

Tal a situação que D. João III teve que enfrentar.

A mensagem que, de São Vicente, foi enviada ao rei dá bem idéia da situação geral da colônia. Em certo ponto dizia ela: "Se com tempo e brevidade V. A. não socorrer estas capitanias e costas do Brasil... ainda que nós percamos as vidas e fazendas, V. A. perderá a terra". E a seguir toca a nota da piedade: "Socorra V. A. com braço forte, que tudo se há mister, e se não o mover a terra e os inconvenientes acima ditos, haja V. A. piedade de muitas almas cristãs".

O quadro triste está muito bem retratado nessas poucas linhas escritas a quem devia doer a fazenda.

2. A essa mensagem e aos reiterados pedidos de auxílio D. João não podia dar melhor resposta do que a que lhes propiciou criando o Govêrno-geral da colônia que diretamente atenderia a todos dentro da própria terra em que se encontravam.

Era um instituto novo com novas atribuições, dirigido por pessoa capaz e auxiliado por gente à altura dos encargos. À frente se encontrava o governador-geral, ao seu lado o ouvidor, o provedor, o capitão-mor da costa e outros funcionários.

Ao ouvidor cabia distribuir justiça, ao procurador cuidar da vida econômica e ao capitão-mor da costa a defesa da colônia.

Eram todos independentes em seus misteres mas harmônicos entre si. Deviam, porém, todos, prestar auxílio e socorro ao governador quando êste dêles precisasse. Não eram êles ministros do governador mas do Estado, e, por isso, escolhidos pelo rei, por êle nomeados e demitidos. E só ao monarca deviam prestar contas. Estavam pois, para com o governador, no mesmo pé de igualdade, fidalgos que eram. Apenas diferiam nos trabalhos que aqui vieram realizar.

Dêsses funcionários o mais destacado era o provedor a quem incumbia zelar pelos proventos da Coroa. Êste era, por isso, ajudado por três altos funcionários, os escrivães da fazenda, da alfândega e da Casa dos Contos.

O governador-geral devia atender a tôdas as capitanias e ajudá-las no que pudesse, tratar de todos os serviços de S. A., não se descurando da justiça com que tudo e todos deviam ser tratados. Tinha em suas mãos o govêrno de tôda a colônia, pois para isso especialmente fôra designado.

Por estas linhas gerais pode-se bem ver que o governador não era um simples administrador mas um verdadeiro chefe de Estado com os auxiliares que lhe eram necessários para bem dirigir, não uma simples colônia de plantação, mas um Estado que recebia do reino apenas as leis necessárias à sua vida, sendo o mais resolvido pela eqüidade e justiça do governador e do ouvidor.

Para melhor operar, o governador trazia um regimento onde eram previstas, em linhas gerais, as atitudes que devia tomar nos casos mais comuns. Os especiais seriam estudados na Côrte.

Para lançar os fundamentos dêsse novo Estado, a Coroa escolheu um fidalgo "sisudo, de bom tino e entendimento, com experiência em negócios ultramarinos" — Tomé de Sousa. Tinha êle se distinguido em pelejas contra os mouros em África e em trabalhos que realizara na Índia. De seus primos Martim Afonso e Pero Lopes tivera informações seguras sôbre as coisas do Brasil. Para seus auxiliares diretos S. A. nomeou: o Dr. Pedro Borges, ouvidor; Antônio Cardoso de Barros, ex-donatário de uma das capitanias, provedor; e para capitão-mor da costa Pero Góis, o infeliz donatário de Paraíba do Sul.

3. Logo de início o governador-geral deu os passos necessários para a construção da capital do Brasil, cidade que seria, na opinião do cronista, "como coração no meio do corpo, onde tôdas (as capitanias) se socorressem e fôssem governadas". Com auxiliares e pessoas que trouxe iniciaram-se os trabalhos. Caramuru e os índios vieram em sua ajuda. E tudo chegou a bom têrmo.

Ao mesmo tempo cuidou-se da alimentação dos colonos. O que vinha do reino não bastava para sustentar a população. Aos poucos foi ela se adaptando à alimentação dos índios. Vieram também de Portugal sementes e mudas de frutas aclimatáveis ao nosso

clima, tais como laranjas, limões, etc. A criação do gado, para fornecer leite e carne, foi providenciada. Neste assunto tornou-se notável Garcia d'Ávila, amigo do governador, que acomodou em campos próximos bom número de cabeças de gado, que trouxe, início da grande criação que mais tarde desenvolveu e deu renome à Casa da Tôrre, senhora de imensas terras no Nordeste.

Em viagem para o sul Tomé de Sousa deu cumprimento a outras determinações d'el-Rei. Visitou as capitanias e tomou providências. Em Ilhéus substituiu o alcaide-mor, que não estava à altura do cargo. No Espírito Santo cuidou de formar e povoar, pois sua situação era das mais precárias, em virtude do levante dos índios. Apreciou os encantos da Guanabara onde achou se devia fundar uma fortaleza. Em São Vicente apreciou a fundação e progresso de Santos, realizado por Brás Cubas. Mandou elevar uma fortaleza em Bertioga, entregando seu comando a Hans Staden, que mais tarde escreveu um livro sôbre seu "Cativeiro entre os selvagens" o que constitui obra preciosa de informações sôbre os primeiros anos de nossa vida.

Completando sua missão o governador cuidou mais detidamente do povoamento da colônia. Facilitou a localização de novas levas de agricultores, de artífices. Também chegaram degredados, o que não agradou muito. Mas em compensação muitas môças e mulheres de bons costumes foram enviadas para constituir família aqui. Estrangeiros atraídos por notícias boas de novas terras, correntes então na Europa, se fizeram para cá vindo engrossar a população obreira. E eram bem recebidos aqui, apenas tinham de ser cristãos para serem aceitos, pois os hereges eram repudiados.

Com o crescimento da população novas vilas e povoações foram estabelecidas. Havia preferência para os novos núcleos à beira do mar e no caminho das navegações, para maior facilidade de comunicações.

À vista dêste desejo de povoar a beira-mar, Tomé de Sousa se opôs à vontade de Nóbrega de mudar o Colégio dos Jesuítas, de São Vicente para o planalto. Foi preciso esperar pela vinda de outro governador para que essa idéia se concretizasse. E assim,

a 25 de janeiro de 1554, no govêrno de Duarte da Costa, foi inaugurado o Colégio de São Paulo.

4. As descobertas de jazidas auríferas nas terras que a Espanha possuía na América foi motivo para que os portuguêses também cuidassem do assunto, ou melhor, intensificassem a sua procura nas terras do Brasil. A vizinhança do Brasil e da América Espanhola dava asas à imaginação. No sentido da existência de ouro entre nós, Tomé de Sousa recebeu duas informações oriundas da capitania de Pôrto Seguro. Uma lhe veio de Duarte de Lemos e a outra de Felipe Guillem. Disse-lhe o primeiro que "daquela capitania terra a dentro ia todo o ouro dito do Peru" e argumentava que estavam a 17 graus, na mesma altura em que se encontravam as regiões auríferas das terras peruanas. O segundo, castelhano de nação, narrava ter chegado ali um índio, morador das proximidades de um grande rio, donde se via uma grande serra que "resplancia muito", pelo que era chamada "sol da terra". Tinha côr amarelada e despejava no rio pedras chamadas "pedaços de ouro".

O governador, impressionado com êsses informes, mandou logo, no ano de 1550, uma expedição chefiada por certo Miguel Henrique, "homem honrado para todo cargo que lhe quisessem dar", mas da qual nada resultou, pois sete meses depois não tinha voltado do rumo que tomara pelo sertão.

Seguindo aquêles mesmos informes, em 1554, nova expedição seguiu no encalço do ouro, também sem resultado.

Assim foi-se transformando o Brasil em colônia de plantação. Os que vinham para cá já não desejavam sòmente enriquecer e voltar. Não tinham mais os pés na terra e os olhos no mar. As grandes possibilidades da colônia já prendiam os que chegavam, faziam dêles filhos seus.

Capítulo IX

O HOMEM

A — O povoador português

As qualidades especiais da raça lusitana e as circunstâncias próprias do Brasil de então levaram os portuguêses a criar um tipo original de povoador.

- O português
  - O homem
    1. Perfil
    2. Qualidades
  - Sua ação
    3. Rotina
    4. Política social

1. Afloram na obra de inúmeros escritores nacionais e estrangeiros estudos e observações relativos aos portuguêses, tanto em relação à pessoa física do lusitano como referentes às suas qualidade não-físicas. Difícil saber qual dêles melhor o definiu. Por isso aqui vão duas opiniões diversas, de portuguêses natos, que devem ter conhecido bem os seus compatriotas. Opinião do cientista Ferraz de Macedo e do escritor Eça de Queirós. Para o primeiro, *Bosquejos de Antropologia Criminal*, o tipo português normal se caracteriza pelo brio, a franqueza, a lealdade, a iniciativa individual, o patriotismo vibrante, à imprevidência, a inteligência, o fatalismo. Eça de Queirós, no livro *A Ilustre Casa de Ramires*, dá-nos, no perfil de Gonçalo Ramires, o retrato do português comum, cheio de entusiasmos que acabam em fumaça, mas duro quando se firma

em uma idéia, num desejo que raia ao exagêro e ao mesmo tempo a um espírito prático que o prende ao útil, vaidoso por vêzes, cheio de simplicidade, generoso, vivo, fácil de compreender as coisas, à espera sempre de algum milagre.

O escritor brasileiro Gilberto Freire, que procurou saber tudo a respeito do lusitano, para escrever sôbre nossa evolução social, chegou à conclusão de que êle possui, em resumo, duas qualidades — aventura e rotina.

Para êsse estudioso de nossas coisas, o português que veio para o Brasil tem a consciência da espécie, isto é, "a consciência da nacionalidade, de aspirações de interêsses comuns entre elementos ètnicamente heterogêneos".

Já vimos, no início dêste livro, que o povo luso é formado da união de inúmeros povos e raças. E não podemos negar que êsses grupos humanos "à beira-mar plantados" realizou obra notável no decorrer dos tempos. Portanto, é claro que possui a "consciência da espécie".

Sua vida terá sido de aventura e de rotina ao mesmo tempo? Parece absurdo que coisas assim tão antagônicas possam encontrar-se juntas num mesmo aglomerado humano.

Conta a história que foram aventurosos. Levaram até aos confins do mundo sua espada feudal européia. Mas com cautela e parcimônia se houveram por tôda parte depois da conquista. Ali se mantiveram como em sua casa, cuidando de seus negócios como se nada tivesse acontecido. Seus hábitos eram os mesmos, suas tradições culturais e humanas não mudaram por onde se estabelecessem. Conquistavam, com coragem, a terra e a gente, mas logo se acomodavam aos seus costumes e mantinham os que levavam. "Três oceanos puseram os portuguêses ao serviço de comunicação, de fraternização universal." E, por tôda a parte onde se fixaram, sempre foram portuguêses, isto é, exibiram seus costumes, suas obras, e aceitaram os costumes e as obras alheias sem se desfigurarem. O português sempre foi reconhecido por todos onde se fixou.

2. Para realizar suas aventuras o português contou, principalmente, com três qualidades — miscibilidade, mobilidade e aclimatabilidade.

Conhecida e já falada a miscibilidade do português. Dêsse seu gôsto de se misturar com todos os outros povos veio-lhe essa "figura vaga" a quem falta o contôrno ou a côr que a individualize. Em certos pontos assemelha a um inglês, em outros a um espanhol, mas espanhol "sem flama guerreira" e sem exageros de conquistador.

Encontramos, pois, portuguêses baixos e altos, loiros e morenos, de barba preta ou loira. "Êsses mestiços com duas côres de pêlos", diz Gilberto Freire, "é que formaram, ao nosso ver, a maioria dos portuguêses colonizadores do Brasil."

A mobilidade é outro característico conhecido. O sábio Dr. Luís Pereira Barreto deixou-nos dêle um trecho notável pela sua síntese: "O português é o preferido no serviço das baleeiras norte-americanas e, nesse ponto, impertérrito, arrisca os frios glaciais das costas da Islândia. Nas zonas tórridas, a mais mortífera da África, o encontramos sempre a prumo, robusto, inabalável, jovial e altaneiro. Lá onde nenhuma raça medra, o português prospera". Atura os frios mais intensos e os calores mais fortes.

Exemplos de portuguêses que vivem em tôda parte não faltam. Mas um caso está a pedir citação — é o do genitor de Eusébio de Queirós. Êste eminente homem público brasileiro, autor da Lei que tem seu nome, a da Extinção do Tráfico Negreiro, teve por pai cidadão nascido na Europa, magistrado na África e cidadão brasileiro.

Essa mobilidade do lusitano deve-se, em parte, à sua aclimatabilidade. O homem nascido em Portugal traz consigo a faculdade de adaptar-se a todos os climas. Percorrendo o mundo vamos vê-lo em tôdas as latitudes e longitudes. Seu organismo dá-se admirávelmente tanto nos climas médios como nos extremos. Na África, aos 27 graus de temperatura, seria êle tão homem como nos gelos glaciais.

Por essas três qualidades pôde êle sair vitorioso em suas investidas contra todos em suas rotas de aventura.

3. Passemos agora à rotina, segunda das qualidades apontadas no luso. "O português é, e sempre foi, o homem da horta emendada com o jardim; da igreja pregada à casa; da botica ou da cozinha pregada ao laboratório. O povo do útil reunido ao agradável; do sobrenatural reunido ao cotidiano; da ciência ao serviço da vida."

Erguendo os olhos do livro, porventura vemos outro quadro diferente dêsses nos nossos conhecidos vindos de Portugal?

Há, no entanto, opiniões contrárias, que, a bem da justiça, não se podem calar. São as dos eminentes escritores paulistas: o historiador Sérgio Buarque de Holanda e do polígrafo Sérgio Milliet.

No *Raízes do Brasil* o primeiro diz que "Portugal não está entre as nações do "tipo trabalhador", mas sim do "tipo aventureiro". Sérgio Milliet, no *Roteiro do Café e outros Ensaios*, desconhece os verdadeiros motivos pelos quais "os portuguêses colonizadores não se afeiçoavam ao trabalho duro e lento da terra".

Atribui Gilberto Freire ao franciscanismo do povo lusitano sua rotina. O naturalismo, o lirismo, o universalismo combinados com o regionalismo, que vemos no povo lusitano, que forma o fundo de sua alma, lhe vieram de sua adaptação à doutrina de São Francisco que êle adotou como norma de vida. "O novo, o exótico, na natureza e nas culturas tropicais, sem que o confraternizador abandone seu gôsto pelas coisas familiares, cotidianas, prosaicas, úteis, tradicionalmente agradáveis aos seus sentimentos, ao seu paladar, aos seus olhos, aos seus ouvidos." Tudo isso, que faz parte de seu eu, o lusitano hauriu na doutrina de São Francisco que, em resumo, o animou a "ter confiança no Universo, obra de um Criador Benigno" que ama tôdas as criaturas com um só afeto.

Daí a simplicidade, a rotina lusitana.

4. Com essas qualidades, apontadas por seus compatriotas (Ferraz de Macedo e Eça de Queirós) e resumidas por Gilberto Freire no binômio — a aventura e rotina, aportaram no Brasil os lusos povoadores.

Aqui encontraram uma terra enorme (hoje 80 vêzes maior que a sua) coberta de imensa floresta virgem e pouco povoada por tribos selvagens da mais ínfima civilização.

Comércio não havia.

Ouro ou pedras preciosas também não eram encontrados.

Como viver aqui? Quais as relações possíveis entre os naturais da terra e os recém-chegados, e entre ambos e a natureza tão hostil? Êsse o problema novo que os portuguêses tiveram que resolver.

A solução encontrada foi uma política nova, diferente da que executavam na metrópole. Foi popular e baseada em dois princípios: a) semear vida; b) mas sob um cristianismo fraterno.

Semear vida "para dilatar a vida; para intensificar a vida; para multiplicar a vida. Multiplicá-la em filhos, meninos e depois homens de tôdas as côres. Em valores de cultura tão mestiços quanto os homens. Em valores da natureza para transplantação de árvores e animais de ilhas e continentes".

Tudo, porém, sem preocupação "anticristã ou anti-humana". Pelo contrário, segundo as leis do Deus de Bondade que criara o mundo, segundo o sentimento cristão da "dignidade da criatura".

E assim o fizeram. Passaram a viver aqui comendo mandioca, milho, caju, maracujá, araçá, fazendo pão, cuscuz, bolos, à maneira européia, asiática e africana, dando à mulher índia o lugar que as brancas tinham na Europa cristã — a de dona de casa e educadora dos filhos... isto é, voltando à rotina.

Capítulo X

O HOMEM

B — O indígena

Gente de cultura pobre incapaz de se acomodar a novas técnicas econômicas e ao novo regime social e moral.

Ameríndios	Generalidades	1. Organização 2. Educação
	A vida	3. Pensar e sentir 4. Reação à conquista

1. Os cronistas que estiveram aqui ao tempo da conquista da terra pelos lusitanos nos deixaram preciosas informações sôbre os selvagens que habitavam o Brasil por aquêle tempo. Nêles é que encontramos as mais curiosas informações sôbre a vida do ameríndio brasileiro. Muitos grupos étnicos aqui se encontravam, mas os lusitanos tiveram contato principalmente com os tupis, porque êstes é que habitavam as costas onde os invasores chegaram e se fixaram, especialmente na Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará.

Êsses selvagens viviam de algumas plantações, caça e pesca principalmente, para o que possuíam o equipamento necessário. Não se fixavam definitivamente em um ponto, imigravam para outros recantos logo que a terra em que viviam se esgotava com seu uso.

Formavam tribos que se compunham de aldeias ou grupos locais distanciados no espaço mas unidos socialmente por laços de parentesco e interêsses comuns.

Na vida cotidiana todos agiam por si, mas quando se tratava de interêsses comuns as deliberações seguiam normas gerais estabelecidas pela comunidade. Informa Gandavo que a existência corria em comunidade — "o que é de um é de todos". O trabalho era dividido conforme o sexo e a idade.

As mulheres cuidavam das plantações, da casa, da organização doméstica, de "toute la charge du ménage", diz Léry. Cabia aos homens a derrubada das matas, o preparo da terra, a caça e a pesca.

O parentesco era forte laço de união constituído, por isso, poderoso baluarte da vida social.

2. Os indígenas do Brasil Central submetiam os meninos a rigoroso processo de educação. E os tupis por certo o faziam também, pois a educação é o meio de transmitir às gerações novas o que as antigas aprenderam no trato com a vida.

Era preciso criar homens robustos e hábeis para a defesa da comunidade. A doutrinação e os hábitos eram dados aos jovens depois de forte iniciação, tão forte e por vêzes tão violenta que a criatura sucumbia aos exercícios a que era submetida. Os treinos eram ainda ministrados em estado de grande sensitividade obtido por meio de jejuns, vigílias e privações. Êsses trabalhos eram feitos, em geral, em sociedades secretas, como procediam outros povos indígenas, conforme informação de Webster no livro *Sociedades Secretas Primitivas*. Ali eram iniciados os jovens nas matérias técnicas das construções das moradias, nos misteres da caça e da pesca, da guerra, da religião e da magia. Em contacto com os velhos tomavam conhecimento das tradições da tribo. Gabriel Soares disse que "não dão os tupinambás aos seus filhos nem um castigo". Mas a flagelação era coisa comezinha entre os selvagens. E Cardim registra o gôsto com que os nativos cumpriam as penitências impostas pelos sacerdotes. Prova de que sofriam mais amargamente entre

os seus em dias comuns para aprender a ser valentes, animosos, reforçados para as lutas da vida.

3. A interação entre os homens depende principalmente da sua saúde mental e do seu equilíbrio emocional.

Para bem se compreender um povo, pois, é necessário inquirir êsses fatôres. O pensar e o sentir coletivos podem revelar aspectos essenciais que nos darão conta do que precisamos saber. Eis porque aqui relacionamos os mais salientes em relação aos nossos selvagens.

Além das idéias sôbre educação, já referidas, os indígenas apresentavam outras relativas ao mundo e ao homem. Em sua opinião o mundo era habitado por sêres poderosos, além dos homens, e cujo trabalho era fazer mal aos outros viventes, principalmente aos humanos. Um dos meios de que êsses maus se serviam era o casamento. Por isso os índios não se casavam com pessoa que, na sua opinião, descendesse de animal estranho ao de seu totem, como, por exemplo, aquêle cujo totem fôsse o javali não se casaria com outro cujo totem fôsse a onça.

Von dem Steinen, Krause, Creveaux e outros viram os índios se pintarem, numa função puramente mística, contra os maus espíritos. Não há aspereza no trato entre os homens, nem há escravidão selvagem.

Compreendiam também os índios o valor da experiência ouvindo os velhos nos conselhos tribais.

A essas idéias diretoras da conduta nos setores citados devem-se juntar os sentimentos que os animavam em boa porção da existência. Cantavam as índias para adormecer os filhos. Faziam bonecas e outros brinquedos para suas distrações. Vivendo em meio a sombras delas tinham mêdo e, por isso, se defendiam como podiam. Faziam-se feios para não despertar os desejos dos espíritos maus. Punham botoques no nariz ou nos lábios, coisa que até hoje horroriza quem os vê.

Era doloroso para os selvagens abandonar a terra em que viviam. Eram angustiados pela necessidade de partirem para outros recantos.

Em resumo: no terreno das idéias eram dirigidos pelo totemismo e pelo animismo; no que tange ao sentimento, eram dirigidos pelo amor à prole e à terra, principalmente. Assim sem serem frios ou indiferentes a muitos assuntos, viviam tranqüilos. Eram justos no sentido de dar a cada um o que é seu. Eram tolerantes, recebiam com agrado os estrangeiros em sua casa, e os tratavam como amigos (*).

4. Sòmente não receberam passivamente os efeitos da colonização. Na defesa de sua terra e de sua gente foram inimigos duros. Defenderam o que era seu, sua segurança e sua liberdade com unhas e dentes. Foram dois os processos que usaram: a concentração de esforços para a expulsão dos portuguêses e a fuga para outros pontos quando se lhes afigurou essa a melhor medida.

A "Confederação dos Tamoios", bem conhecida pela participação que no movimento contrário tiveram Nóbrega e Anchieta, foi o trabalho de maior relêvo que os selvagens realizaram no primeiro empenho. Nessa ocasião formaram uma superestrutura tribal para opor a mais séria resistência aos invasores brancos. Mas os lusitanos estavam mais bem organizados e armados. Por isso venceram.

A segunda forma de defesa a que recorreram, foi a fuga para outros pontos, para terras mais fracas, onde não podiam viver tão bem como nas que deixavam.

Uma boa parte dos selvagens se submeteu ao invasor, o que não lhes foi menos prejudicial. Afastados de seus costumes, não suportando a superestrutura da sociedade aqui instituída pelos brancos perdiam seu interêsse pela vida, adquiriam moléstias letais, e foram, aos poucos, se apagando da face da terra.

* * *

No trabalho *Culturas e Línguas Indígenas do Brasil* (1957), Darcy Ribeiro estuda o comportamento de nossos selvagens nos últimos 50 anos. Atualmente são 143 grupos em contato com os

(*) Calógeras notou que nossos selvagens tinham "talvez mais desprêzo pelo sofrimento, mais desapêgo à vida... altivez incoercível, astúcia, indiferença pela riqueza, persistência na vingança..."

civilizados e podem ser classificados em quatro categorias: isolados, de contacto intermitente, de contacto permanente e integrados na civilização.

Os que vivem isolados são arredios e hostis, conservam, por isso, sua autonomia cultural. Os que têm contato intermitente ficam em regiões que estão sendo desbravadas, têm certa uniformidade cultural mas já possuem desejos diferentes pelo contato com o branco. Por próximos à civilização contraem moléstias, tais como a gripe, o sarampo e outras, que lhes causam dano por não terem resistência, ou não poderem livrar-se delas, donde grandes mortandades. Os que vivem em contato permanente com os brancos conservam os costumes que podem acomodar às novas situações, sua economia se desorganiza, as novas condições sociais os desmoralizam. À vista de tudo isso cresce a despopulação. Finalmente os integrados na vida dos civilizados com êles se confundem. Perdem seu idioma. Alimentam-se e vivem como os caboclos, porém mais miseràvelmente que êles. Só resiste nêles a sua afirmação de que são indígenas.

Nessas quatro etapas vê-se a decadência a que vão chegando. Enquanto na primeira os indivíduos apresentam vigor físico, levam vida harmoniosa dentro de sua cultura, à medida que o tempo corre, e o contato com os brancos se torna mais forte, essas qualidades vão-se extinguindo, até se apagarem por completo. Decadência cultural e numérica. Em 1900 os tupis eram 52 grupos dos quais existem hoje apenas 26; aruaques eram 37 dos quais restam 23; caribes eram 32, hoje são 22; jês eram 27 agora não passam de 18; os demais grupos passaram de 82 para 54. A continuar assim, até o fim dêste século os selvagens terão desaparecido completamente da terra brasileira.

CAPÍTULO XI

O HOMEM

C — O elemento africano

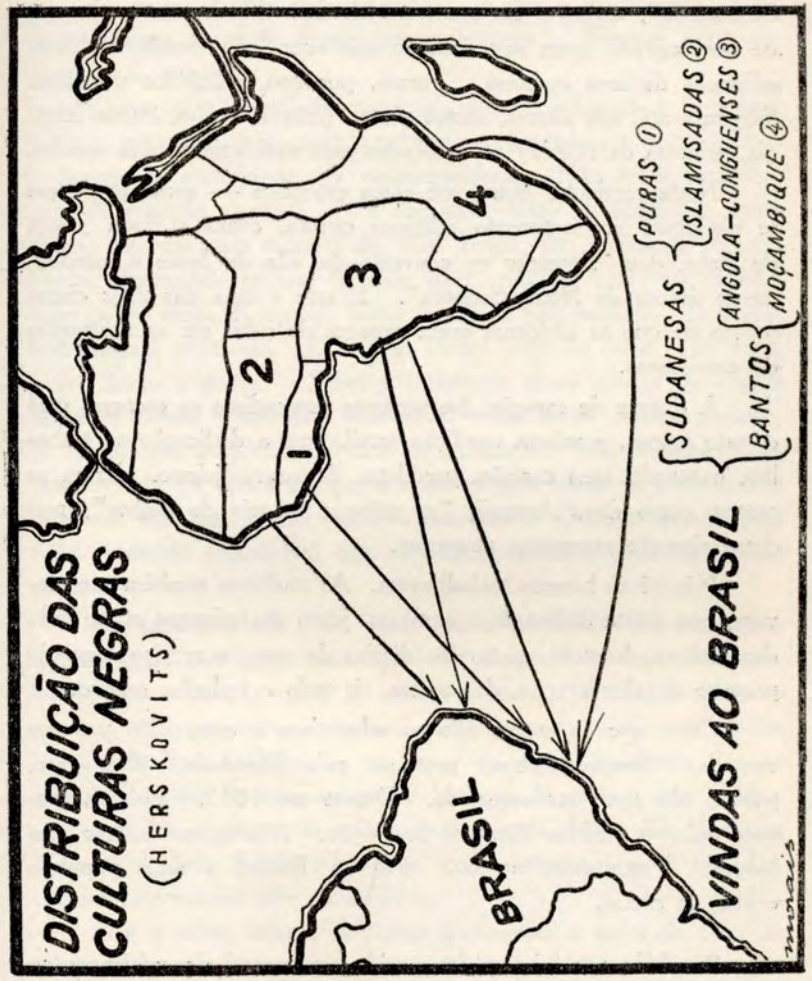
Apesar de escravos, os africanos apresentam no Brasil um comportamento que em nada os desmerece.

O negro	Traços gerais	1. Pensar 2. Sentir
	Observações	3. Cultura 4. Escravidão

1. Percorrendo-se os cronistas dos tempos coloniais a impressão que fica do negro escravo é a de que êle não tinha um modo de pensar infantil, encontrando-se em perfeitas condições de avaliar a dura realidade em que se encontrava e de agir de maneira própria e adequada.

Exibia pelo menos três pensamentos claros — agir com suavidade, dedicar-se ao trabalho e não ser mesquinho.

Amava os animais. Dêles contava lindas histórias que faziam o encanto dos meninos brancos. Amava a música até à paixão. No Engenho Monjope, em Pernambuco, havia até banda de música de pretos. Mas a docilidade dos negros melhor pôde ser observada através das modificações que êles introduziram na linguagem, não só das crianças como também na dos adultos. "Machucou-a, tirou-lhe os espinhos, as arestas, as durezas." Alexandre Calde-



clengh, que andou pelo Brasil nos princípios do século XIX, deliciou-se com a linguagem aqui articulada. "Um português gordo, descansado", trabalho do escravo africano. Finalmente aceitaram, de bom agrado (sem imposição, o que seria infrutífero), as idéias religiosas de seus senhores. Foram, por isso, admitidos no culto. Surgiram até, nos altares, santos pretos (São Benedito, Santa Ifigênia, princesa da Núbia) ali colocados para satisfazerem seus anseios.

Neste particular houve até casos estranhos — gente preta que se distinguiu no sentimento religioso cristão, como a linda Joana de Jesus, que "floresceu no convento da vila de Igaraçu, cordialmente devota de Nossa Senhora". E esta é uma das mais claras provas de que os africanos eram capazes de subir até as abstrações do catolicismo.

À dureza de coração dos senhores respondiam os escravos com o trato ameno, a mísera condição servil, com a dedicação ao trabalho, cantando suas canções prediletas de suave lirismo. Eram os pretos, como disse Antonil, "as mãos e os pés do senhor", mas dessa situação raramente abusaram.

Não só os homens trabalhavam. As mulheres também executavam, com muita dedicação e coragem, junto das crianças ou ao lado das senhoras brancas, as tarefas diárias da casa, o serviço ativo do preparo da alimentação, das vestes, de todo o trabalho caseiro.

Certo que os negros não se submetiam à escravidão por sua vontade. Sempre fizeram protestos pela liberdade. Um caso, porém, não pode ser esquecido. Deu-se em 1835. Foi um protesto coletivo também chamado revolução. Não mataram, não roubaram. Protestaram apenas. Foi na Bahia, o mais populoso centro de pretos.

2. Vibrante foi também a vida sentimental dos africanos no Brasil. As emoções da dança, os cantos dolentes e as ternuras da mãe preta, sobressaem no conjunto das notas que êles desfiaram aqui.

A arte é a comunicação de sentimentos e emoções. Assim são a música e a poesia. No caso da dança há muito mais porque o artista é também o instrumento da emoção, o que não se dá nas

outras artes como na pintura e na escultura em que o instrumento é outro, e êle é que recolhe as impressões do artista.

Os pretos sempre exibiam danças "ruidosas, exuberantes, quase sem nenhuma repressão a impulsos individuais". Sempre foram espontâneas, naturais.

Outra manifestação sentimental muito conhecida é o canto. Os que entoavam, tanto pela manhã, como à tarde e à noite, tinham o timbre da sinceridade, da espontaneidade. Não eram forçados, mas de coração aberto. "Nos engenhos, tanto na plantação como dentro de casa, nos tanques de bater roupa, nas cozinhas, lavando roupa, enxugando pratos, fazendo doce, pilando café; na cidade, carregando sacos de açúcar, piano, sofás de jacarandá — os negros trabalhavam cantando. E tinham cantos próprios para cada caso, todos líricos e doces." Sôbre a influência dessa música de negros sôbre os ritmos e melodias brasileiras, sôbre nossa música popular, já falou, com autoridade, Mário de Andrade: "Foi certamente ao contato dela (a africana) que a nossa rítmica alcançou a variedade que tem, uma das nossas riquezas musicais". Contudo a mais perfeita expressão sentimental que os negros exibiram aqui foi a mãe preta.

De uma bondade "por vêzes maior que a das brancas, uma ternura como não conheceram igual os europeus", a mãe preta embalou, amamentou e criou o menino branco. E muitas vêzes o pequeno não teve outra mãe senão a mãe preta. A morte levou muita mãe branca deixando no braço da negra o rebento de seu coração. Sílvio Romero sempre se lembrou da escrava que o criou e a quem êle chamava de mãe e de "adorada Antônia". Joaquim Nabuco, no livro *Minha Formação*, lembra sempre a preta que desveladamente cuidou dêle na infância.

Sem o saber, talvez, os pretos praticavam a regra de ouro do cristianismo — amai-vos uns aos outros. Procuravam não desagradar, mas sim favorecer ao próximo na medida de suas fôrças. Certamente houve muita exceção. Mas o psicólogo Mira y Lopes, no volume *Quatro Gigantes da Alma*, explica o fenômeno: "enquanto o negro se considerou realmente inferior ao seu conquistador, temeu-o, admirou-o e até o adorou".

Capítulo a ser estudado à parte é o sentimento religioso do negro. Quem passeia pela cidade do Salvador, na Bahia, vê com certo espanto as "noivas de Exu", cabeça raspada, tôdas vestidas de branco. É uma das sobrevivências dos cultos africanos entre nós.

3. Assim como ninguém dá senão aquilo que tem, os negros trouxeram ao Brasil apenas aquilo que já possuíam na África.

Trouxeram vigor físico e mental. O próprio fato de poderem substituir (por vêzes com vantagem) as mães brancas, é prova do alto merecimento pessoal das pretas. Além disso vieram da África "donas de casa" e "artífices em ferro, negros entendidos em criação de gados e da indústria pastoril; técnicos para minas, comerciantes de pano e de sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos". Sobretudo gente bem nutrida, forte. Exames e pesquisas feitas na África informaram que a alimentação dos negros era perfeitamente suficiente para a vida. Daí constituírem os africanos um povo fisicamente forte. Os viajores que por lá andaram viram abundância de camelos, cabras e bois. Aproveitavam os naturais o leite, a carne e o sangue dos animais, e mais cascas de raízes. Tinham também culturas bem tratadas. E tudo isso os negros trouxeram para o Brasil. Para cá, como se sabe, vieram povos africanos de várias culturas, tôdas boas. Principalmente foram duas — a sudanesa e a banto.

A primeira se caracteriza pela influência árabe — a agricultura, criação, comércio, trabalho de arte em ferro, em bronze; feiticismo e maometismo. Era o que se via nos povos do Sudão Ocidental, que para cá vieram. A segunda cultura ofereceu-nos também obreiros de ferro e madeira, agricultores e feiticistas.

Houve também um grupo bastante numeroso, de cultura mista, isto é, da mistura dessas duas culturas citadas, sudanesa e banto. Era a guineana. Vinha do gôlfo da Guiné, uma região entre o Sudão Ocidental e o Congo e de onde saía a cultura banto. Tinha os seguintes traços — atividade pastoril, aproveitamento de muitos animais; organização social influenciada pelo islamismo.

No gráfico ao lado estão indicadas as regiões africanas de onde vieram escravos para o Brasil. O n.º 1 corresponde à Costa de Guiné, o 2 ao Sudão Ocidental, o 3 e o 4 às duas áreas banto, que poucas diferenças culturais apresentam.

4. A escravidão retirou o negro de seu meio social e familiar colocando-o entre gente estranha e muitas vêzes hostil. Todos ouvimos falar do que foi a escravidão do negro no Brasil. Mas êsse fato é muito grave para ficar nos conhecimentos que nos dão a tradição oral. Os arquivos, porém, guardam documentos para sua completa elucidação, que será a chave para resolver um sem-número de problemas que hoje nos afligem. Não é possível num compêndio escolar abordar todos os casos úteis ao nosso conhecimento, mas podemos dar a opinião de alguns homens de responsabilidade, que nos deixaram idéia sucinta do que foi a escravidão em si.

Dêsses espíritos esclarecidos vamos citar dois — Taunay e Machado de Assis. O Visconde de Taunay, a pessoa delicada que seus contemporâneos conheceram — "quase uma môça", no dizer de alguns, confessa em *Trechos de minha Vida* que gostava de fazer judiarias com os escravos. E o fino observador que foi Machado de Assis conta, nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas* que, na infância, seu personagem tinha a alcunha de "menino-diabo" tantas as travessuras condenáveis que fizera com os míseros cativos.

As crianças procediam assim porque tinham não só "as costas quentes" dos pais como seus próprios exemplos. O Padre Lopes Gama, no livro *Carapaceiro*, informa como os adultos cuidavam dos pretos, e arremata falando dos filhos do senhor de engenho: "As desumanidades e cruezas que desde os tenros anos vêm praticando com os míseros escravos os tornam quase insensíveis ao padecimento do seu próximo". Grosseiros, voluntariosos, cheios de orgulho, os senhores tratavam os cativos como coisas e não como gente. "Ser incompleto, era o escravo um náufrago da desumanização da vida, um vencido que abdicou de sua independência, de seu senso moral, submetendo-se às menores imposições da sociedade como um ente que, em todos os sentidos, experimentasse seus propósitos."

Como agir acertadamente um ser debaixo de um jugo dessa natureza? Por certo muito errou. Mas quem errou, quem andou mau, não foi o negro, mas o escravo. Não foi a raça negra, mas essa raça reduzida à escravidão. Foi assim que o conceituou Joaquim Nabuco.

Mas antes dêle já José Bonifácio, o Patriarca da Independência, e o Marquês de Santa Cruz já haviam dito a mesma coisa.

Em 1823 o primeiro, em *Representação à Assembléia Geral Constituinte*, já afirmara: "Nós tiranizamos os escravos, e os reduzimos a brutos animais". E o Marquês Arcebispo da Bahia, falando no Parlamento brasileiro, afiançou: "Sempre estive persuadido de que a palavra escravidão desperta a idéia de todos os vícios e crimes".

Nenhum dêstes eminentes brasileiros atribui à raça negra os males que lhe são atribuídos no Brasil. Ela não foi culpada de nenhum dêles. Culpa foi a do branco, de tê-la sujeitada à escravidão. O negro deve ser julgado pelos trabalhos que aqui realizou na lavoura, na indústria, no comércio, nas repartições públicas, no exército, em defesa de nossa Bandeira.

Capítulo XII

A ETNIA BRASILEIRA

A — A mestiçagem

Com fios vermelhos e negros o conquistador branco teceu o aranhol de nossa etnia.

Etnia	Formação	1. Mestiçagem 2. Tipos mestiços
	Marcha da mestiçagem	3. Estatísticas 4. Antagonismos

1. Etnia é o conjunto de feições raciais, e de características culturais próprias, que um grupo humano apresenta, num determinado momento histórico, ocupando uma certa área geográfica. É a lição de Delgado de Carvalho.

Constitui, portanto, reunião de dois grupos de sinais apresentados pelo povo — as marcas físicas e as marcas culturais. Fìsicamente o homem apresenta estatura, côr da pele, forma do crânio, etc. Culturalmente mostra o desenvolvimento intelectual, o saber, a utilização de certos produtos, etc.

No Brasil há vários tipos físicos, que parecem tender para um único, que será o mestiço nacional. Não há também um único tipo cultural, e embora se deseje que uma única seja a direção geral dos espíritos. É o que vamos encontrar estudando nossa etnia.

2. Observando os habitantes do Brasil encontramos indivíduos de estatura alta, média e baixa; de crânio longo, médio e curto; de tez de côres variadas — do branco mate ao prêto reluzente, passando pelo amarelo e pelo pardo; de olhos claros e de olhos escuros: enfim, não encontramos um tipo físico que seja um e único representante do povo de nossa terra. Isto, em última análise, quer dizer que, no sentido somático (do corpo) não se encontram traços homogêneos nos habitantes do Brasil.

Um estudo minucioso, tendo por base um dos caracteres, a côr, por exemplo, mostrará pelo menos quatro tipos físicos diversos em nossa terra. Foi o que demonstrou o Recenseamento de 1950, o último aqui elaborado, cujos resultados, nesse sentido, foram os seguintes: brancos, 31.977.641; pretos, 5.692.657; amarelos, ... 324.082; pardos, 13.786.742; sem declaração, 108.255; total, 51.944.397 pessoas.

Êsses números revelam que, para cêrca de 63% de brancos, há 28% de pardos, e 12% de negros. Se compararmos êsses dados com os do recenseamento de 1940, penúltimo aqui elaborado, veremos que aumentou, em dez anos, o número dos pardos e diminuiu o número dos pretos, pois naquele ano o número dos pardos era apenas de 19% e o dos pretos orçava em 14%. A conclusão é esta: continua intensa a mistura das raças, e a nossa gente vai branqueando.

É verdade que, de tempos a esta parte, o número de amarelos, japonêses principalmente, cresceu entre nós. E isso veio complicar a mistura.

3. Antigas estatísticas exaltam a marcha da miscigenação no Brasil. Em 1872, quase no fim do Império, após três séculos de mistura, eram no Brasil estas percentagens assinaladas pelo recenseamento daquele ano: brancos, 38,1%; mulatos, 33,3%; negros, 17,7%; índios, 3,9%. Em 1890, o primeiro censo republicano continuou no mesmo tom: brancos, 44%; mestiços, 32,4%; negros, 14,6%; índios, 9%. No centenário de nossa independência, em 1922, os trabalhos oficiais deram os seguintes números: brancos, 51%; mestiços, 33%; negros, 14%; índios, 2%.

Em resumo: os índios foram desaparecendo, os negros diminuíram, mas os mestiços continuaram no mesmo ritmo. Parece estranho que os brancos tenham aumentado, mas isso se deve à imigração, que se foi avolumando com o andar dos tempos.

Houve, também, uma grande mobilidade em todo o país — brancos, negros e índios não permaneceram sempre nos locais para onde primitivamente foram levados, caminharam de leste para oeste e de norte para sul.

Os índios não o fizeram por serem nômades ou prezarem melhor a vida primitiva. Procuravam fugir ao convívio do branco por não se ajustarem ao novo meio cultural pois nêle o regime de vida entrava em conflito com suas crenças, usos e costumes. Por vêzes, não se conformando com a espoliação de suas terras, resolviam recuperá-las e voltavam-se contra os invasores brancos em sortidas sôbre os engenhos e currais, obrigando os lusos a guerras de defesa ou contra-ofensivas aos tupis, aos caetés, potiguaras, tupinambás, conforme testemunha o Padre Vieira, que viveu naqueles tempos, no Nordeste.

Transpondo rios e refugiando-se nas matas também os negros buscavam afastar-se dos brancos por causa dos tratos brutais e desumanos que êstes lhes infligiam, para escapar ao olhar implacável do feitor, à chibata, ao pelourinho, a tôda espécie de suplício. Eram levantes constantes, obrigando-os muitas vêzes a formar "quilombos", ou núcleos de foragidos, redutos fortificados onde passavam a viver sob as ordens de um chefe de sua raça. Êsses centros de população negra tiveram, muitas vêzes, elevado número de pessoas de ambos os sexos, 5 a 10 mil, como o quilombo dos Palmares, em Alagoas, que deu imenso trabalho ao poder público para destruí-lo.

A essas fugas irregulares seguiu-se o envio de pretos para a zona do ouro, em Minas Gerais, quando esta região prosperou e o Nordeste viu diminuído o valor de seu produto — o açúcar. Foram levas sôbre levas de negros e mestiços, que os nordestinos encaminharam para as regiões auríferas do sul.

Mas não parou aí a mobilidade do negro. Por êsse tempo as cidades se desenvolveram. O urbanismo exigiu o auxílio do

prêto. Novos ofícios, novos trabalhos, novo serviço para os escravos. E os negros da zona rural passaram, em boa parte, para as cidades.

4. Êsses movimentos trouxeram dois antagonismos. Primeiro entre o litoral e o sertão. No litoral os brancos, os negros e seus mestiços constituíram maioria. Opunha-se ao sertão onde predominavam os brancos, os índios e as combinações de ambos. Segundo, a região que vai da Bahia ao Maranhão opunha-se à que vai de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Na região do Norte e Nordeste avultavam os brancos, negros e índios, e seus mestiços; na região do Sul os brancos predominavam devido à imigração européia.

Por tôda a parte do Brasil se encontram brancos. São deslocados das áreas iniciais, devido, ao que parece, ao seu feitio psicofísico. O psiquiatra pernambucano Prof. Gonçalves Fernandes, em obra recente, em que estuda a *Mobilidade, Caráter e Região*, é de opinião que os ciclotímicos "naturalmente gordos, com diâmetro abdominal maior que o torácico, gozadores cômodos e realistas práticos, teriam ficado no litoral", enquanto os esquizotímicos "altos e magros, membros longos", teriam enfrentado os selvagens e os perigos das selvas e avançado pelo interior adentro em busca de riquezas.

Uma observação do Prof. Afonso de Taunay parece vir em apoio dessa hipótese do catedrático pernambucano. Conta Taunay que, examinando, no mosteiro de São Bento, em São Paulo, os ossos de Fernão Dias Pais, o "Caçador de Esmeraldas", notou serem os de um homem alto, tão longos eram os membros superiores e inferiores.

Como se vê, a miscigenação deu-se em todo o território nacional entre os três grupos de nossa gente — branco, prêto e índio.

Capítulo XIII

A ETNIA BRASILEIRA

B — Miscigenação e cultura

As exigências do tempo, a intuição e a habilidade dos lusos conquistadores obtiveram para a etnia brasileira os melhores elementos, físicos e espirituais dos negros e dos índios.

Etnia	Cruzamentos	1. Miscigenação 2. Aculturação
	Cultura	3. Traços salientes 4. Volta às fontes

1. Miscigenação é o cruzamento entre raças. Durante muito tempo predominou a opinião segundo a qual o mestiço era um degenerado. Mas uma rigorosa análise científica chegou a conclusão diversa. Não há povo livre da mistura com outros povos. Se fôsse exata a doutrina da degenerescência haveria infinidade de degenerados no mundo. No entanto o contrário é o que se observa — os mestiços não diferem dos puros, e até os há superiores aos puros.

Os mestiços são bons exemplares humanos, a menos que procedam de genitores doentes, foi a conclusão a que chegaram Fucher, Lotsy, Goddijn, nos estudos feitos na África; Ernest Rodenwaldt, no arquipélago de Sonda; Quatrefages e Sir Arthur Keith, na Polinésia; Calil Kook, G. H. Wilkins, D. Bates, Ashley Montagu, na Ásia e Oceania.

Mas a América, para a observação e o estudo dêsse problema, foi o maior campo de pesquisas, devido à sua extenção territorial e à variedade infinita de contactos humanos realizados dentro de seus limites. Por isso sobrelevam a tôdas as citadas pesquisas de Boas, G. D. Williams, Wilton M. Krogmanos sôbre os índios e os negros nos Estados-Unidos; M. J. Herskonts e Day sôbre brancos e negros no mesmo país.

Sôbre os mestiços brasileiros merecem destaque os trabalhos de um grande número de cientistas, tanto nacionais como estrangeiros, que se dedicaram ao assunto.

Um resumo dêsses estudos encontra-se no livro de Artur Ramos — *Introdução à Antropologia Brasileira.* Não é, porém, dispensável aqui a citação dos trabalhos de Edgard Roquete Pinto, o notável cientista há pouco desaparecido, que dedicou anos de sua vida às pesquisas dessa natureza entre nós. Em sua obra *Ensaios de Antropologia Brasiliana,* reuniu êle notáveis contribuições ao esfôrço de outros empenhados no mesmo afã.

Apesar de todo êsse trabalho, porém, ainda não há conclusões especialmente brasileiras sôbre a matéria.

O problema do branco versus negro é o que mais tem despertado interêsse em virtude do grande número de mestiços dêsse tipo existente no país. Formaram-se duas correntes divergentes: a de Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Tôrres e Oliveira Viana que desaprovam a miscigenação por lhes parecer um mal e a de Nina Rodrigues, Artur Ramos e Gilberto Freire que a defendem.

2. A aculturação é "o conjunto de fenômenos resultante do contacto, direto e contínuo, dos grupos humanos de indivíduos de culturas diferentes". A aculturação, porém, pressupõe uma cultura superior a outra.

No Brasil, pelo menos três culturas se defrontaram: a ocidental européia (tida por superior para o confronto) e as indígena e negra.

As relações entre selvagens e portuguêses a princípio foram amistosas. Vieram depois os resgates, isto é, a compra dos índios presos em outras tribos, e a sua redução ao cativeiro. Aí começou a luta.

Os jesuítas defenderam os selvagens, mas o govêrno português manteve uma atitude dúbia, ora a favor ora contra a escravidão dos silvícolas.

Do longo contacto resultou para nós um bom contingente de benefícios. Vejamos os de ordem material, primeiro, em seguida os de caráter espiritual.

Sobrevivências materiais: *a*) a agricultura nômade — a técnica da coivara ou a queima da mata para posterior aproveitamento da terra; *b*) o complexo da mandioca, que nós hoje usamos nas várias aplicações que os indígenas descobriram; *c*) a utilização que fazemos do milho nas múltiplas aplicações que os índios inventaram — farinha, canjica, pamonha, etc.; *d*) a cultura e o aproveitamento de uma porção de plantas que os índios separaram na mata brasileira — fumo, algodão, castanha de muitas árvores frutíferas; copaíba, ipecacuanha, erva-mate, plantas medicinais, que os selvagens usavam e que nos têm socorrido; *e*) aplicação na medicina popular brasileira da moda das "garrafadas", das "purgas" e dos "banhos de cheiro" e de "fôlhas"; *f*) as atividades culinárias, como os processos de "moquear" ou a assar diretamente o peixe ou a carne sôbre uma armação de madeira; o preparo do peixe no famoso bolinho chamado "moqueca", que se faz no borralho; g) o uso de utensílios domésticos — urupenha, raspa de madeira, samburás, colheres de pau, moringues e potes de barro, as cestas de palha trançada, os abanos para o fogo, os pilões, os jiraus, o leito fixo, as rêdes tão gostosas para os dias quentes; *h*) as atividades da coleta: a extração de resinas, das tinturas (pau-brasil), o urucu, o genipapo, as fibras têxteis — tucum, embira, junco; materiais de construção — lianas, sapé, fibras diversas; instrumentos de caça e pesca — botoque, arapuca, mundéu, esparrelas, curral, rêde e anzol de vários feitios.

Na cultura não-material, podem ser apresentadas as seguintes sobrevivências relativas aos mitos, lendas, cultos, superstições, contos, e danças que usavam os índios: *a*) os deuses tupis, principal-

mente dois — o caapora e o saci; as deusas das águas, especialmente a deusa dos rios — iara; *b*) várias outras divindades, algumas das quais fundidas com deuses africanos; as crenças no "bicho-papão", no "bicho tatu" e outros "bichos"; *c*) festas religiosas, principalmente os "catimbós" do Nordeste e as pagelanças do extremo Norte, os "candomblés" dos caboclos da Bahia e do Rio; *d*) contos populares de folclore indígena — como os da onça, do jabuti, etc.; *e*) festas como o "ciclo dos vaqueiros" do Nordeste e da Amazônia; *f*) igualmente as influências lingüísticas — morfológicas, vocabulares e toponímicas, que se encontram por todo o país, no nome das aves, das plantas, nos sobrenomes usados — Oiticica, Tibiriçá, Gitirana, Jacarandá, etc.

Na aculturação negra deve-se atender, antes de tudo, a dois motivos que a desfiguram: *a*) os negros, vindos para o Brasil, não eram portadores de culturas originais, porque na própria África sua cultura sofria influências estranhas, das quais a muçulmana foi a mais notável; *b*) eram escravos, não vieram para cá livremente, tinham que suportar o jugo de um senhor que os tratava como coisa e não como gente. Êste último fato é de salientar bem, pois unidos entre si se encontravam diferentes tipos negros irmanados no mesmo sofrimento degradante da personalidade.

Acrescente-se ainda que viviam os pretos segregados da vida social dos brancos.

Apesar de tudo isso, as sobrevivências negras no Brasil são numerosas, principalmente no campo religioso, embora a dispersão dos pretos por pontos diversos do território brasileiro, esfacelasse os núcleos culturais, que porventura pudessem êles formar aqui, se juntos estivessem no mesmo ponto os portadores das mesmas culturas africanas. E mais ainda, se a pressão social e religiosa dos senhores sôbre os escravos não tivesse levado os negros a tornar secretos seus cultos naturais. Êstes dois fatos criaram o sincretismo religioso e transformaram magia negra em feitiçaria.

O Dr. Artur Ramos ensina que a ordem geral do sincretismo foi a seguinte: gegê-nagô, gegê-nagô-malê, gegê-nagô-banto, gegê-nagô-malê-banto, gegê-nagô-malê-caboclo, gegê-nagô-banto-espírita, gegê-nagô-malê-caipira-espírita-católico, gegê-nagô-banto-espírita-católico-teosófico.

Os exemplos são os mais variados como se pode imaginar só pela enumeração acima. Alguns porém, podem ser citados: Deus — Olorum, Ololô, Zâmbi, Oluva; Nossa Senhora do Rosário — Iemanjá; Santa Bárbara — Xangô Iansã; São Sebastião — Omolu, Sapetá, Odê; Senhor do Bonfim — Orixalá, Obatalá.

A prática espírita sobrevive nas macumbas e candomblés. A fusão religiosa é particularmente significativa nos cultos e rituais de procedência banto. É o culto dos espíritos familiares, dos santos protetores que são invocados.

Mas não foi só no setor religioso que as culturas negras influíram na nossa vida. Na culinária, na própria língua portuguêsa encontramos o saber negro dando-nos auxílios inestimáveis, que longo seria enumerar. Com relação à influência sôbre o nosso idioma é de não ficar esquecido o esfôrço do Prof. Renato Mendonça cujo livro *A Influência Africana no Português do Brasil* é digno de encômios.

3. Achando-se o Brasil na América e tendo, esta parte do mundo, uma evolução semelhante em tôdas as suas frações, claro está que a cultura brasileira não pôde fugir à direção geral das outras culturas americanas. Assim, há traços gerais unindo a nossa cultura às outras culturas do Novo Mundo. E êles são principalmente dois: o humanismo clássico e a aspiração de liberdade.

Nossas idéias, como as dos outros povos americanos, vieram da Europa. A cultura da Europa Ocidental, que deu os colonizadores da América, teve por fonte a cultura greco-romana. Somos, pois, filhos espirituais da civilização da Grécia e de Roma, e a ela nos prendemos para sempre.

O Brasil foi dominado pelos portuguêses durante três séculos. De Portugal nos vieram homens e instituições, usos e costumes, religião e idéias. Como fugirmos à influência lusa oriunda da civilização romana?

O andar do tempo fêz com que piorassem as condições das metrópoles dominadoras das colônias americanas. E, em conseqüên-

cia, foram as mães pátrias a oprimir suas filhas americanas, para poderem sobreviver. O resultado foi o aparecimento do espírito de liberdade e de independência. Já então as colônias tinham um elevado índice de cultura para não suportar a tirania. A conseqüência foi o conflito, a luta armada. Mas essa luta, em que as colônias venceram as metrópoles, não extinguiu a idéia de liberdade de tal modo tinha ela se arraigado no espírito do povo das Américas. E hoje, quando não há mais lutas políticas, essa luz, guiadora de nobres feitos, serve para dirigir o espírito para conquistas outras, inclusive as científicas.

4. Obtida a independência, os povos americanos voltaram-se para os seus problemas internos. E ainda foi a cultura greco-romana que os guiou, pois foi lá que êles encontraram alento para novos empreendimentos. Assim surgiu um terceiro traço que uniu a cultura brasileira às outras suas irmãs — a volta às fontes antigas.

Vejamos os fatos. Entre nós se encontram numerosos africanos, portadores de culturas diversas. E também indígenas, que tinham seu quinhão cultural. Note-se no entanto — não nos voltamos nem para as culturas africanas, nem para as culturas ameríndias. Para a solução de nossos problemas culturais vamos buscar soluções greco-romanas, voltamos às velhas fontes.

O último traço cultural brasileiro é o fundo lírico ou sentimental de nossa gente. O povo português, do qual descendemos diretamente, não esconde êsse traço saliente de sua alma. Poderíamos nós fugir dêle depois de trezentos anos de dominação lusa?

Os americanos do norte exibem, indelével, o pragmatismo do inglês. O canadense revela a tendência crítica do francês, do qual é oriundo; os hispano-americanos expõem, sem receios, o caráter épico dos velhos espanhóis. Por que nós brasileiros havíamos de apagar de nossa alma êsse traço gentil e nobre do lirismo português?

Capítulo XIV

A ETNIA BRASILEIRA

C — Realizações

A obra que os mestiços brasileiros realizaram desmoralizou o racismo e o tropicalismo.

Os brasileiros	Derrotamos	1. O racismo 2. O tropicalismo
	Vencemos	3. Todos os obstáculos 4. Conscientemente

1. Por sermos um povo mestiço temos sofrido ataques virulentos. "Garante-se que o Brasil sofre de uma lesão medular, pelos sangues contaminados que se lhes reuniram nas veias. Vaticina-se a sua incapacidade para a civilização. Afirma-se que não passa de um gigante tabético incapaz de movimentos coordenados." E isso devido "à grande contribuição africana e indígena". E à ascendência portuguêsa.

Foi Gobinau, embaixador francês no Brasil em 1868, quem "erigiu em dogma a superioridade das raças brancas do norte sôbre as morenas do sul". As brancas, para êle, "possuem o monopólio da beleza, da inteligência e da fôrça", e, mais ainda, "tôda civilização deriva da raça branca".

A história, porém, não socorre o mestre francês, pelo contrário, o desmente. E com dois exemplos apenas reduz a nada a hipótese do dogmatizador.

Para Gobinau a negra "é a raça essencialmente cruel". Isso equivale ao absurdo de eliminar de uma penada tôda a história dos assírios, tártaros e mongóis.

Em sua opinião "a honra é desconhecida dos amarelos". Isto é, os homens do Oriente desconhecem a viga mestra da civilização. No entanto a história registra, com saliência, que "os mercadores de Xangai não davam recibos, e, no entanto, durante séculos, foram considerados os protótipos da fidelidade e da seriedade". Mais ainda, a moral de Confúcio anda à cola da nossa moral. Ainda mais: a civilização mongólica da Índia apresenta um tipo de arte monumental diante do qual desaparecem as criações do Ocidente.

Diante dêstes fatos incontestáveis, pode-se afirmar que só a raça branca é capaz de criar uma civilização?

Mas haverá mesmo uma raça branca, diferente das outras raças? Os estudos modernos não autorizam uma resposta positiva.

Dentre os numerosos estudiosos do problema das raças destaca-se William Ripley, professor de antropologia da Universidade de Columbia, nos Estados-Unidos. "As conclusões a que êle chegou, depois de longas e rigorosas investigações, são as de que ainda estamos mais perto da unidade das raças afirmada pela Bíblia e por Darwin do que da heterogeneidade."

Para êsse mestre eminente, como para a maioria dos antropologistas, é um contra-senso falar em raça branca diferente de outras espécies humanas. A França, por exemplo, disse aquêle sábio americano, "é uma imensa caldeira em que se fundiram" todos os tipos europeus, gente intermediária entre os amarelos e os negros.

Se tal coisa se pode dizer do "povo central" da civilização, que mais se afirmar dos outros?

2. Outro preconceito que precisamos desfazer é o do tropicalismo. Para os adeptos desta doutrina o homem que mora nos trópicos não tem capacidade para desenvolver suas faculdades intelectuais, não tem iniciativa, e se a possuir inicialmente perderá logo tôda coragem para agir bem. Será um ser incapaz de criar uma civilização. Para os que assim raciocinam só a zona temperada

pode abrigar os sêres civilizados. E argumentam que assim é por determinação divina, eis que o Éden fica na zona de média temperatura.

Mais uma vez a história não vem em socorro da hipótese que nos é contrária. Abramos qualquer dos compêndios dessa matéria. Que vemos, logo de início, senão duas das maiores civilizações da história brotarem na zona tropical? Em Babilônia era intenso o calor e não chovia; no Egito os homens lutavam com uma canícula inclemente. E que são êsses povos senão dos mais notáveis da humanidade? Fica assim por terra todo o orgulho dos nórdicos que negam aos habitantes dos trópicos a faculdade de prosperar.

Não negamos que haja no Brasil regiões de grande calor e trechos onde a vida humana é difícil devido aos males que ali se encontram, mas a maioria dessa terra está em região onde o homem vive bem e tem prosperado admiràvelmente. Não podemos anular as temperaturas, mas podemos extinguir os males que nos venham atrapalhar na luta pela vida.

Convém acentuar desde logo, porém, que o Brasil não é uma região tropical. Aqui temos todos os climas. A três horas da cidade de São Paulo encontra-se Campos do Jordão onde, no inverno, a temperatura desce a sete graus abaixo de zero. A poucas horas da cidade do Rio de Janeiro encontramos Petrópolis e Teresópolis, cidades de clima tão fresco como Campos do Jordão.

O Planalto Central do país, onde hoje se situa a sua capital, Brasília, desconhece os calores excessivos. De São Paulo ao Rio Grande do Sul o clima é europeu.

Nas Guianas, holandeses e inglêses não conseguiram fazer o que os brasileiros realizaram na Amazônia, trecho nosso em continuação ao dêles, com o mesmo clima e as mesmas possibilidades. Ali plantamos uma vida tão intensa que foi preciso inventar um novo tipo de pôrto — o de cais flutuante, para dar vazão aos nossos produtos. Ao redor dêsse pôrto surgiu, em plena mata equatorial, essa jóia urbanística que é Manaus, assombro dos visitantes estrangeiros.

Depois de tudo isso podemos ainda afirmar que os brasileiros não progrediram em sua terra?

3. Raça e clima não foram embaraço aos homens do Brasil na criação de uma civilização que hoje assombra o mundo.

Mestiços, em zona hostil, realizamos obra notável. "Nasceu (o Brasil) em berço agreste, entre os índios e as feras. Ao seu primeiro vagido responderam, ao longe, o clangor das inúbias e o rugido das suçuaranas. Faltavam-lhe as riquezas que só a mão paciente do tempo desentranhou. Os seus tesouros jaziam sepultados nos grotões, nos rios e nos penhascos. Os índios e as feras defendiam palmo a palmo o território em cuja posse haviam nascido. Surprêsas homicidas saltavam-na em cada arranque. Eram hoje os répteis e os insetos, amanhã as piranhas e as caçunungas, e sempre a maleita, as febres, o desconfôrto de uma natureza formosa e risonha na aparência, mas contra cujas surprêsas a experiência ainda não ensinara a combater."

Apesar de tudo vencemos. Hoje quem examina nossa vida encontra aqui os quatro elementos que, na lição de Tristão de Ataíde, dão a prova de um povo que completou sua maioridade dentro de uma alta civilização: virtude, justiça, paz e prosperidade.

Das virtudes que engrandecem o homem duas são salientes no Brasil — a fé e a caridade. Com relação à fé somos hoje o maior contingente católico do mundo. A caridade demonstramo-la diàriamente. Ainda há pouco o fizemos nos socorros que, espontâneamente, enviamos aos nossos irmãos do Chile.

A justiça sempre foi para nós a medida de tôdas as relações entre homens e povos.

Amamos a paz. Nunca fizemos guerras de conquista, e nas em que entramos foi em defesa de nossa dignidade.

A prosperidade material é visível, a espiritual está em nossos cientistas, artistas...

Diz Sérgio Buarque de Holanda que houve um tempo em que praticávamos a "moral das senzalas", mas essa época vai longe. Hoje domina aqui a moral cristã.

4. Para que exista um povo é preciso que, no aglomerado humano, se encontre a consciência da espécie. Por essa expressão

se entende um estado de consciência no qual cada um reconheça no outro um seu semelhante.

Três exemplos poderão esclarecer êste pensamento: 1.°) o operário que entra em uma greve que considera injusta mas obedece aos desejos de seus companheiros; 2.°) o industrial que não necessita de auxílio mas concorre para fundos que beneficiarão outros companheiros seus; 3.°) o homem do Sul, que não acredita no valor do candidato do Norte, mas vota nêle para cumprir o dever de partidário de seu grupo político.

Êsses três agiram cada um de acôrdo com seu grupo social. O operário de acôrdo com o grupo de trabalhadores a que pertencia. O industrial de acôrdo com os outros industriais. O eleitor em conformidade com seu partido. Nenhum dêles quis fazer prevalecer seu ponto de vista, todos seguiram a vontade de seu grupo social.

O mesmo acontece com os povos que têm consciência da espécie. Nenhum de seus membros impõe sua vontade, segue a da aglomeração, mesmo estando em oposição a ela. E isso se deu entre nós.

Três exemplos também podem ser apontados para provar o que ficou dito: amor à espécie, coesão social, defesa do patrimônio.

Os brasileiros amamos nossa pátria como os inglêses, argentinos, hindus amam a sua.

Vivemos coesos. Nada nos tem separado nos momentos de necessidade nacional. Lembremos apenas um caso — o da Guerra contra o Paraguai. O país inteiro uniu-se ao Imperador para derrotar a inimigo.

Como os gregos, defendemos nosso território com unhas e dentes, tal qual faziam os helenos na defesa do monte Olimpo, onde moravam os seus deuses. Como os israelitas com relação à lei de Moisés e os romanos em relação à Lei das Doze Tábuas, de forma alguma alienamos nossa liberdade, nosso direito, nossas prerrogativas.

Há uma estranha moléstia chamada miosite litóide que é o empedramento dos músculos, que petrifica corpos vivos. "Quando

ameaça um povo, tem como sintoma de invasão o endurecimento das consciências, em que os erros tomam a pouco e pouco a rígida concreção do granito." Nós não sofremos de miosite, não temos enfêrma a consciência, pelo contrário, a temos viva e lúcida. Também não sofremos de tabes, andamos com passo firme.

Capítulo XV

A SOCIEDADE PATRIARCAL

A — Condições materiais

Devemos ao comércio do açúcar a criação da fina sociedade que nos embalou no período colonial e que prosseguiu no imperial, embora com outro sustentáculo.

- A emprêsa
  - Fôrças
    1. Da terra
    2. Do homem
  - Fabricação
    3. Os engenhos
    4. Fases

A sociedade patriarcal vicejou no Brasil por mais de três séculos. Era uma sociedade aristocrática. Nela "havia o gôsto dos banquetes que duravam vários dias, a abundância da adega e o fausto das equipagens". Os homens "eram pródigos, magníficos, gentis, bravos e desdenhavam a poupança, o entesouramento de capitais". Reduziam "a prazer, ostentação e galanteria o imenso rendimento" da indústria do açúcar, da venda do café, conforme a época em que viveram.

Essa sociedade iniciou-se no Nordeste e aos poucos estendeu-se por tôda a zona colonizada do Brasil.

Dois cronistas dos tempos iniciais não nos deixam mentir. São o Padre Cardim e o rico plantador de cana Gabriel Soares. Em 1583 escreveu o primeiro que os pernambucanos "vivem na fartura, parecem uns condes, gastam muito". Em 1587 Soares informa:

"é tão poderosa esta capitania (de Pernambuco) que há nela mais de cem homens que têm de mil até cinco mil cruzados, alguns 8, 10 mil cruzados".

Essa dourada sociedade passou do período colonial para o império.

* * *

1. Tôda sociedade necessita de duas bases — uma física onde repousa, outra econômica que permite seus movimentos.

Sua base física a sociedade patriarcal brasileira encontrou-a primeiro no Nordeste e, ao depois, no litoral e no interior do país. Sua base econômica foi, de início, a cana-de-açúcar, finalmente o café.

A região de cana-de-açúcar, o litoral do Nordeste, vai de Pernambuco para o sul.

Para a capitania de São Tomé, Pero Góis trouxe os capitais de um rico Martim Ferreira. O Duque do Aveiro investiu largas somas na capitania de Pôrto Seguro. Na capitania de Ilhéus "homens ricos de Lisboa mandaram fazer engenhos", informa Gabriel Soares. Duarte Coelho deu sesmarias a fidalgos lusos que o acompanharam ao Brasil. Dentre êstes se destacaram: Cristóvão Lins que criou a zona açucareira do Rio das Pedras, em Alagoas; Barros Pimentel que fêz o mesmo na região de Santo Antônio Grande; nas margens do Mandaú firmaram-se Diogo Soares e Gabriel Soares de um lado e Gonçalves Vieira na outra margem.

Pernambuco e Bahia tornaram-se logo os mais adiantados centros produtores de açúcar. Em 1576, a Bahia possuía 13 engenhos e Pernambuco, 33. Cinco anos depois, em 1583, a Bahia tinha 31 e Pernambuco já contava com 66.

Recife, Olinda, a ilha fértil de Itamaracá, Igaraçu, Goiana, Cabo, com seus portos e fortalezas. Serinhaém com seus solares estendidos na colina, Maceió, Salvador — a "urbe-castelo" de Tomé de Sousa, Vitória, na ilha destacada do litoral — eis os pontos mais vistosos das plantações e do fabrico do açúcar.

É que nesses pontos a natureza concedera ao homem os melhores terrenos para a cultura, as melhores águas e melhor clima — a trilogia exigida pela cana para sua prosperidade. Além da humidade precisa, a cana ali encontrava o clima propício e a terra que requeria. O chão é de massapé, terra de rara fertilidade. Foi êle estudado pelo saudoso Prof. Orville Adalberto Derby, o eminente geólogo que nos legou mais de duzentas monografias sôbre trechos de nosso território: "É argila proveniente da decomposição de folhelhos sedimentários cretáceos". Isto é, decomposição das rochas mais velhas do mundo.

É geralmente prêto ou cinzento-escuro, rico de matérias orgânicas.

2. A terra era fértil e útil a mil plantações. Faltava a ação do homem. Por ali passaram muitas tribos indígenas, mas nada plantaram, nada aproveitaram de solo tão bom. Faltava-lhes o conhecimento de causa, faltava-lhes o meio propício.

Os lusitanos que para ali acorreram trouxeram o necessário para o aproveitamento de tôda a região. Trouxeram cultura, trouxeram experiência. Mais que tudo, as condições gerais da civilização no momento os favoreciam — os mercados europeus ansiavam por açúcar, a Europa era próxima da terra brasileira que podia produzi-lo.

No Oriente os lusitanos conheceram plantações de cana-de-açúcar e viram como se dava o seu aproveitamento industrial. Nas ilhas próximas de Portugal êles próprios cuidaram da plantação e da industrialização de cana-de-açúcar.

Teriam o capital necessário para a emprêsa? Os judeus lusos poderiam fornecê-lo se os lusos cristãos não pudessem dá-lo.

E com tudo isso se meteram na obra. E dela saíram vitoriosos.

3. Já em 1584 os engenhos de cana davam idéia de uma vila "com seus grandes edifícios", diz Gabriel Soares, "assim de engenho como de casas de purgar, de vivendas e de outras oficinas". Com efeito, êles abrigariam além do engenho pròpriamente, mais os

depósitos de cana, a casa das caldeiras, as casas de purgar, o palanque para o mestre de açúcar, a caixaria (porque o açúcar era remetido ao estrangeiro em caixas de madeira que os carpinteiros fabricavam no próprio recinto dos engenhos).

No corpo central havia ainda a estrebaria, o curral, as casas dos operários graduados, a senzala, a capela, etc.

Os antigos engenhos eram montados em dois cilindros horizontais, em geral de madeira, e movidos a água ou por juntas de bois. No crepúsculo do século XVI ou no limiar do século XVII foi que surgiram os engenhos de cilindros verticais, novidade trazida ao Brasil por um frade espanhol. Aliás os primeiros engenhos nossos foram copiados do mundo açucareiro dos castelhanos, das Canárias em especial.

A técnica da fabricação do açúcar, porém, ao que parece, os lusos a trouxeram do Oriente.

A fôrça motriz mais usada era a dos animais. Os engenhos que se utilizavam da água tinham que parar a moagem ao tempo das sêcas, porque o regime pluvial do Nordeste sofria colapsos pelo tempo das estiagens. A fôrça dos animais era certa.

Além de mover os engenhos, os animais ainda faziam o transporte da cana, do canavial para o engenho, e dali o açúcar para o embarque, nos portos onde os navios esperavam.

Assim a fôrça animal era indispensável nas fábricas de açúcar. Mesmo trabalhando só nos engenhos era enorme a quantidade dêles empregada no serviço. "Se o engenho mói com cavalos costuma ter quatro almanjarras em que se empregam oito cavalos, que são mudados de três em três horas, e aqui vem que necessita de 64 cavalos porque o que faz aquêle serviço não o pode repetir dentro de 24 horas, sob pena de ficar estuporado dentro de pouco tempo."

4. Foi por isso que Frei Vicente de Salvador atribuiu à capitania de Pôrto Seguro lugar próspero na produção do açúcar pois "nela se dá muito bem o gado vacum e se podem com facilidade fazer muitos engenhos".

O fabrico do açúcar entre nós teve duas fases — a dos engenhos de água e dos animais e a dos engenhos movidos a vapor.

Atualmente são êles movidos a eletricidade. "Na evolução da técnica, um período não constitui uma rigorosa unidade... a técnica dos engenhos de moer cana e fabricar açúcar começada entre nós com os engenhos de água (azenha) e de bois (trapiches) que marcam a primeira fase de cêrca de três séculos, desenvolvida mais tarde com a utilização das máquinas a vapor (2.ª fase) e completada, ao menos por enquanto, pelas grandes usinas movidas por fôrça elétrica (3.ª fase), não terminam bruscamente mas se interpenetram e se prolongam cada uma delas na seguinte pela morosidade de nosso processo de evolução".

Hoje o açúcar é produzido principalmente no nordeste, no Recôncavo Baiano, em Campos e no Estado de São Paulo. "Suas instalações modernas, com seus lagos artificiais, ou suas reprêsas (só a Usina Catende, em Pernambuco, conta 14 tanques com bomba de elevação e 9 açudes), com suas ferrovias e suas estradas de rodagem, com seus imensos canaviais e seus jardins para experiências de variedades, suas casas de hóspedes, suas vilas operárias, e seus acampamentos urbanos." Quando vemos tudo isso não podemos deixar de admirar o progresso que nesse setor realizamos e que desejamos se estenda para todos os setores da nossa vida, quer material, quer espiritual.

Capítulo XVI

A SOCIEDADE PATRIARCAL

B — Vida Econômica

A energia lusitana, unida ao capital particular e à mão-de-obra escrava, criaram no Brasil uma nova forma de vida econômica.

A vida	A fábrica	1. A monocultura latifundiária 2. Os escravos
	O produto	3. A técnica 4. Transportes

1. Quem, na primeira metade do século passado, visitasse os barões do Recôncavo baiano, os magnatas de Santo Amaro, Cachoeira e São Francisco, viria ali um painel maravilhoso. Engenhos de grande vulto "casas de meles e moendas, bagaços e purgas, tendais, senzalas, estrebarias e estaleiros; capelas a branquearem entre o verde-escuro dos pomares e o verde-gaio das bananeiras; residências e hortas de tanto aparato à vista que, quando Labatut atravessou aquêles campos para o assédio da cidade de Salvador, vendo-lhes ao longe as construções, exclamou admirado: Parecem uns principados".

Êsses quadros maravilhosos repetiam-se por quase tôda a região de açúcar e, ao depois, pela do café, quando atingiu sua grandeza.

Era o latifúndio e a monocultura, que se instalaram em nossa terra, desde o início de sua colonização.

Esta é a rica região da Várzea do Recife onde vivia a gente abastada de Pernambuco ao rebentar a guerra contra os holandeses.

Foi a necessidade que os determinou. A terra era muito grande e precisava ser defendida. A Coroa lusa não tinha meios suficientes para fazer sòzinha o trabalho e apelou para os particulares. Êstes só aceitaram a oferta com muita vantagem. E a Coroa lhas deu.

Os donatários receberam grandes glebas por capitania. Deram por sua vez grandes pedaços por sesmarias a quantos puderam tratar delas. Está aí a origem das grandes propriedades. Mas não bastava. Para cuidar de tão grandes pedaços da terra seriam necessárias emprêsas que dessem bastante lucro e que não saíssem do poder de seus instaladores. Só uma era recomendada por êsse tempo — a fabricação de açúcar.

Muitos não tinham os capitais necessários para o empreendimento mas encontraram quem lhos emprestasse. Assim se instalou aqui a monocultura açucareira.

Não tem razão Oliveira Viana quando escreveu que essa vigorosa grandeza que constituiu a grande propriedade agrária se deve "ao sentimento aristocrático introduzido pelos primeiros aventureiros fidalgos que, nesses tempos remotos, vieram fazer a América". À Coroa portuguêsa importava menos a fortuna dos fidalgos que a defesa da terra.

2. Se a emprêsa era grandiosa, seus gastos eram enormes. Não seria o povo português, pobre então, que poderia arcar com tão alta responsabilidade. Conseguiram montar as fábricas, mas isso não era tudo. Faltava o braço que a movimentaria — o trabalhador. Surgiu então nova necessidade — o operário barato. Êsse só podia ser o escravo, o que operasse pelo sustento pessoal.

Foi preciso então ressurgir o velho instituto da escravidão, para sustentar o instituto do açúcar. Depois do século X, em que apareceram certos progressos essenciais aos transportes no aproveitamento da fôrça animal ("o peitoral que, tomando apoio sob a base das espáduas, capta tôda a fôrça do animal; a ferradura, em seguida a disposição em filas, de juntas de bois ou parelhas de cavalos"), a escravidão foi desaparecendo.

É bem certo que aqui não faltavam animais, mas o trabalho dos engenhos era múltiplo e todo êle repousava sôbre o escravo. Uma tal emprêsa, diz Calógeras "exige largo dispêndio de trabalho. Derrubada para roçarem o mato das plantações, agricultores para limparem as derrubadas e prepararem a terra para a semeadura, os campos e as colheitas das messes, o transporte das canas e das espigas, de milho e das demais colheitas; operários para construírem e remendarem os engenhos, as rodas d'água, os canais e os regos; remadores para barcas e lanchas em que se transportavam rio abaixo até o oceano as utilidades colhidas, ou preparadas; caldeireiros, serventes, fazedores de tijolos, criados de tôda espécie para sustentar a fazenda, guardas para proteger a família e a propriedade; tais eram em resumo as mais importantes formas de trabalho impostas aos empregados e escravos".

3. Êsse regime de economia patriarcal, porém, só pode ser bem compreendido se tivermos sob os olhos a técnica da produção e de transporte que constituiu sua base e desenvolvimento.

Duas séries de conhecimentos especiais exige a indústria do açúcar: a do plantio e colheita da cana em primeiro lugar e a transformação do seu caldo em açúcar.

A cana, além do solo, da água e do tempo próprio à sua cultura, exige trato especial. Há necessidade de gente especializada para preparar o solo, lançar as mudas, vigiar o crescimento e apanhá-la no tempo próprio.

Transportada para a usina, a cana é moída e dela retirado o suco. Êste passa por processos de fermentação, de purificação, até ser levado ao fogo e transformado em mel. O mel é depois submetido a transformações até chegar a ser o conhecido pó branco, filtrado, que se encontra no mercado. Quantos técnicos são precisos para cuidar de cada uma das fases a que se sujeita a cana e depois o caldo até chegar a êsse têrmo final?

Nesse mister ocupavam-se centenas de pessoas conforme o tamanho da fábrica. Isso tudo, porém, é o cerne do trabalho. Além dêle há o trabalho anexo: as ferramentas que se usam em todos os

serviços, da lavoura e da usina, os que dizem respeito à criação do gado que é utilizado em todos os serviços e transportes; a alimentação para todo o pessoal ocupado nos afazeres, etc. Tudo tem que ser dirigido e controlado por chefes hábeis e ativos que não podem descuidar-se nem um instante do trabalho que têm sob as vistas, sob pena de um simples descuido de qualquer dêles paralisar tôda a indústria.

Por tudo isso se vê que uma solidariedade de funções prende a todos para que tudo se execute com firmeza.

4. A fôrça motriz da fábrica era a água ou o animal e só posteriormente foi o vapor.

Pronto o produto, urgia levá-lo à fonte de consumo que era a Europa. Para lá seguia levado pela marinha mercante. Mas, até o cais de embarque, seguia o produto por via terrestre, ou pelos rios. "Picados com furor pelos ferrões das longas varas dos condutores, os bois puxavam os carros que conduziam o açúcar. Era o transporte mais comum. Nos lugares onde os rios davam altura, e quando davam, havia então para êsse mister o transporte por embarcações. Eram vários tipos que podem divisar-se: batelões, barcaças, saveiros, alvarengas, canoas a vela, como essas que ainda hoje se vêem sôbre o São Francisco, e canoas escuras, apelidadas borboletas por suas duas asas amarelas." Assim chegavam aos portos as caixas de açúcar.

Capítulo XVII

A SOCIEDADE PATRIARCAL

C — A Estrutura

Primeiro grupo que se formou na paisagem social do Brasil — o patriarcal, foi, a um tempo, familiar e político. Formadas as cidades, a família citadina copiou a família patriarcal. Ambas constituíram, em maioria, a sociedade brasileira.

- A sociedade
  - Patriarcalismo
    1. Conceito
    2. Regime familiar
  - Poderes
    3. Relações
    4. Expansão

1. O sistema agrícola adotado pelos portuguêses, logo no início da colonização do Brasil, forjou uma rêde de normas de ação. Essas normas, vistas em seu conjunto, formam um estilo de vida, isto é, um modo de existir, de trabalhar e operar. Vivendo neste meio, trabalhando, cumprindo obrigações, o homem adquiriu uma mentalidade nova, novos meios de sentir e de pensar. Êsse novo estilo de vida e essa nova mentalidade constituíram o que se chama patriarcalismo ou sociedade patriarcal.

A sociedade patriarcal é assim chamada por sua semelhança com outra de igual nome que foi adotada pelos romanos em tempos passados.

Os principais característicos do patriarcalismo são a absorção e a confusão das funções sociais.

Nela as funções sociais estão tôdas unidas. Nenhuma delas se acha separada das outras. Assim as duas principais funções — a econômica e a política, estão unidas na pessoa do senhor. Êle é, ao mesmo tempo, o dono de tudo e o que tudo pode. Espôsa, filhos, empregados, escravos, todos que vivem no ambiente social devem-lhe a mais irrestrita obediência. Chefe econômico, êle dispõe da terra; chefe político, tem tôdas as fôrças em suas mãos.

Por tudo isso pode-se dizer que o patriarcalismo é uma pirâmide: sua base é a escravatura, a senzala, seu ápice é o senhor. Entre êsses dois extremos ficam os outros que vivem no mesmo ambiente da sociedade patriarcal.

Do alto de seu poder o senhor governa a todos, e todos lhe subordinam sua vontade. Como o senhor vive na Casa Grande, esta tornou-se o símbolo da sociedade patriarcal.

2. No patriarcalismo surge, imponente, a figura austera do senhor de engenho. O poder que êle exerce sôbre os filhos, a espôsa, os escravos, e demais membros do rebanho humano que vive sob suas vistas, é despótico, isto é, não tem limites. De todos exige êle a mais completa obediência. Qualquer falta é punida com severidade e sem apêlo. O escravo além de obediente, deve ser dócil, pois o senhor não tolera outra atitude.

E êle deseja que as qualidades do escravo sejam também as das outras pessoas da grei. Êle deve ser, para tôdas as pessoas — "o senhor pai". Até da espôsa exige êsse tratamento. Ela subordinou-se ao espôso de tal modo que quase se igualou à escrava.

Houve, por certo, reações. Os padres defenderam os meninos. Os arquivos conservam cartas dos jesuítas, escritas no século XVI, em que êles se opunham à tirania dos pais contra os filhos. "Opõem ao poder patriarcal, absoluto, dos pais a superioridade moral e intelectual dos meninos que educam", diz um documento.

As mulheres, não encontrando defensores, reagiram sòzinhas. Para obter uma justa liberdade lançaram mão de todos os recursos de que dispõe a argúcia feminina. Desenvolveram os meios de agradar. O que atualmente é trabalho da indústria, naquelas épocas

era serviço caseiro — tintas, pomadas, enfeites. O trajo foi aprimorado. "O trajo das senhoras dos sobrados e das Casas Grandes chegou aos maiores exageros de ornamentação", contam os cronistas. Muitas, porém, puseram a prova suas faculdades intelectuais, sua coragem, sua audácia. Outras foram obrigadas a tomar atitudes graves em face de necessidades prementes — doença, morte, viuvez, e até revoluções e guerra. Nessas ocasiões mostraram-se dotadas de energia social e não sòmente doméstica. "Várias famílias guardam a tradição de avós quase rainhas que administraram fazendas quase do tamanho de reinos." Viúvas que cuidaram do patrimônio da família tão bem como os esposos falecidos.

Mas, em geral, a mulher do patriarcalismo era pálida e franzina, sem cultura intelectual, apenas dirigindo o trabalho da casa.

3. A fôrça do patriarca, do senhor, não se fazia sentir sòmente sôbre os escravos e a família, pesava também sôbre os estranhos que viviam no aglomerado humano de sua propriedade.

Homens livres, lavradores e fornecedores de cana, que se estabeleciam nas sobras de terras para cultivá-las como rendeiros, sofriam a superioridade do senhor do engenho. Não era só o poder econômico era a própria personalidade do patriarca que se exercia sôbre êles. Os viajantes do período colonial, que aqui estiveram, dão notícia dos excessos em que se desmedia o senhor de engenho sôbre êsses homens que, vivendo de seu trabalho, estavam à mercê do patriarca. Chegaram os senhores de engenho a negar aos lavradores o corte, quando de justiça lhes pertencia, e as suas canas estavam na verdadeira e própria ocasião de ser cortadas; e a mandar-lhas cortar e carrear para o engenho e não lhes moer a tempo, deixando-as melar e azedar no picadeiro por três, quatro e mais dias, ficando por isso em estado de para nada servirem, mais de que para destruírem o triste lavrador que em menos de uma semana tinha perdido o trabalho de mais de um ano.

O viajante inglês Henry Koster observou muito bem quando escreveu: "O arrendatário por meio do qual exploram as terras ocupadas é extremamente inseguro e essa insegurança constitui uma das grandes peças do poder que o latifúndio exerce sôbre os rendeiros".

4. Essa organização familiar que se instalou na Casa Grande com uma disciplina modelar e um chefe aristocrático até o absolutismo, havia de ter, como teve, na sociedade colonial, uma grande fôrça de expansão. A família burguesa se decalcou na família patriarcal.

Viam-se, com efeito, nas famílias burguesas a mesma constituição da família patriarcal. O arcabouço era o mesmo — a escravidão era a base e a autoridade absoluta do pai, o ápice. "A mesma disciplina, a mesma sujeição."

Foi dêsse modo que a antiga colônia de plantação passou a ser não o "império de plantadores", como quer Gilberto Freire, mas o "império do individualismo" que agrupava tanto plantadores como não plantadores.

Êsse patriarcalismo brasileiro tornou-se antagônico ao govêrno lusitano. Êle tudo podia, o Estado — longínquo e vacilante, quase nada. Harmonizá-los era impossível. "Era como se quisesse equilibrar uma balança com pesos diversos em cada prato", escreveu Fernando de Azevedo.

Só com o andar dos tempos e a melhoria das cidades é que o poder do Estado se foi fortalecendo. A subordinação das cidades ao govêrno foi seguida da subordinação do campo.

E em face dos acontecimentos, que se seguiram, os patriarcas foram tendo seus costumes adoçados, até à abolição da escravidão, quando receberam êsse duro golpe. Outros grupos sociais já se tinham formado e desenvolvido. E a êstes coube continuar o progresso da nação.

Capítulo XVIII

A SOCIEDADE PATRIARCAL

D — O elemento moral — os jesuítas

Complexa a sociedade patriarcal. Formaram-na três raças — branca, preta e vermelha, e seus mestiços. Todos de diferentes níveis culturais. Além disso os negros, e parte dos vermelhos, eram escravos. Êsse o ambiente em que os jesuítas deviam exercer sua ação moralizadora.

- A sociedade
  - A moral
    1. O código
    2. Os vigias
  - Os jesuítas
    3. Seus símbolos
    4. A catequese

1. O ideal do patriarcalismo não foi o de formar, no Brasil, um grupo de homens ricos. Foi coisa muito mais alta — constituir aqui uma civilização. Para isso seria necessário formar um sistema de deveres e obrigações ao qual todos se subordinassem, isto é, um código de moral que regesse a todos e os elevasse ao alto grau em que se encontravam os mais adiantados povos da terra.

Alguém devia zelar pela execução dêsse estatuto, isto é, alguém teria que vigiar sua execução. E êsse alguém foram os jesuítas. O desinterêsse e o devotamento que os filhos de Santo Inácio puseram no policiamento de nossos costumes constituem uma obra não só

notável como imortal. Nada desejando para si, tudo fazendo para o bem comum, os inacianos se dedicaram de corpo e alma à elevação da sociedade brasileira a que serviram ininterruptamente durante duzentos anos. Voltando posteriormente, a operar aqui, não desmereceram nunca de nossa gratidão.

2. O catolicismo é tradicional na terra portuguêsa. É tão evidente êsse fato que dispensa provas. Mas se houver alguma dúvida a respeito, basta consultar a história de nossa bandeira, da bandeira brasileira, para se ter certeza absoluta. Para nosso pavilhão foram trasladadas as côres azul e branca justamente para lembrar a nossa mãe-pátria — Portugal. Essas duas côres eram designativas do povo luso, as côres de sua bandeira — as côres do Manto de Nossa Senhora. Nosso pavilhão os ostenta na esfera central, como se sabe.

Outra prova robusta deu-a D. João III no regimento que entregou a Tomé de Sousa para ser executado no Brasil. Nêle o rei declara textualmente: "A principal causa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa fé católica..."

Os jesuítas, porém, não se dedicaram sòmente à catequese dos selvagens, cuidaram, por tôdas as formas, de corrigir os vícios da sociedade nascente. No confessionário, no púlpito, nos colégios que aqui criaram, pregaram e defenderam o código da moral cristã.

De um dêsses eminentes batalhadores por uma vida mais alta, o Padre Vieira, disse um de seus biógrafos — João Francisco Lisboa, que "nenhuns contratempos eram assaz poderosos para o desvirarem do cumprimento de seus nunca esquecidos deveres religiosos". E o que se diz de Vieira pode-se repetir, sem mêdo de errar, de todos os membros da Companhia de Jesus.

Para melhor influir na nascente sociedade os soldados de Jesus se dedicaram ao ensino e educação da juventude nos colégios sem conta que aqui elevaram. Por intermédio dos jovens ensinavam e educavam seus pais.

3. A obra imensa que os inacianos levaram a cabo no Brasil foi resumida nos dez volumes em que um eminente jesuíta, o Padre Serafim Leite, fêz a *História da Companhia de Jesus no Brasil.*

Foram trabalhos materiais e espirituais, porque êles não só constituíram a fôrça moral da colônia, como ajudaram a colonização das terras, reunindo os índios em aldeias e ensinando-lhes a trabalhar para obter os elementos materiais da vida.

Êsse trabalho inestimável devia ser lembrado diàriamente para exemplo de todos. Um monumento seria indispensável. Por isso Calógeras escreveu: "Aos jesuítas, em seu conjunto, o único monumento a erigir-lhes, digno dêles e de sua obra, é o próprio Brasil, que êles idearam e procuraram realizar com os meios e a mutabilidade do tempo".

Propunha então o eminente brasileiro que se erigisse aos jesuítas um monumento semelhante ao que Bernardelli criou para perpetuar o "descobrimento". Nêle se veriam, então, estas três figuras apostólicas: Vieira, Anchieta e Nóbrega — o pregador, o santo e o organizador. "Iguais na grandeza e na abnegação, seduziram inteligências e corações por aspectos diversos de sua atividade." Êsses três homens são bem os símbolos da fôrça moral que norteou a vida colonial brasileira.

4. Para catequizar os índios e educar a mocidade, os jesuítas espalharam colégios por todos os recantos do Brasil. Êsses estabelecimentos eram públicos e gratuitos. Logo ao chegarem aqui fundaram os da Bahia, São Vicente, Ilhéus, Pôrto Seguro e Rio de Janeiro. A vida não lhes foi fácil, pois não podiam possuir terras nem escravos, conforme determinação expressa de Santo Inácio, que lhes prescrevia a pobreza. Só para seu sustento e dos neófitos é que podiam ter renda. Êsse fato embaraçou-os extraordinàriamente. Mas em 1564 um alvará do Rei D. Sebastião veio resolver suas dificuldades. Por êsse ato o rei lhes dava o de que necessitavam.

Veio então a segunda fase de sua ação no Brasil. Em vez de poucos e pobres, os jesuítas passaram a ser numerosos e com o

suficiente para a expansão de sua obra missionária. As casas de ensino se multiplicaram em número e em tamanho. Ampliou-se a casa de Ilhéus, criaram-se outras em São Luís do Maranhão, Parnaíba, Santos, (a de São Vicente passou para São Paulo), Pará e Recife.

Iniciava-se o século XVIII e novas construções se elevaram em Alcântara, na Colônia do Sacramento, Fortaleza, Vigia, Paranaguá e Destêrro (hoje Florianópolis). Eram todos colégios públicos e gratuitos, lembra Serafim Leite, e informa que tinham por padrão o Real Colégio das Artes, de Coimbra.

Capítulo XIX

A CONQUISTA DA TERRA

A — As estradas do sal

O sal é indispensável à vida do gado. Não fôssem as salinas existentes no interior do Brasil e a nossa pecuária não atingiria o grau a que chegou. É justo, pois, que se chame a atenção de todos para êsse fato. As "estradas do sal" são os caminhos que conduzem às salinas.

- A pecuária
  - Preliminares
    1. Valor
    2. Histórico
  - Regiões
    3. Nordestina
    4. Mineira

1. Rechaçada para o interior do sertão, escondida à vista, a pecuária não tem tido em nossa história a posição que merece. Faltam-lhe o lustre dos engenhos e o atrativo da mineração. Também não chega até seus redutos o brilho das lutas políticas para chamar para ela a atenção de todos. No entanto o papel que representa na vida nacional é dos mais úteis e indispensáveis. Sem a carne a população não passa. Ela foi mesmo, no período colonial, de capital importância na alimentação.

Os viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil nos tempos antigos, não deixaram de relatar o que viram: boiadas sem conta palmilhando os caminhos e as ruas dos centros populosos. Os que puderam mostrar estatísticas citaram números que assinalam a im-

portância do fenômeno. Mais de 20.000 bois, vindos do sertão, eram consumidos anualmente só na cidade do Salvador, na Bahia. Cêrca de seis mil por ano, chegados de terras longínquas, eram abatidos em São Luís do Maranhão. Belém do Pará, só no ano de 1828, consumiu 11.000 reses.

Era ativíssimo o comércio pecuarista. Uma das atividades mais fortes da colônia.

Excluída a pequena faixa à beira-mar onde se cuidava principalmente do açúcar, e a região das minas de onde se extraía o ouro, outra atividade notável no Brasil era a criação do gado.

2. Foi na região do Nordeste que se iniciou essa atividade na colônia lusa. Para cá vieram pessoas entendidas da matéria e animais trazidos da metrópole para iniciar a criação nos campos sem fim que possuía a terra do Brasil.

Os homens que descobriram e devastaram o sertão para nêle estabelecer a criação do gado, não haviam de ser muito diferentes "dos tupinambás e caetés: sumàriamente vestidos, a face acobreada, falando "abanheenga", comendo as raízes que êles mastigavam, bebendo a água que se agasalha nas palmas do gravatá, caçando à flecha os roedores da caatinga, onde o seu organismo de aço, como planta enfezada persistente, recobrava energias inesperadas".

Duas armas levavam, poderosas — a coragem de vencer o desconhecido e a proteção do rei que, em cartas régias, lhes davam o direito de "devassar os sertões fora da autoridade dos governadores, como um potentado solitário e soberano na terra ilimitada".

Os descobridores se meteram pelas caatingas, pelas invernias tapetadas de relva macia que os estios encinzeiravam, "realçando na vastidão arenosa as cactáceas de perfis fantásticos", ou as serras e chapadas sem fim, quando não rios e riachos que as chuvas raras enchiam de água preciosa.

Fazendo do boi seu soldado, tangendo as manadas, iam sertão adentro carregando a civilização. E encontraram pela frente o selvagem terrível, revoltado pela tomada das terras que o viram nascer. Astuto, desleal, inevitável, o canibal lhes surgia de todos

os lados e por tôdas as formas. Os índios chegaram até a formar a "Confederação dos Cariris" para combater o invasor branco, nos atuais Estados de Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. E quando os primeiros estabelecimentos se fixaram nas terras nordestinas o gentio usou de outras táticas para desalojá-los, talando os currais e "quebrando a cabeça aos prisioneiros em sinal de guerra declarada".

Nada, porém, demoveu o amigo da pecuária de seu intento. Pelo contrário, tudo o animou a prosseguir em sua faina. E assim conquistou êle terras sem conta.

O governador de Pernambuco declarou em 1700, em documento oficial, que os herdeiros da Casa da Tôrre, Antônio Guedes e Domingos Sertão, "eram senhores de quase todo o sertão de Pernambuco". Os curralistas chegaram a possuir tanta terra que, por si e pelos seus não puderam governá-las. Foi preciso darem-nas a outras pessoas para tratarem delas. Nomearam então procuradores, principalmente os da Casa da Tôrre, para serem dirigentes de largos tratos de terra. Aos procuradores davam autoridade, apoio e fôrça, mas exigiam dêles, em troca, sujeição, tributo e homenagem.

3. A criação iniciou-se no Nordeste, subiu o São Francisco e penetrou em Minas Gerais. Assim, desde logo êsses dois trechos da colônia começaram a possuir gado em quantidade. Primeiro o Nordeste, e ali o desenvolvimento foi espantoso. Cêrca de um milhão de quilômetros quadrados contava aquela região para a expansão do pastoreio. Esta imensa zona de criação estendia-se entre o rio Parnaíba e o norte de Minas Gerais. Depois do Parnaíba ainda pode-se incluir nela a região chamada dos Pastos Bons do Maranhão. Para oeste o limite desta zona do sertão se fixa na margem esquerda do São Francisco.

Três foram os fatôres que permitiram o estabelecimento ali da notável criação — a vegetação, o relêvo e as jazidas de sal.

A vegetação local é pouco densa e isso permitiu ao homem estabelecer-se na região com pouco trabalho de desbastamento; o

relêvo apresenta grandes chapadas próprias para a criação; finalmente ali se encontram jazidas de sal, precioso alimento do gado.

Martius, no segundo volume de sua *Viagem à Bahia*, descreve pormenorizadamente a zona do sal, ao longo do rio São Francisco — do rio Salitre a Vila Urubu, "numa extensão de quase 60 léguas (380 quilômetros) de comprimento por 20 a 25 de largura (120 a 150 quilômetros)". Trata-se, pois, de uma região de 43.200 a 54.000 quilômetros quadrados, isto é, uma zona mais ou menos do tamanho da metade de Portugal, ou a quarta parte do Estado de São Paulo.

Seu produto vai abastecer todo o sertão, de Piauí a Minas, e ainda Goiás e Mato Grosso. Anualmente se exportavam para mais de 35.000 surrões de 30 a 40 livras de sal. Eis porque Antonil foi encontrar, no São Francisco, cêrca de um milhão de cabeças de gado, no princípio do século XVIII.

Juntem-se a êsses benefícios mais as excelentes pastagens e água suficiente, pois que, naqueles tempos, eram mesmo abundantes os aguaceiros. E não foi só. Um outro benefício veio na forma de pagamento aos vaqueiros, isto é, aos homens que cuidam do gado. Êstes recebiam um quarto das crias. E, com elas, podiam formar a sua própria fazenda, mesmo porque uma fazenda de criação exige pouca coisa — currais, casas de empregados, quase tudo de sapé.

Tudo, pois, facilitou o desenvolvimento da pecuária naquela região do Nordeste que, por isso, ficou famosa.

4. A região de Minas Gerais, que fronteia com essa de que acabamos de falar, não lhe é muito diferente. É mesmo uma sua continuação. Relêvo e vegetação são iguais. Sòmente ali não se verificam as sêcas que assolam o Nordeste. Também foi povoada por vaqueiros baianos. Ao tempo em que êstes ali se estabeleceram, os paulistas ainda não tinham descoberto as minas de ouro do distrito mineiro. Saint-Hilaire, em suas *Voyages*, refere-se a estas paragens. Por tudo isso não constitui zona à parte.

A segunda zona de criação de gado, assim, não é êsse trecho norte de Minas Gerais, mas sua região meridional.

No sul de Minas surgiu, por motivos especiais, uma região de criação que derivou da primeira e serviu de traço de união entre as que depois se estenderam pelos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Essa região compreende a bacia do Rio Grande, formando a comarca do Rio das Mortes.

Aqui também três elementos ajudaram o homem a desenvolver sua vida — a água, a vegetação e o relêvo.

Há água em abundância. Rios volumosos, o Rio Grande, o Sapucaí, o Verde, todos densamente ramificados, oferecem água à vontade durante todo o ano.

O relêvo é muito irregular, cheio de serras e serrotes, mas as chapadas e as regiões de encosta bastam para fazer da zona grandes centros de concentração de gado.

As pastagens são esplêndidas. A vegetação favorece o gado. As matas que cobrem as serras interrompem seu curso para deixar à vontade do boiadeiro as pastagens sem fim que dão o capim de que as reses tanto gostam.

O solo não é salitroso como o da Bahia, mas o sal vindo da região salina do Nordeste, é fornecido aos animais em quantidade suficiente. É melhor ainda para êle, pois é sal puro e não misturado com barro, como come o gado do Nordeste nas "lambedeiras".

Hoje a criação do gado está difundida por todo o país. Além dessas regiões ainda existem grandes criações em São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Capítulo XX

A CONQUISTA DA TERRA

B — A Amazônia

Região típica, diferente do resto da colônia lusa, a Amazônia constitui uma emprêsa exótica, conduzida sem hesitação e com resultados ponderáveis.

Amazônia	A região	1. Descobrimento 2. A grande façanha
	A expansão	3. Os religiosos 4. O Estado do Maranhão

1. Antes dos portuguêses, já espanhóis e anglo-holandeses conheciam a região amazônica. Os castelhanos a descobriram e os anglo-holandeses a ocuparam.

Gonçalo Pizarro, irmão de Francisco Pizarro, conquistador do Peru, e em excursão pelo sertão de leste, a certa altura sentiu falta de alimentos. Uma parte da expedição, confiada a Francisco Orellana, foi destacada para ir buscá-los, caminhando sempre para a frente. Desceu Orellana a região e encontrou um grande rio. Por êle desceu e foi alcançar o Atlântico. Nesse grande rio foi atacado por selvagens que julgou serem mulheres, razão por que lhe deu o nome de Rio das Amazonas.

Era 1542: "Havia realizado uma aventura em grande estilo", na opinião do historiador Artur Reis, "percorrendo a América de oeste para leste".

Compare a extensão territorial que Cabral descobriu com as que os bandeirantes e missionários conquistaram para o govêrno luso. Note a situação das primeiras localidades plantadas pelos missionários na Amazônia.

Posteriormente nova expedição espanhola estêve na região. Dela fizeram parte o General Pedro de Ursua e o aventureiro Lopo de Aguirre. Morto o primeiro, o segundo pretendeu destacar êsse trecho da América para formar uma colônia independente de Espanha, mas sua tentativa fracassou. "Deve-se-lhe, entretanto, a revelação do imenso espaço em estado de natureza."

Em 1596, os anglo-holandeses atingiram o delta amazônico, iniciando sua ocupação. Montaram feitoria e pequenos estabelecimentos no litoral.

Em 1614-15 começaram os lusos a se preocupar com a Amazônia. A região não lhes era novidade. No século XVI já êles tinham estado mas sòmente para ligeiro contato. Nada fizeram, por acreditar desnecessário, para impedir qualquer cobiça estrangeira. Agora, porém, pretendiam ocupá-la definitivamente. Era mister cuidar do que fôsse preciso para que não escapasse à sua posse.

Foi por isso criada no Maranhão uma expedição para o fim de cuidar da Amazônia. Comandou-a Francisco Caldeira Castelo Branco que fundeou na baía de Guajará, aí erguendo uma povoação que recebeu o nome de Presépio. Desenvolvendo-se, êste núcleo humano passou a ser vila sob a proteção de Nossa Senhora do Belém.

Logo depois de fundada, a povoação teve que sustentar luta com os índios e com os anglo-holandeses. Vencidos os intrusos exultaram os lusitanos que começaram a prosperar, dando à região o nome de Feliz Lusitânia.

2. Firmado seu poderio no litoral, os portuguêses passaram a ocupar tôda a região.

Corria o ano de 1637 quando ocorreu a maior façanha sertaneja da nova colônia. Por aquêle tempo chegaram a Belém dois franciscanos que haviam percorrido o imenso território e que traziam notícias importantíssimas. Armou então o governador de Belém uma grande expedição cuja direção entregou a Pedro Teixeira. Compunha-se de dezenas de embarcações que levavam cêrca de dois mil homens, entre os quais mil e duzentos índios flecheiros. Avançando território adentro, sempre para a frente, a expedição foi ter a Quito, no Peru, onde regressou com enorme cópia de informações e não sem deixar impressionados os espanhóis que viram como era possível ir do Atlântico ao Pacífico invadindo suas terras e, se preciso fôsse, desalojá-los delas.

No limite das terras de Espanha com as de Portugal, Pedro Teixeira plantou uma povoação.

Chamou-se Franciscana e era o ponto mais ocidental da colônia lusa. Êsse ponto tornou-se notável quando da fixação de nossos limites com as terras de Castela.

Espalharam-se então os portuguêses por tôdas as terras que puderam ocupar. Mas êsse trabalho não foi realizado à toa, mas dirigido por um grupo de notáveis sertanistas, dentre os quais se encontravam Antônio Raposo Tavares, Francisco de Mello Palhêta e outros. Subindo e descendo o grande rio e seus afluentes, êsses destemidos patriotas conseguiram firmar a posse lusa em todo o território Amazônico. Pelo Rio Negro atingiram o rio Branco e tôda a região norte. Percorrendo os afluentes do Rio Mar do lado direito chegaram ao centro do Brasil atual e aos aldeamentos espanhóis da Bolívia. Pelo Tocantins-Araguaia, a leste, chegaram aos lados do meridiano das Tordesilhas.

Nessas viagens mantiveram contato com inúmeras tribos indígenas tendo colhido numerosas espécies de vegetais e animais de nossa flora e fauna, pois penetraram pela grande floresta onde homem branco jamais estivera.

3. Acompanhando, antecedendo ou abrindo esteira para os sertanistas, estiveram na Amazônia membros de várias ordens religiosas. Franciscanos, mercedários, jesuítas e carmelitas, percorreram tôda a região, tomaram contato com os selvagens, catequizaram e incorporaram muitos dêles à civilização ocidental. Ao mesmo tempo ajudaram a colonização das terras.

Várias cartas régias fixaram o campo de ação dêsses abnegados amigos da humanidade.

Assim os franciscanos de Santo Antônio atuaram no cabo Norte, Marajó e norte do rio Amazonas; nos rios Tocantins, Xingu,

Madeira e Tapajós fixaram-se os jesuítas; os carmelitas trabalharam na região dos rios Negro, Branco e Solimões; os franciscanos da Piedade atuaram no baixo Amazonas tendo por centro Gurupá; os mercedários em Urubu, Ambá, Ucumá e mais algumas terras do baixo Amazonas. "Operando a serviço do Estado, os religiosos facilitaram a obra da expansão e o domínio português, congregando pacìficamente os grupos selvagens. Sua tarefa, além de difícil, foi agravada por desentendimentos com os colonos que queriam escravizar os índios..."

Em 1751, quando se iniciou em Lisboa o govêrno Marquês de Pombal, "havia na Amazônia, 63 aldeamentos, dos quais 19 eram fundações jesuítas, 15 dos carmelitas, 9 dos franciscanos de Santo Antônio, 7 dos frades da Conceição, 10 dos frades de Piedade, e 3 dos mercedários".

4. Instalado na Amazônia o domínio luso, os poderes públicos cuidaram da administração. Mas a região era enorme, tinha características diferentes dos outros trechos da colônia. Além disso ficava extremamente longe da Bahia, onde residia o governador-geral. Urgia, por isso, um tratamento especial a fim de cuidar melhor de seu desenvolvimento. Considerando tudo isso o govêrno da metrópole determinou a criação do Estado do Maranhão, separando a região do Estado do Brasil, que compreenderia o resto da colônia. Projetado em 1618, foi instituído em 1621, mas só começou a ter realidade em 1626, quando Francisco Coelho, seu primeiro governador, foi empossado no cargo.

A enormidade da região, porém, pedia uma subdivisão. Aceitando as sugestões de Bento Maciel Parente, em representação dirigida ao rei, a metrópole resolveu criar ali cinco capitanias. A do Cabo Norte foi doada a Bento Maciel Parente, a de Caeté a Feliciano Coelho de Sousa, a de Marajó teve por donatário a Antônio de Sousa Macedo, a do Xingu foi doada a Gaspar de Sousa Freitas e a de Gurupá ficou pertencendo ao rei que para ali enviou um capitão-mor com um regimento especial.

CAPÍTULO XXI

A CONQUISTA DA TERRA

C — A ação do planalto

Realidade nova e sorridente, o planalto agasalhou o homem e deu-lhe fôrças para explorá-lo.

- Ação e reação
  - Preliminares
    1. Elementos
    2. O clima
  - Esforços
    3. O solo
    4. A paisagem

1. Os grupos humanos são organismos vivos. E, como tais, sujeitos à ação do meio ambiente.

Dawson (*Progres and Religion*) escreveu: "Quando um povo consegue afinal adaptar-se a seu ambiente, ficará como se estivesse em estado de equilíbrio estável; sua cultura será um tipo fixo e permanente que se manterá sem alteração substancial através das idades".

Para o planalto veio um grupo humano formado de europeus e indígenas que aqui passaram a viver por muito tempo. Formaram êles uma cultura que se perpetuou através dos anos; logo conseguiram adaptar-se ao meio ambiente destas paragens.

Quais os elementos que constituíram êsse meio? Que ação cada um dêles teve sôbre os homens que aqui se fixaram? Como reagiram os do grupo frente aos elementos do meio? Da ação do

meio sôbre os homens, e da reação dos homens sôbre o meio, que resultou de bom para a vida? Eis alguns dos problemas que comporta êste estudo.

2. O contôrno natural do planalto para onde veio o grupo humano constituir sociedade, é formado de três elementos: o clima, o solo e a paisagem.

O clima não é sòmente a temperatura. "Clima é o ambiente atmosférico constituído pela série de estados da atmosfera acima de um lugar, em sua sucessão habitual", definiu Sorre (*).

Assim, além da temperatura, também os ventos e as chuvas são partes do clima.

O palco da vida paulista, o que realmente constitui o planalto, era uma grande elevação que, partindo da Serra do Mar, declinava suavemente para oeste na direção do rio Paraná. Sôbre esta elevação erguiam-se algumas serras, serrotes e chapadas, onde rios e ribeiros cavaram leitos extensos e curtos.

A temperatura não era excessivamente elevada; pelo contrário, apresentava-se amena no início, indo paulatinamente elevando-se para o norte, mas nunca chegando a ser asfixiante. O sol, que no início do planalto reponta mais suave, cresce em luz ao caminhar para maiores altitudes. Existe até uma localidade, no centro da região, que se chama Araraquara, que quer dizer "Pouso do Sol", e de onde se deriva grande luminosidade para uma vasta zona. Próximo do mar as chuvas são mais freqüentes indo em declínio à medida que o terreno sobe em latitude. Não há, porém, zona de sêcas.

Para completar o quadro natural, a região não possui ventos dominantes. As correntes aéreas que percorrem o planalto são normais em zonas dessa natureza — do trópico para cima. No litoral surge, por vêzes, o noroeste, e restos do pampeiro argentino poucas ocasiões surgem na parte sul.

E é só.

(*) Cf. PIERRE MOMBEIG, "O homem branco e o meio tropical", em *O Estado de São Paulo*, 19-11-1948.

Em geral os dias são alegres e as noites cheias de estrêlas num céu com poucas nuvens.

O efeito de um clima desta natureza sôbre um grupo humano constituído de pessoas jovens e corajosas, cheias de vigor físico, não podia ser outro senão o despertar de uma alegria sadia, de um entusiasmo contagiante, levando-o tudo a fortes desejos.

3. Prestar-se-ia o solo à realização de tais anseios? O homem encontraria nêle a riqueza a que aspirava para uma vida melhor?

Não. Não existia aqui nem ouro nem prata nem pedras preciosas, apenas um chão propício a plantações, isto é, apenas pronto a dar aos recém-chegados o pão de cada dia com o suor de seu rosto.

Um dia, porém, surgiram amostras de ouro. E estas acenderam a cobiça e aguçaram a procura do metal precioso.

Por êsse tempo o povoamento já ia em cheio. Para o norte, para o leste e para o sul já os homens do planalto tinham avançado com suas pontas pioneiras. Seguindo quase sempre os trilhos dos índios, fixaram-se em pontos hoje muito conhecidos. No caminho dos Anhangüeras criaram Campinas e depois Ribeirão Prêto. Para a região meridional chegaram a Itu e Sorocaba. Acompanhando o rio Paraíba do Sul fixaram-se em Taubaté e Guaratinguetá. O centro de irradiação era São Paulo de Piratininga criado no planalto pelas ondas humanas que, galgando a Serra do Mar, pelo caminho dos tupiniquins, haviam chegado ao ponto em que João Ramalho se fixara e, em seguida, ao local em que os jesuítas plantaram seu colégio.

Antes de achar o ouro de lavagem, os moradores cuidavam de plantar chá, cana, trigo. Depois, só tratavam de procurar ouro...

4. Mas se o solo lhe negava riqueza e a custo lhe concedeu ouro e pedras, a paisagem sempre animou o homem. A região é tôda coberta de florestas, com águas abundantes e animais próprios para a alimentação.

A paisagem, pois, encheu de coragem os aventureiros que traziam grandes energias para gastar por aqui.

Animados pelas promessas que adivinhavam no ambiente físico e nos encantos do céu, os homens que vieram para o planalto puseram-se a trabalhar com ardor.

Vamos encontrá-los nos seus vários ciclos econômicos bendizendo os fados. Já vimos quando plantavam seus vegetais prediletos. Nos capítulos seguintes vamos encontrá-los satisfeitos no ciclo da caça ao índio — que lhes trouxe o trabalho escravo, e no grande ciclo do ouro que, êste sim, lhes proporcionou a desejada riqueza.

Foi então que o homem do planalto pôs à prova um vigor nunca dantes imaginado, uma coragem nunca vista e uma teimosia insatisfeita. E tudo isso nos deu um Brasil maior do que aquêle que Cabral encontrou.

Capítulo XXII

A CONQUISTA DA TERRA

D — A vida no planalto

O planalto diferia do Nordeste por não ter indústria. Seu comércio era escasso e sua lavoura não tinha escravos negros. O índio apresado era o único auxiliar da gente. A vida era pobre. Dois séculos depois da conquista é que o ouro veio alegrar o povo.

No planalto
- A região
  1. O povoado
  2. A economia
- A sociedade
  3. A família
  4. A instrução

1. O que se entende por planalto é a região de serra acima da capitania de São Vicente. À beira mar essa capitania possuía apenas uma nesga de terra apertada entre o mar e a montanha. Sùbitamente se ergue a Serra do Mar cheia de abismos por onde os homens deviam subir e descer se quisessem chegar ao oceano ou dêle derivar para o interior. Depois da serra estende-se a região elevada que vai, aos poucos, declinando para oeste. Entre o planalto e a zona costeira interpõe-se a Serra do Mar, como ficou dito. E essa elevação, por seus abismos, constitui o pior caminho do mundo, como acentuou Frei Gaspar. Tão ruim era que aquêle que uma vez o percorresse nunca mais andaria por êle. Assim, os lusitanos que o atravessavam para chegar ao planalto, se lembrariam

de tudo menos de voltar à beira-mar. Por isso o colono que chegou ao planalto aqui ficou, mesmo que não tivesse gostado da hospedagem.

No planalto, nos primeiros tempos, não se criou nenhuma indústria, como aconteceu no Nordeste. O comércio, pelas dificuldades de transporte, também não prosperou. Só a lavoura teve acento.

O aglomeramento humano mais forte foi o que se desenvolveu junto ao colégio dos jesuítas em Piratininga.

Ao terminar o século XVI o povoado de São Paulo de Piratininga contava 500 almas, 150 fogos permanentes, informa Teodoro Sampaio. "Cem anos depois continua a ser tão pequena a povoação, então já elevada à categoria de cidade, que, segundo Washington Luís, o edifício da Cadeia, junto ao Convento de São Francisco, está fora das ruas do Conselho."

O núcleo por muito tempo se constituiu de um triângulo cujos vértices eram as igrejas de São Bento, São Francisco e do Carmo. Dos lados do Tamanduateí ficavam os campos de criação e os currais. Do lado do Ipiranga "verdejam e lourejam as restingas de mantimento, os trigais".

As choupanas iniciais vão sendo, aos poucos, substituídas por estruturas de taipa "com exuberantes beirais e rótulas nas portas e janelas à moda mourisca". Os primeiros sobrados surgem em 1611.

2. Enganou-se, pois, Oliveira Viana quando, em página de arroubo, "empresta à sociedade paulista, dos dois séculos primitivos, o luzimento e o donaire de um salão de Versalhes engastado na bruteza da floresta virgem; homens muito *grossos* de haveres e muito finos de maneiras, opulentos e cultos, vivendo a lei da *nobreza* numa atmosfera de elegância e de fausto".

Fazia pouco tempo que os homens do litoral tinham escalado o planalto. "Bem próximo é o dia em que a rebelião das tribos confederadas estêve a pique de assassinar o povoado erguido pelos jesuítas à beira do sertão bravio. Ainda em 1590 a iminência de outro ataque dos aborígenes sobressalta e compele os moradores da povoação a providências de defesa. Em ambiente carregado de

tanto susto e incertezas, a prosperidade é impossível", escreveu Alcântara Machado.

O recuo, a submissão e o extermínio dos selvagens fazem melhorar as condições do paulistano. A terra começa a ser mais bem cuidada e aproveitada, pois só a terra pode dar-lhe o de que necessita. Capitais para tal emprêsa estão ausentes. Para cá não vieram representantes das grandes casas peninsulares nem gente da burguesia dinheirosa. Chegaram pessoas da pequena nobreza do reino, mas sua imigração para região tão áspera e distante é porque a sorte não lhes sorria na terra natal. A maioria se compunha de pessoas do campo, mercadores limitados, artífices, aventureiros de tôda espécie, seduzidos pelas probabilidades e possibilidades de riqueza.

Aqui a terra, a grande propriedade rural, o latifúndio, era o que classificava o homem. "Não há na colônia um escol de letrados" e de intelectuais, menos ainda uma classe industrial ou comercial poderosa e elevada.

"Fora das grandes famílias radicadas ao chão o que se encontra é meia dúzia de funcionários, uma récua de aventureiros e pandilhas, e a arraia miúda dos mestiços, o rebanho dos escravos." Nesse ambiente a figura dominante é a do senhor da terra.

3. A fôrça desabusada domina o ambiente social. As autoridades não têm meios para coibir abusos. A metrópole está longe e entre ela e a colônia se interpõe o oceano de difícil transposição. Sòzinho o indivíduo é nada. Agredido, perseguido ou oprimido, como há de se defender? Para não sucumbir tem que procurar apoio nos vizinhos pelo interêsse ou pelo sangue.

O instinto de conservação lhe dá êsse conselho — junte-se aos parentes.

Forma-se, então, a solidariedade parental que faz da família colonial um corpo estável e homogêneo.

A organização defensiva exige um chefe. Daí a autoridade do pai de família — a primeira figura do bloco. Tem êle autoridade sôbre a mulher, os filhos, os escravos e também sôbre os agre-

gados — pessoas livres que se acolhem à sombra de sua fortuna e de seu prestígio.

A manutenção do bloco familiar depende do chefe. Êle sabe o que convém a cada um em particular e a todos em geral. Por isso, tudo está em suas mãos. Êle é que dá marido à filha, espôsa ao filho, sem lhes consultar as preferências. É quem traça o destino, escolhe a profissão, designa o trabalho que convém. Há uma atmosfera de respeito em tôrno dêle. E ai de quem não lhe obedecer, será amaldiçoado, não terá sua bênção. E isso será uma desgraça incalculável. O sentimento de respeitabilidade é enorme. Há um ar cerimonioso envolvendo a todos. Em carta à espôsa Antônio Rodrigues Moreira escreve: "Minha Espôsa e Senhora..." Quando se refere a outro parente diz: "seu irmão e senhor meu cunhado".

Excepcionais os atos de rebeldia. Em sua vida a môça dos tempos coloniais só encontra dois caminhos: o convento e o casamento. A maioria se casa. E casa cedo. Por isso os pais cuidam logo de resolver a questão. Pedro Vaz de Barros, em testamento, aconselha a consorte a "dar estado a duas filhas donzelas", o mais depressa possível.

As famílias aristocráticas são orgulhosas da pureza do sangue que trazem nas veias. Os noivos têm que provar seu fôro de nobreza diretamente ou por testemunhas. Essa a família legítima, mas há também a ilegítima.

4. Época de luzes foi em Portugal o período que decorreu nos séculos XVI e XVII. Viveram então: Camões, Bernardim Ribeiro, João de Barros, Diogo do Couto e outros grandes expoentes de uma alta mentalidade. Mas êsse clarão não chegou ao Brasil. Aqui os letrados se contavam pelos dedos. Não se conheciam institutos oficiais de ensino. Só em 1772 se fundaram *escolas menores*. Os jesuítas mantinham colégios, mas surgiram divergências entre os padres e o povo. Essas desinteligências foram crescendo de tal forma que se chegou ao extremo de expulsar os padres da comunidade.

Há ensino particular, mas escasso e mal retribuído, o que afasta dêle muitos que podiam exercê-lo. Antônio Pereira da Costa

recebe meia pataca por mês para ensinar uma criança a ler e escrever. Durante três meses Diogo Mendes Rodrigues ensinou dois moços recebendo ao final oitocentos réis.

O meio não era propício às coisas do espírito. Tôda gente estava voltada para a consolidação da conquista. A tarefa que a todos fôra imposta pelas circunstâncias era cuidar do aproveitamento da terra. Os interêsses imediatos dominavam. Sem embargo dos limitados recursos, todos procuravam instruir-se. Assim não eram broncos os paulistanos daqueles tempos. Os documentos que se encontram nos arquivos relatam atitudes e finuras de nossos antepassados. Assim os tutôres se comprometiam — e cumpriam, mandar educar os órfãos. Os juízes demitiam do cargo os que não cumpriam essa obrigação. Os rapazes aprendiam ofício. O filho de Martim Rodrigues Tenório entrou para a oficina de um parente onde, em quatro meses, aprendeu marcenaria.

Há livros no planalto. Inventários daquela época relacionaram *55 livros de ler.*

A maioria era constituída de devocionários e outras obras religiosas. Mas havia também literatura profana. Os documentos dizem que até livros em moda naquela ocasião se encontravam em São Paulo, como as *Peregrinações*, de Fernão Mendes Pinto, as *Novelas*, de Cervantes e outros.

Num inventário foi arrolado um livro com êste título — *La Divina.* Seria a Divina Comédia de Dante Alighieri?

Capítulo XXIII

A CONQUISTA DA TERRA

E — A expansão paulista

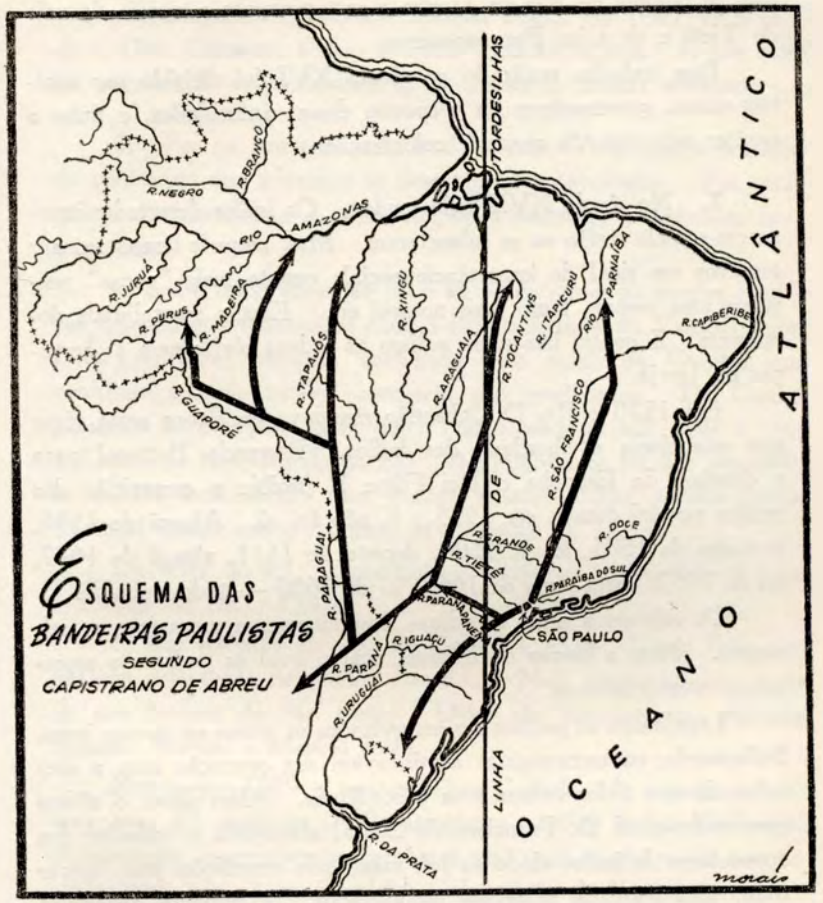
Decorrência da pouca cultura indígena e das necessidades paulistanas, o apresamento foi um fato normal na vida brasileira, embora lamentável.

Expansão	Apresamento	1. Defensivo 2. Ofensivo
	Desenvolvimento	3. Guairá 4. Declínio

1. Quando Martim Afonso aportou em São Vicente, encontrou ali um "pôsto de escravos". Era 1532. O povoado chamava-se Tumiaru e nêle o português Antônio Rodrigues negociava com escravos índios que João Ramalho lhe enviava do planalto. Mais abaixo, em Cananéia, o famoso Bacharel fazia o mesmo.

Saíam as "peças" das lutas entre os selvagens tupiniquins, carijós e tupinambás. E também do Paraguai, de onde eram remetidas pelo governador espanhol em troca de metais.

Com a extinção da vila de Santo André da Borda do Campo seus moradores passaram a residir junto do colégio de São Paulo, para onde foi removido o pelourinho local, símbolo do poder. O desenvolvimento dêste núcleo humano de brancos aborreceu os índios. Tamoios e carijós atacaram o povoado. Foi preciso que a popula-



As bandeiras paulistas seguiram todos os rumos, e entraram pelo centro do Brasil atingindo a Amazônia.

ção se defendesse com armas nas mãos, o que deu em resultado a prisão de muitos selvagens. As lutas verificaram-se principalmente com os tamoios do Rio de Janeiro e os tupiniquins e carijós do vale do Tietê e de além Paranapanema.

Êsse trabalho realizado no século XVI foi dirigido por capitães-mores, governadores ou prepostos dessas autoridades, e tinha o caráter defensivo da nascente colonização.

2. No século XVII tudo mudou. Os índios derrotados internaram-se pelo sertão ou se submeteram. Mas, naquele tempo, possuir escravos era sinal de importância social: quanto mais "peças" possuísse uma pessoa, tanto mais notável era. Essa a mentalidade dominante. E contra isso nada valiam as ordens régias nem as ameaças da Igreja.

Em 1570 o Rei D. Sebastião mandava de Évora carta régia que estabelecia a liberdade dos índios. Passando Portugal para o domínio da Espanha o Rei Filipe II proibiu a escravidão dos gentios por lei datada em 1595. E não foi só. Alvará de 1596, provisão de 1605, lei de 1609, decreto de 1611, alvará de 1647, lei de 1653, carta régia de 1667, lei de 1680 — tudo embalde.

Os colonos a nada atendiam, continuavam a escravizar os selvagens. Nem o horror do inferno, com o qual os padres os ameaçavam atemorizava-os.

Legalmente só podiam ser escravizados os presos em guerra justa. Sofismando, os escravagistas continuavam sua operação com a desculpa de que todos tinham essa procedência. Além disso, o sétimo governador-geral D. Francisco de Sousa, acoroçoou o trabalho dos apresadores de índios vindo ao sul, mandando expedições para buscar ouro, mas trazendo selvagens escravizados. A primeira expedição que o governador enviou ao sertão foi dirigida por André de Leão, em 1601. A segunda chefiou-a Nicolau Darenzo e saiu no ano seguinte. Caminharam pelo Tietê e depois pelo Paraíba, galgaram a Mantiqueira e chegaram às cabeceiras do rio São Francisco. A têrça parte dos índios que aprisionaram pertencia ao rei! Como se explica a contradição — a Coroa determinava a liberdade dos índios mas recebia os cativos que os aventureiros prendiam?

Depois dessas expedições dirigidas para o norte, outras se formaram caminhando para o sul. Em 1606 partiu a que foi dirigida por Diogo de Quadros e Manuel Prêto, em 1607 a de Belchior Dias Carneiro, ambas fazendo aprisionamentos. E por mais de meio século os paulistanos foram ao sertão buscar selvagens.

3. Foi na primeira metade do século XVII que o trabalho de preamento dos selvagens se desenvolveu notàvelmente. Foi então que muitas bandeiras se armaram em Piratininga e seguiram para o sertão.

Primeiro dirigiram-se ao sul e ali encontraram as missões jesuíticas espanholas estabelecidas onde é hoje o Estado do Paraná. Elas formavam uma província conhecida pelo nome de Guairá, que constituiu a mais notável conquista dos paulistanos. De Guairá passaram os preadores para outra região mais ao sul, onde é hoje o Estado do Rio Grande do Sul. Ali também os jesuítas espanhóis se tinham estabelecido com muitas missões. Por aquêle tempo Portugal estava sob o domínio da Espanha.

De volta do sul, os paulistas buscaram a região onde é hoje o Estado de Mato Grosso.

E êsse trabalho do sul, de Guairá e Mato Grosso ficou conhecido pelo título de *grande investida*. Nela tomaram parte mais de cem homens de São Paulo. Dêles são inesquecíveis: Antônio Rapôso Tavares e Manuel Prêto.

Deu-se em 1629 o avanço sôbre Guairá. A expedição contava com 69 paulistas, 800 mamelucos, 2.000 índios flecheiros. A operação desenvolveu-se bem mas nos anos seguintes foi preciso enviar mais tropa para completar a destruição de Guairá.

A operação do sul foi iniciada em 1632, ano em que os paulistas também se dirigiram para Mato Grosso.

Em 1636 ainda não estava liquidada a questão no sul. Novas tropas e contingentes indígenas para lá foram dirigidos.

Não há estatística quanto ao número de selvagens que, nessas três etapas, os bandeirantes trouxeram, mas supõe-se que orçassem por milhares.

4. Em 1641 os bandeirantes tiveram sua primeira derrota. Foi o sinal do declínio que se acentuou daí por diante, isto é, no decorrer da segunda metade do século XVII. Um dos motivos foi o afastamento dos jesuítas, que se dirigiram para oeste abandonando as terras de leste. Outro motivo foi a restauração de Portugal em 1640. Passando a ser de novo um país livre, suas colônias da América não se misturavam mais com as espanholas, e os limites entre as possessões lusa e espanhola tornaram-se mais rígidos, não consentindo os castelhanos que os lusos penetrassem em terras de sua influência.

As conseqüências do apresamento foram assim resumidas pelo Prof. Alfredo Elis: "A manutenção e a sobrevivência do núcleo social paulista, o fornecimento de braços para as lavouras piratininganas e para a região da cana-de-açúcar e outras, na falta da escravidão negra, o devassamento do interior facilitando o povoamento, o recuo da expansão castelhana representada pelos jesuítas rumo ao Atlântico e sustada pelos bandeirantes, a conquista e o alargamento territorial do Brasil ao sul e a sudoeste pela posse de extensa área correspondente à margem esquerda do Paraná e do atual Estado do Rio Grande do Sul".

Capítulo XXIV

A CONQUISTA DA TERRA

F — Em busca do ouro

O ouro, a prata e as pedras preciosas são símbolos de coisas nobres e fatôres supremos da felicidade, na opinião da maioria dos homens. Não contentes com o que possuíam, os antigos procuravam as regiões onde pudessem encontrar êsses elementos da fôrça e do poder sôbre a terra. No jardim das Hispérides as árvores tinham frutos de ouro. Salomão teve as riquezas de Ofir e de Golconda. Na Idade Média desejou-se encontrar ouro transformando várias substâncias no precioso metal. Não é de admirar, pois, que ao chegar ao Novo Mundo o homem cuidasse de aqui encontrar fontes de riqueza mineral.

- A busca
  - Início
    1. Origem
    2. As entradas
  - Apogeu
    3. Declínio do açúcar
    4. Finalmente...

1. No século XVI a região litorânea que vai de Santa Catarina para o sul era conhecida pelo título de "costa do ouro e da prata". Circulava, então, a lenda segundo a qual no interior daquele trecho da América se encontrava a "Serra da Prata" (que outra não era senão o Peru) e a do Rei Branco, cercado de fabulosa riqueza. Um náufrago lusitano da armada de Solis, Aleixo Garcia, buscou encontrar êsses valores, partindo sertão adentro,

tendo como ponto de partida, aquêle litoral. Não trouxe riquezas mas sim amostras de ouro. Isso acendeu a cobiça em quantos as conheceram e mais ainda no rei lusitano que imediatamente enviou Martim Afonso àquelas paragens para uma verificação *in loco*.

Do Paraguai saía na direção leste uma picada de índios que chegava até o rio Tibaiji, onde se ramificava em três direções: uma que caminhava para Santa Catarina, outra que se dirigia para Cananéia e a última tomava o rumo da povoação indígena que existia onde hoje é São Vicente.

Aqui chegando e informado de tudo, Martim Afonso mandou de Cananéia para o sertão a infeliz expedição de Pero Lôbo, com 80 homens, que não mais voltou.

Mandou depois Martim a seu irmão, Pero Lopes, que fôsse até o Rio da Prata, isto é, a região em que Solis encontrou tanta prata na mão dos selvagens que deu o nome do metal ao rio que ali encontrou.

Volvendo a São Vicente, Martim Afonso aí lançou os fundamentos da vila dêsse nome.

Chegamos assim ao ano de 1534, em que Pizarro e Almagro encontraram ouro e prata no Peru.

Estava desfeito o sonho de encontrar metais preciosos na região interior de Santa Catarina. Martim Afonso, diante disso, abandonou sua capitania e foi servir no Oriente.

Os lusos que aqui ficaram, porém, não desistiram de buscar riquezas minerais. Pequenas expedições saíram em busca do desejado.

2. Mas o ouro encontrado pelos pesquisadores vicentinos foi muito pouco. Êles, porém, viram nisso não uma desilusão mas o incentivo para prosseguir nas buscas.

Foi à vista dêsse fato que o governador-geral, D. Francisco de Sousa, se moveu da Bahia para São Paulo a fim de incentivar o trabalho. Ia também acoroçoar outras expedições que auxiliaria com socorros reais. Foi por isso que tratou das expedições, já citadas, de André de Leão e outros, e que só trouxeram índios. Formou a seguir a de Simão Álvares, também sem resultado.

Os reveses ainda não arrefeceram o ânimo dos governantes nem dos bandeirantes, e novas entradas partiram de vários pontos da colônia para o sertão, amparadas pelo poder público ou por êle incentivadas.

Da Bahia, Sergipe, Ceará e Espírito Santo, durante os séculos XVI e XVII, partiram levas e levas para o interior à cata de riquezas. Não deixaram vestígio permanente nem atingiram o alvo colimado.

As entradas baianas chegaram a São Francisco e a outros rios daquele Estado bem como à Chapada Diamantina. Sergipe foi outro ponto de irradiação aventurosa para o sertão.

Um dos mais eminentes sertanistas que tomou parte no ciclo sergipano foi Belchior Dias Moreira, neto de Caramuru, que andou pelo sertão durante oito anos.

Do Ceará é citada a expedição de Pero Coelho de Sousa, que chegou até às margens do rio Paranaíba. Nessa região os holandeses também fizeram pesquisas auríferas ao tempo da ocupação de Pernambuco.

As expedições que saíram do Espírito Santo visavam as minas de esmeraldas. Caminharam pelo rio Doce e imediações. Também nada encontraram.

Certamente notícias a respeito dos malogros do norte e leste chegaram a São Paulo de Piratininga, mas os homens daqui não se deram por vencidos e continuaram a pensar em encontrar ouro.

3. Em 1640 Portugal recuperou sua liberdade sacudindo o jugo espanhol. Mas o reino estava pobre.

A região mais produtiva, que era o Nordeste, estava nas mãos dos holandeses.

A caça ao índio estava quase paralisada. Urgia obter outras fontes de renda para sustentar o poder. Resolveu, então a metrópole, estimular a busca dos metais preciosos. Cartas régias chegaram a Piratininga prometendo prêmios e honrarias a quantos se aventurassem nas pesquisas. E muitos foram os que se arremeteram ao sertão. "Muitos permanecem encobertos por documentos não compulsados.

Outros nem sequer foram revelados pelos cronistas", afirma Alfredo Elis que dedicou anos de sua vida ao estudo do bandeirismo.

O que se sabe com certeza é que durante o século XVIII grande número de paulistas foi ao sertão em busca de riqueza mineral confiantes nas promessas recebidas e levados pelo espírito de aventura que nunca nos abandonou. Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso foram teatros das façanhas dos paulistas.

A história não esqueceu os nomes de Lourenço Castanho Taques, que foi para Cataguases, Luís Castanho de Almeida que seguiu para Mato Grosso e Bartolomeu Bueno da Silva, devassador de Goiás. E ainda os de Antônio Castanho da Silva e Luís Pedroso de Barros que morreram no Peru, e Antônio Rapôso Tavares que percorreu os Andes e voltou ao Brasil pelo Amazonas. Triunfaram os paulistas descobrindo minas e mais minas de áureo metal. Era a grande epopéia do ouro.

Ao cuidar do bandeirismo, porém, não podemos deixar esquecido o nome de Fernão Dias Pais, o "Caçador de Esmeraldas" (que não era Leme, como mostrou Taunay em volume da Revista do Museu Paulista). Explorou sua bandeira uma grande área no centro-sul.

Acompanhou o chefe sertanista seu imediato Matias Cardoso de Almeida, o genro Manuel de Borba Gato e o filho Garcia Rodrigues Pais, além de trinta e tantos paulistas e muitos índios amestrados. Não encontraram as esmeraldas que procuravam, mas estabeleceram ligações do interior com os currais de gado e outros pontos importantes na hinterlândia. Os três últimos citados têm seus nomes ligados ao povoamento de Minas Gerais e o último dêles está ligado às primeiras descobertas do ouro na região mineira. Saíram em busca de riquezas e trouxeram incalculáveis benefícios à terra brasileira.

4. No último lustro do século XVIII foi que os bandeirantes acharam as sonhadas riquezas auríferas em Minas Gerais.

Em Sabará, no Ribeirão do Carmo, em Tripuí, em Itaverava, em Cataguases, em Caeté e no rio das Mortes e em várias outras

localidades, repontou a cobiçada riqueza. A primeira década do século XVIII foi de esplendor aurífero no Brasil. E a expansão paulista em busca das minas das Gerais só se deteve com a derrota na Guerra dos Emboabas.

Cessada a pesquisa em Minas Gerais, os bandeirantes se dirigiram para Goiás e Mato Grosso (só no local onde hoje é Cuiabá acharam 40 arrôbas do precioso metal).

O grande nome paulista ligado a Goiás é o de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera. Saiu êle de São Paulo em 1722, com 152 homens entre os quais 20 índios flecheiros, 3 padres e 5 ou 6 paulistas, muitos portuguêses, um baiano. Demandava êle a Serra dos Martírios onde a lenda dizia encontrar-se a coroa, a lança e os cravos do martírio de Jesus. Durou três anos a viagem pelo sertão. Por fim descobriram ouro a quatro léguas da atual cidade de Goiás.

Entre outros o bandeirismo trouxe os seguintes benefícios: "descomprimiu o Brasil das Tordesilhas, desbravou e ajustou a terra, expulsou a frente pioneira jesuítica de catequese e colonização, alimentou com o braço índio a agricultura do sul e do norte, estabeleceu rotas, descobriu ouro, abriu caminhos para o povoamento de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás bem como a ocupação definitiva do Paraná e Rio Grande do Sul".

Capítulo XXV

A CONQUISTA DA TERRA

G — A ilha da riqueza

Do Distrito das Gerais onde, nos séculos XVII e XVIII, foram descobertas riquíssimas jazidas de ouro, saíram tão fabulosas riquezas que deram para construir o Brasil, restaurar Portugal e enriquecer a Inglaterra.

- A ilha
  - No início
    1. Os descobridores
    2. A região
  - Evolução
    3. O povoamento
    4. Nova sociedade

1. Enquanto ao norte da colônia os portuguêses não se afastaram do litoral, no sul a fundação jesuítica de São Paulo lhes apontou o rumo do interior. Adaptara-se o branco às condições da terra menos rude e insalubre que a do Nordeste, e, unindo-se aos selvagens, criou uma massa humana de cruzados com grande capacidade de penetração e conquista que se traduziu nesse movimento admirável que tem o nome de bandeirismo.

Foi a essa "gente avezada às rudes batalhas do sertão e matas bravias que a lenda do Sabará animou e desenvolveu a épica façanha de Fernão Dias Pais, arrastado às regiões pestíferas de Vapabuçu em busca de pedras verdes... modestas águas-marinhas que criaram com sua miragem as maiores riquezas do continente".

Com Fernão Dias foi, como vimos, seu filho Garcia Rodrigues Pais. Desfeita a bandeira paterna, aquêle sertanista embrenhou-se pelo sertão. E, na ribeira "que corre junto da serra de Sabarabuçu, isto é, nos vales da atual serra da Piedade, encontrou ouro de lavagem. Êle próprio veio então a São Paulo trazendo boas amostras do desejado metal". A amostra caiu como uma bomba na terra bandeirante que se movimentou para as investidas, logo a seguir. Era 1690.

O Padre João de Faria Fialho, vigário de Pindamonhangaba, organizou um bando e rumou para Cataguases, indo de encontro com Borba Gato, que já lá se achava. "Com Garcia Rodrigues Pais, Pedro Avos e Gonçalves Viana remexeram cascalhos, arranjaram boas catas de ouro, guardando entre êles segrêdo."

Em 1692 o taubateano Antônio Rodrigues Arzão, com uma pequena expedição, dirigiu-se ao rio das Velhas e atingiu os altos de Itaverava. Dali partiu para o norte e chegou ao sertão do Casca onde os índios puris lhe mostraram ouro ali existente.

Companheiro de Arzão o mulato Duarte Nunes achou ouro em certo sítio mas guardou segrêdo disso. Separando-se então da expedição, veio a Taubaté para negociar o achado. E fê-lo. Mas não encontrou mais o sítio quando para lá se dirigiu com o comprador. Mas Bartolomeu de Siqueira, sabedor do fato, procurou a jazida de Nunes e pôde localizá-la na pedra do Itacolomi, próximo de Ouro Prêto.

A seguir outras bandeiras se mobilizaram e os achados se multiplicaram. O ouro se apresentou a muita gente. E em quantidade apreciável foi retirado da terra. Von Eschwege calculou que daqui foram para a Europa, de 1700 a 1820, cêrca de 7.120 arrôbas do precioso metal. Mas o Visconde de Santarém, que também estudou o problema, afirmou que sòmente durante o reinado de D. João V, isto é, de 1714 a 1746, os dados oficiais apresentam muito maior quantidade. Por quantidade ainda muito maior opina o historiador mineiro Augusto de Lima Júnior que computa também os sonegados, que existiram sob as mais variadas formas.

Minas Gerais foi pois, uma verdadeira "ilha de riqueza" em meio à floresta interior do Brasil.

2. A região é constituída por um grande planalto formado principalmente pela serra da Mantiqueira e suas ramificações. Vai declinando suavemente para oeste na direção do rio Grande, das cabeceiras do São Francisco; ao norte e a nordeste, respectivamente, vai acompanhando as águas dos rios das Velhas e Doce.

"Sôbre êsse planalto erguem-se novas serranias, cheias de montes e maciços, em cujos vales correm perenes cursos de água.

"Enquanto os altos dessas montanhas são, as mais das vêzes, rochosos, as encostas e os platôs cobrem-se de campos extensos onde viceja uma gramínea que lhe é peculiar, surgindo, aqui e acolá, uma ou outra árvore, destacando-se o ipê, o velame, o barbatimão e as canelas-de-ema.

"Os vales cobrem-se de matas espêssas onde a vegetação robusta denota a extraordinária fertilidade do solo, enriquecida por milenares depósitos de humo, concentrados pelas águas pluviais, que, com regularidade, se precipitam de setembro a abril."

A principal cadeia de montanhas da qual se derivam as demais, é a serra do Espinhaço. Foi nos flancos dessa cordilheira que se encontrou o desejado ouro, a ambicionada riqueza.

O clima temperado e saudável favoreceu a vida. "A formosura de seus panoramas, suas puríssimas águas, seu firmamento de beleza admirável, seus horizontes dilatados e de caprichosos coloridos" acolheram as levas de aventureiros que para ali acorreram em busca de riquezas, e que a terra, como mãe dadivosa, não lhes regateou.

Alguns lugares são rudes e ásperos como Ouro Prêto, Serro Frio, o Distrito Diamantino, mas constituem exceção.

A região é formada de terrenos eruptivos. "Por vêzes o quartzo que mais se encontra é em estado de areia e se pode esmagar com os dedos." "A ação milenária das águas pluviais sôbre a rocha que constitui a formação geológica do distrito das Minas Gerais fêz, através dos séculos, com que o ouro que ela continha se fôsse concentrando no leito dos rios e correntes, no fundo dos vales e nas depressões situadas nas encostas das montanhas."

3. A descoberta do ouro em Minas Gerais impressionou profundamente a quase totalidade do povo bandeirante. E êle buscou lugar nas proximidades dos achados. Quem, por aquêle tempo, passasse pela estrada que, galgando a Mantiqueira, ia de São Paulo às alterosas terras mineiras, a veria cheia de gente que para o ouro se dirigia em tôdas as formas de condução e mesmo a pé.

Assim que a novidade chegou à Bahia de lá partiram também levas e levas de gente de tôdas as categorias que demandava as regiões auríferas. O mesmo aconteceu no Nordeste. Rocha Pita, contemporâneo dêsses acontecimentos, disse que o ouro foi um verdadeiro ímã para atrair todos os homens "com tão veemente atração que muita parte dos moradores de suas capitanias, principalmente da província da Bahia, correram a buscá-lo (o ouro) levando os escravos que ocupavam em lavouras".

Quando a notícia chegou a Portugal, o govêrno a recebeu com reservas, mas o povo exultou e delirou. Mais ainda — aprontou-se para vir buscar as riquezas que as novas prometiam. "Do Minho, de Trás-os-Montes, das Beiras, desciam caudais humanas que disputavam lugares nas naus, que, formando grandes comboios, partiam para o Brasil."

Fidalgos, negociantes, militares, artífices, trabalhadores do campo, vendiam tudo quanto possuíam e largavam-se cegos de ambição pelo ouro do Brasil.

"A própria capital do reino viu sair em grupos indivíduos de tôdas as castas que se lançavam à aventura nas novas terras descobertas pelos paulistas."

Os livros de navegação, daqueles tempos, registram todos os anos a saída de mais de vinte mil pessoas, que se dirigiram de Portugal para o Brasil. E isso no período de 1705 a 1750.

Havia emprêsa para tôdas as aspirações. Não dando certo em uma, procuravam outras ocupações. Muitos não conseguiram mineirar, mas acharam trabalho e bem-estar em antigas profissões.

No começo não cuidaram de plantar, e a conseqüência não se fêz esperar. As chuvas atolaram os carregamentos de víveres e a fome bateu nas minas. Mas com o tempo tudo se resolveu.

4. O ouro das Gerais, porém, modificou a estrutura da sociedade que se estava formando no Brasil.

Na região das minas não vingou o patriarcalismo vitorioso na zona do açúcar. Não se encontrava ali um senhor que fôsse dono de muitas terras e dominasse completamente o grupo que vivia a seu redor. Havia gente que possuía haveres e tinha outras a seu serviço, mas o número de gente livre, que não precisava de amparo era muito grande. E isso se dava não só na zona da mineração como nas vilas que se foram formando ao seu redor. Os ofícios e ocupações civis tinham a seu serviço numerosos alfaiates, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, que não dependiam de um grande senhor. Por vêzes êstes também possuíam escravos mas o trato não era o das senzalas do Nordeste, mas de serviços urbanos. Muitos pequenos negociantes se formaram à sombra do ouro e prosperando, tornaram-se meio importantes.

Outro motivo de diferenciação foi o Estado. Êle estava presente nas minas, quando vivia sempre ausente na zona do patriarcalismo. Aqui, em Minas, havia a justiça do rei, as tropas do rei, os juízes do rei.

Para a região da mineração o govêrno luso enviou funcionários capazes para exercer a autoridade e com plenos poderes para agir.

A estrutura política também era completa. O governador e os altos funcionários podiam exercer suas funções. O rei estava sempre presente na vida do povo por seus auxiliares diretos. E o poder público nada tinha a temer dos poderosos da terra.

Essa situação social inverteu muita coisa. Uma delas foi a possibilidade de pessoas de classes inferiores passarem para outras classes, ganhando dinheiro, ilustrando-se ou obtendo amparo de pessoas influentes.

Outra diferença foi o aumento dos desajustados. A massa flutuante da sociedade, que sempre existiu e que correu para a mineração nem por isso se ajustou aos novos níveis. Muitos continuaram sua vida anterior atrapalhando ainda mais o meio social por crescer em número e ficarem mais desiludidos de seus desejos e ambições.

Formou-se assim um corpo heterogêneo que a custo se harmonizaria.

Mas o esplendor do ouro durou pouco. Por isso Nélson W. Sodré pôde concluir: "A improvisação, o imediatismo, a urgência nos lucros da mineração foram tão poderosos que ergueram do nada um esplendor transitório". Mas êsse esplendor povoou e desenvolveu a vida em Minas Gerais.

Capítulo XXVI

O SENTIMENTO NACIONAL

O nativismo

A simplicidade das idéias coloniais fêz nascer, na maioria da população, uma ojeriza pelos reinóis. Eis o nativismo.

- O sentimento nacional
  - Nativismo
    1. Conceito
    2. Injustiças
  - Processo
    3. Provas
    4. Os "emboabas"

1. Ao amor natural da pessoa pela terra natal juntam-se, no Brasil, mais dois sentimentos: o que desperta o encanto da paisagem e o horror das injustiças que a metrópole infligia aos colonos. Estas, com o correr dos anos, aumentaram extraordinàriamente o primeiro.

Não só poetas exaltaram as belezas de nossa natureza, também historiadores e cronistas não se cansaram de gabá-las. O historiador Rocha Pita foi até ao extremo. O cronista Ambrósio Fernandes Brandão escreveu um livro cujo título diz tudo que sentia — *Diálogo das Grandezas do Brasil.* E isso nos princípios do século XVII. E não foi só. Os jesuítas, na defesa apaixonada dos índios, viam no Brasil o paraíso terreal.

Ao lado das emoções agradáveis que a paisagem nacional oferecia, vinham, porém, as injustiças que faziam aos colonos os dirigentes metropolitanos.

E elas, ao invés de arrefecer, mais exaltavam o amor do brasileiro por sua terra.

A vaidade de não ser estrangeiro transparece claramente nos pronunciamentos dos nascidos em Pernambuco, Bahia e São Paulo, principalmente. Os cronistas estrangeiros, que observaram nossa gente no período colonial, dão provas claras dêsse sentimento. Um dêles é Mawe que, no primeiro tomo de suas *Voyages*, escreveu: "A denominação de paulista é vista por tôdas as mulheres como extremamente honrosa: os paulistas são renomados, em todo o Brasil, por sua atração e retidão de caráter".

As injustiças recebidas pelos colonos deram lugar à ojeriza contra os reinóis. E ela transparece em apelidos dados aos que estão próximos. No livro *Através da Bahia*, Martius revela que "parte da população olha com ciúme e desconfiança os filhos do reino, portuguêses imigrados, e costumam dar-lhes por troça o apelido de *pés de chumbo*".

A ojeriza dos nativos pelos filhos da metrópole dava pois origem ao tratamento desdenhoso para com os últimos. E isso por que a metrópole não tratava os colonos como devia, já que o Brasil tinha atingido a idade da consciência, era um Estado e não mais uma simples colônia de plantação. Frei Vicente de Salvador diz com precisão: "digna de todos os louvores a terra do Brasil, pois primeiramente pode sustentar-se com seus portos fechados, sem socorro de outras terras". Isso na primeira metade do século XVII.

2. A ausência de auxílio metropolitano a Pernambuco por ocasião da invasão holandesa, a instituição de odioso monopólio comercial e a preferência dada aos lusitanos natos na ocupação de cargos públicos, foram as principais injustiças que revoltaram os colonos.

Na primeira metade do século XVII Pernambuco foi invadida pelos holandeses. Avisada a metrópole com grande antecedência, esta mandou o ridículo auxílio de três caravelas e 27 soldados. Fácil foi ao inimigo sobrepujar as heróicas fôrças de resistência reunidas pelo govêrno local. A dominação durou vários lustros. E, para expulsar o invasor, a metrópole não fêz fôrça, não deu

ajuda alguma. Pernambuco defendeu-se sòzinho, sòzinho alijou o estrangeiro que lhe desgastou os haveres.

Não demorou muito, nova injustiça. Os negociantes de Recife desejaram separar sua vila da de Olinda. Não concordaram os olindenses. Mas a metrópole deu braço forte aos primeiros e separou Recife de Olinda, quando os olindenses eram a fôrça maior que salvara a capitania das garras dos estrangeiros.

Ao livre comércio que sempre reinou aqui, surgiu um dia o odioso monopólio da metrópole. Utilidades de ínfima categoria, por preços excessivos, quase sempre em pequena quantidade e demorada, eis o que os negociantes lusos privilegiados pela Coroa apresentavam aos colonos. A revolta nos três casos não se fêz esperar. Com franqueza e firmeza os brasileiros fizeram sentir sua desaprovação a fatos tão significativos para êles.

Além disso verificavam-se, diàriamente, em tôda a colônia, outras injustiças menores mas não menos impressionantes. Os cargos públicos eram todos dados aos portuguêses natos. Brasileiros raramente tinham assento num dêles. E a revolta aumentava com o tempo, pois a colônia crescia a olhos vistos e os cargos eram multiplicados.

3. Se não houvesse outras provas do exuberante sentimento nativista brasileiro, bastaria consultar três escritores nossos dos tempos coloniais e êles nos forneceriam cópia abundante do que ia pela alma nacional naqueles tempos longínquos — Vieira, Gregório de Matos e Cláudio Manuel da Costa.

Em seus *Sermões* o gênio de Vieira, em suas sátiras a argúcia de Gregório de Matos, e nas *Cartas Chilenas* o talento de Cláudio nos revelam o pensamento dos colonos com relação aos lusitanos.

Se mais provas fôssem precisas, não faltariam. Mesmo entre vultos iminentes de nossas letras, ainda se pode citar Santa Rita Durão, que escreveu o poema *Caramuru* e José Basílio da Gama, autor do *Uraguai*.

A metrópole estava bem a par do que se passava aqui, dos sentimentos que animavam os colonos. Deviam, pois, tomar medidas

para resolver a situação. Além do mais tinha em casa um exemplo recente — foram essas as mesmas causas que pelas quais ruíra seu império no Oriente. Mas, infelizmente, nada fêz. E a situação foi-se agravando.

Os brasileiros tratavam da terra e desenvolviam sua atividade no interêsse comum. Os lusos só cuidavam do comércio que os enriquecia pessoalmente, mas não plantavam para o futuro. "Raras foram as casas comerciais da colônia que se transmitiram de avós a netos; sòmente em Minas Gerais — a terra portuguêsa do Brasil por excelência, o colono do reino conservou os traços característicos, a própria individualidade portuguêsa, o orgulho de sua procedência, a fidelidade ao seu trabalho inicial", ensina Pedro Calmon.

* * *

Em publicação recente (1960) sôbre *O Sentido da Inconfidência*, o historiador João Camilo lembrou que as injustiças da metrópole contra a colônia eram de tal vulto que indignaram até pessoas de alta cultura, funcionários do Estado e mesmo portuguêses natos.

Com efeito, percorrendo os anais da conjura, encontramos ali vários padres cujo destino é desconhecido, eis que foram levados para o reino e dêles nada se soube depois.

A principal figura do movimento, Tiradentes, era militar, um soldado da Rainha que esqueceu seu juramento solene quando o amor da pátria lhe falou mais alto ao coração. E Tomás Antônio Gonzaga, funcionário da justiça reinol, desembargador, português nato, que chegou ao que poderia configurar-se como crime de perfídia, levado pelo ambiente que reinava aqui contra a metrópole.

4. No fenômeno nativista avulta a Guerra dos Emboabas, isto é, a luta entre paulistas e portuguêses da qual resultou a retirada dos paulistas do território aurífero que êles haviam descoberto em Minas Gerais e que continha o ouro desejado por todos. Dizia-se que o emboaba, o homem de "perna peluda" era aventureiro. Seria gente ruim?

Sôbre êste tema o historiador mineiro João Camilo de Oliveira Tôrres fêz interessante estudo no livro *O Homem e a Montanha.*

Os lusos que imigravam para as minas de ouro pertenciam à pequena burguesia e à classe dos oficiais mecânicos do reino. Estavam, talvez, fora dos quadros da vida local lusa. "A economia fechada das corporações colocava sempre um certo número de pessoas à margem da sociedade. "Era gente distinta, mas sem ocupação social em sua terra, gente que necessitava de estado para viver. E foi em parte o pessoal que imigrou para as Gerais.

Com elas vieram aventureiros de outros países e mesmo lusitanos. Mas êsses também não constituíam pessoas desprezíveis. O historiador belga, Henri Pirenne, estudou com minúcia a origem e a formação dos "aventureiros", dos mascates, dos mercadores ambulantes da Europa medieval. "Era gente direita, de boa origem nobre ou plebéia, apenas não podendo viver na casa paterna, pois que esta era muito pobre para família tão numerosa."

Os emboabas, pois, podiam ser gente flutuante na sociedade européia, mas não era gente desprezível. O mal era ser excessivamente protegida.

Capítulo XXVII

NOVOS RUMOS

A — Libertação econômica

No primeiro quartel do século XIX experimenta o Brasil profundas modificações, sua vida toma novo rumo. Elas começam com a independência econômica que, pràticamente se iniciou em 1808.

- Libertação
  - Vida econômica
    1. Os dois blocos
    2. Nossa situação
  - Alterações
    3. Efeitos
    4. Expansão

1. No século XVIII havia na Europa dois blocos econômicos — um próspero e outro decadente. No primeiro se colocavam a França e a Inglaterra; no segundo estavam Espanha e Portugal.

Êsses quatro países possuíam fora do território europeu colônias que se encontravam dentro do Pacto Colonial, isto é, na determinação de que as colônias sòmente comerciavam com suas metrópoles, não sendo permitido qualquer comércio com outras nações.

Inglaterra e França eram potências industriais, e prosperaram porque suas colônias consumiam os produtos das metrópoles.

Espanha e Portugal não possuíam indústria e eram obrigadas a comprar fora os produtos industriais de que necessitavam. Daí sua pobreza e decadência.

Acontece que o bloco próspero não se contentava com o que possuía, queria mais. A França, para obter novos mercados consu-

midores, buscou conquistar pelas armas os outros países da Europa. E conseguiu grandes vitórias por quase tôda parte.

Onde não venceu de um modo, aplicou outro. A Espanha conseguiu dominar pela diplomacia. Portugal não se deixou intimidar, mas depois foi obrigado a ceder. O príncipe-regente, D. João, que governava em nome de sua mãe demente, fugiu para o Brasil.

Portugal era aliado da Inglaterra mas esta não pôde socorrê-lo para evitar a invasão francesa.

A estada da família real no Brasil modificou profundamente a vida brasileira. Assim que pisou nossa terra o Príncipe-Regente abriu nossos portos às nações amigas. E sòmente êsse fato, na aparência simples, nos trouxe profundas modificações econômicas e sociais.

Agora tôdas as nações podiam comerciar aqui, e nós podíamos comerciar com todos os povos, isto é, o comércio era livre, não mais sujeito ao Pacto Colonial. Correspondia em verdade à emancipação econômica. Dentro em breve a França perderia sua supremacia na Europa e o Brasil poderia tratar com todos os povos daquele continente, os mais adiantados do mundo.

2. Enquanto durou o período colonial o Brasil não passou de um centro produtor de matérias exportáveis para a metrópole que, a seu modo, as negociava com outros centros econômicos do mundo.

Os diferentes setores de que se compunha a colônia tinham atividades variadas, grandes plantações de cana, lavouras de arroz, tabaco, anil, e algodão ao longo do litoral; colheita de produtos naturais, como o cacau, no extremo Norte; minas de ouro e de diamantes no Centro-Sul; pecuária no Nordeste e no Extremo Sul. Tudo isso era para manter o comércio externo de Portugal.

Nos trabalhos gerais não se incluíam as atividades locais para o consumo da população.

"Não se chegou a constituir na colônia, diz Caio Prado Júnior, uma economia pròpriamente nacional, isto é, um sistema orgânico de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nêle aplicada." Trabalhava o povo para objetivo inteiramente estranho à população e em que "esta população não figurava senão como elemento propulsor destinado ao funcionamento", sistema do qual nada lhe aproveitava.

Tendo atingido a maturidade mental, a população não se conformou com essa situação. Inconformada, protestou várias vêzes sem resultado. Resolveu então esperar melhores dias. E êsse tempo chegou quando a família real se instalou em nossa terra.

3. O primeiro efeito da chegada da Côrte portuguêsa ao Brasil foi, como se sabe, a abertura dos portos, a liberdade do comércio.

Logo a balança comercial subiu. As estatísticas do tempo são muito falhas mas mesmo assim alguns autores conseguiram números expressivos para prova do asserto.

Em 1812 a exportação foi de 4.000 contos de réis, e a importação atingiu 2.500 contos; em 1816 subiu respectivamente para 9.600 e 10.300 contos; e em 1822, 19.700 e 22.500.

Outro testemunho de nosso progresso está no depoimento dos viajantes estrangeiros que aqui estiveram por êsse tempo, em virtude das facilidades de entrada e estada de estranhos em nossa terra. Todos são unânimes em afirmar o avanço econômico, social e político do Brasil, com a chegada da Côrte.

O desenvolvimento da indústria têxtil, então operada, não nos deixa mentir. Ela sempre existiu aqui apesar das proibições metropolitanas. Mas no período de que falamos subiu extraordinàriamente. Principalmente em Minas Gerais, onde havia maior concentração humana, ela progrediu admiràvelmente. Foi também em Minas que a metalúrgica prosperou então. São Paulo seguiu seu exemplo. Para êsses dois pontos vieram técnicos alemães cuidar da matéria. Para Minas veio Eschwege, para a fábrica de ferro de Ipanema (perto de Sorocaba), em São Paulo, chegou Varnhagem.

4. Êstes acontecimentos abriram na natureza agreste do Brasil um raio de sol, uma nova luz alumiou nossa existência.

Íamos entrar em uma nova fase de vida muito diversa da que tínhamos tido.

Tínhamos o que Ristow chamou a pré-condição para a prosperidade — fontes de energia e matéria-prima. Há no Brasil grandes rios perenes que descem do planalto para o mar. O relêvo permite represamento e êstes dão energia elétrica em abundância. Temos carvão-de-pedra, de qualidade inferior mas que serve a muitos fins. A floresta forneceria o carvão vegetal, também produtor de energia. O carvão e a energia elétrica, fundiriam o ferro.

Matérias-primas as possuímos dos três reinos da natureza — vegetal, animal e mineral. As grandes florestas oferecem em grande quantidade madeiras de lei. Campos e serrados podem alimentar milhares de cabeças de gado. O subsolo é rico.

Possuíamos duas facilidades — os mercados consumidores, interno e externo.

O mercado interno estava assegurado. O externo seria nosso à medida que nossas produções se desenvolvessem, pois os portos do Brasil estavam abertos a tôdas as nações.

Só nos faltava o capital necessário para movimentar tal atividade, pois uma elite capaz e disposta a lutar nós a possuíamos. O capital nos viria, como veio, das fontes européias e americanas.

Assim foi feito, e avançamos. Está aí o que realizamos naquele tempo, a semente do que somos hoje.

Capítulo XXVIII

NOVOS RUMOS

B — A paisagem social

Desde 1808 foram removidas do Brasil as côres orientais, principalmente depois que "o comércio e o capital estrangeiro passaram a ter predominância na economia brasileira e a alterar os estilos de vida e de convivência do país".

- Brasil
  - Antes
    1. Como era
    2. Exceções
  - Depois
    3. A europeização
    4. Inquietação

1. Durante cêrca de três séculos viveu o Brasil em relativa segregação da Europa. Estava mais ligado à Ásia e à África. Daí a influência dessas regiões sôbre a vida da colônia lusa na América.

As casas tinham largos beirais, e nos telhados bicos vermelhos à moda asiática; árvores frondosas rodeavam-nas lembrando as moradias africanas. As janelas eram cortadas em pequenos losangos, estilo árabe. Mosaicos orientais ornamentavam a fachada dos prédios.

Internamente, ao gôsto do Oriente, viam-se tapêtes nos quais as mulheres se sentavam com as pernas cruzadas. Os homens usavam colêtes repletos de ramagens, e, em casa, vestiam chambre sôbre a

roupa de baixo. Nos cabelos das mulheres viam-se flôres vivas como as que se usavam no Oriente. Colchas encarnadas e amarelas enfeitavam as camas dos casais. Comia-se em pratos da Índia, tomava-se chá em xícaras da China.

Os alimentos lembravam a África.

Só no trajo parecia que estávamos nos trópicos. De roupas leves e folgadas vestiam-se as pessoas. As crianças chegavam a viver nuas. E isso escandalizou os viajantes europeus que por aqui então passaram, Lucock à frente.

Passando à parte espiritual temos que também do Oriente vinhas idéias para dirigir nossa gente. Uma sobressaía — a que servia às mulheres. Elas se apresentavam orientais não só pelas vestes como também "pela fisionomia tristonha, de recalcada, ou segregada", que as aproximava das asiáticas oprimidas e relegadas a plano inferior ao do homem.

A presença da família real portuguêsa no Brasil mudou êsse quadro. O Oriente e a África foram se afastando do Brasil. Os sobrados roxos e vermelhos, que lembravam o Oriente, foram escurecendo. Os palanquins dourados foram sendo substituídos por carros inglêses. Os homens e as mulheres começaram a vestir-se pelos alfaiates de Paris e de Londres. As côres vivas e encarnadas dos trajos femininos foram se apagando. E tudo passou a ser europeu.

2. Pernambuco e Minas Gerais, porém, constituíram exceção ao que inicialmente foi dito. Eram as áreas mais ricas da colônia. A primeira em virtude da grande produção de açúcar, a segunda em virtude do ouro e dos diamantes ali encontrados em grandes jazidas. Mas não foi sòmente a riqueza que determinou alterações na vida local dêsses dois trechos do Brasil. Responsável pelas alterações foi também o cosmopolitismo, que ali se verificou.

No Recife verificou-se a dominação holandesa, que favoreceu a vida local no sentido do desenvolvimento da cultura. Antes dos flamengos ali se estabelecerem por algum tempo, porém, já essa parte da colônia tinha contactos com outros centros europeus diversos do lusitano. E isso em virtude da produção açucareira, que era reme-

Aqui se vêem pontos notáveis da luta. Na foz do Riachuelo deu-se a grande batalha naval, que imortalizou o Almirante Barroso. A seguir os combates vão para o território inimigo. Vemos os pontos que tomamos até chegarmos a Assunção, capital do Paraguai.

tida para vários países da Europa. Com a chegada dos holandeses êsses contactos estranhos aumentaram. Assim, novas idéias e sentimentos foram aportando à zona do norte, fazendo com que seu povo não se achegasse tanto ao Oriente e à África.

Em Minas Gerais, o ouro e o diamante atraíram os europeus de todos os países. A chegada dêsses elementos alterou o ambiente local primeiramente saturado de lusitanos. Novas idéias e novos sentimentos ali começaram a florescer espancando as influências asiática e africana que porventura desejassem intrometer-se entre os habitantes.

Alfredo de Carvalho atribui à influência holandesa no homem de Pernambuco os traços de independência e cavalheirismo que os caracteriza. Artur Orlando supõe "ter o contacto com os filhos da Holanda" deixado "no espírito de nossos antepassados, idéias que mais tarde deviam ter explosões". Essas idéias serviam o pensamento livre, segundo Artur Orlando; espírito de independência, "a melhor das virtudes", na expressão de Oliveira Lima; a liberdade de consciência, no sentir de Joaquim Nabuco.

No Distrito Diamantino também altas idéias foram introduzidas pelos elementos ali chegados de outros centros europeus não ibéricos.

A Inconfidência Mineira e a Escola Mineira de Literatura, vigentes aos tempos coloniais, são prova do asserto.

Conservando-se o burgo nordestino do Recife em contacto com a Europa não ibérica, sua vida e costumes refletem essa influência. Os padrões de confôrto material dão prova do que se afirma. Ali, como também em Minas Gerais, o que se via era diferente do que ia pelo resto da colônia. Mawe e Saint-Hilaire dão informações preciosas a respeito. "Nunca vi camas tão magníficas", diz Mawe, "e como as das pessoas ricas desta capitania (de Minas Gerais) sem excetuar mesmo as da Europa".

Tanto foi a cultura extra-ibérica, trazida para essas paragens, que criou ali a nova paisagem social, que em outras regiões da colônia, onde o homem amealhou muito ouro, não se deu o mesmo, eis

que para êstes pontos não acorreu, ao mesmo tempo, grupo cultural superior ao do ambiente.

Uma prova nos dá o Príncipe Maximiliano. Visitando, na província do Rio de Janeiro, os Campos dos Goitacases, encontrou ali muita riqueza mas o mais completo desconfôrto. Não estavam aquêles ricaços em contacto senão com elementos ibéricos.

3. Com a presença entre nós da côrte portuguêsa os brasileiros foram abandonando os hábitos antigos e adquirindo novos. Era a imitação da côrte. E, principalmente, dos inglêses e franceses que para cá vieram, pelas facilidades obtidas com a abertura dos portos.

Deu-se, então, uma verdadeira europeização. Trajos, alimentos, enfeites, usos, costumes, tudo passou a ser europeu. Principalmente a vida social teve um timbre diferente do anterior, chegando ao exagêro a imitação européia. E não foi só no que toca ao elemento físico ou material, também as idéias européias passaram a ter voga e a ser adotadas.

Na criança como no adulto, tudo era europeu. Os próprios cumprimentos, as saudações, eram à européia, ou melhor dizendo-se, à francesa.

Paris, eis o nome mágico da época. Tudo dali vinha, todos para ali se voltavam.

Os detalhes pintam melhor os fatos. As meninas não se vestiam à moda brasileira, mas à moda francesa. Levavam várias saias, tôdas com bordados a "ponto de espinho", franjas e três ordens de fofos. Na cabeça gorro de veludo prêto.

Fazendas, meias, calçados, chapéus... vinham da França ou da Inglaterra.

Os alimentos mais desejados procediam da Europa. Eram môlho, mostarda, conservas inglêsas, queijo flamengo; sardinhas de Nantes; presuntos da Westfália... Saboreavam os brasileiros, com incrível apetite, os pratos inglêses, especialmente as sopas de tartaruga. E não faltavam os vinhos, os champanhas e outras bebidas de tão apreciada origem.

E não bastava. Também os enfeites, os perfumes, as tinturas, deviam ter a mesma fonte européia para serem apreciados. E a dança? Só européia — as polcas, as mazurcas, a cracoviana, a tarantela, o bolero, o "styrim"...

A europeização atingiu todos os setores da vida brasileira. As casas, por exemplo, passaram por completa transformação. Apareceram sobrados com cornijas, o estuque desenvolveu-se e outras novidades atingiram as residências.

Nas coisas do espírito é importante lembrar que as obras literárias e científicas do Velho Mundo aqui ganharam, então, grande voga. O francês Voltaire passou a ser conhecido como os inglêses Say Adam Smith, Bentham, Milton, etc.

São Paulo, Recife, Salvador, Pôrto Alegre, enfim, os centros urbanos mais notáveis do Brasil, foram atingidos pelas mesmas manias que avassalaram o Rio de Janeiro, onde residia a Família Real.

Era natural que um comércio próspero surgisse para satisfazer a tantas exigências novas. E foi o que aconteceu. E até um grupo de indústrias se instalou aqui. Começamos a fabricar gêlo, fumo picado à máquina, sabão e sabonete, macarrão, aletria, licor de genebra, caixas de papelão, vidros, chocolate e até tivemos uma fábrica de gás.

4. A paisagem social, porém, não se modificou ùnicamente no sentido horizontal, alterou-se igualmente no vertical, isto é, em profundidade.

As camadas da população que viviam desfavorecidas, ou esquecidas, tomaram consciência de sua situação e reagiram. Tinham elas contribuído com seu esfôrço para melhorar a situação geral. Justo seria que fôssem contempladas com alguma parcela da melhoria verificada. Tinham, pois, reivindicações a fazer. Movimentos rebeldes verificaram-se em vários pontos do país. As idéias novas aqui disseminadas também entraram a agitar os homens do Brasil. E, assim, não foi só de rosas a europeização.

Em 1817 os pernambucanos fizeram uma revolução. Era um surto ideológico. Não queriam o Brasil unido a Portugal como reino decretado pelo rei luso.

Em 1848 de novo Pernambuco se revoltou. Era a Revolução Praieira. Não se tratava mais de política. Era revolução social, descontentamento da gente do povo. É a opinião de Nabuco, em *Um Estadista do Império*, quando escreveu: "A Guerra Praieira era feita por êstes dois elementos — o estrangeiro e o territorial; mais que um movimento político, era um movimento social". Da mesma opinião era o Prof. Amaro Quintas quando disse: "Qualquer coisa existiu no ânimo da Praia diante do panorama de desajuste social em que vivia a província".

A Cabanagem que surgiu no Pará e em outras partes do país teve igualmente motivo social, não foi, como se disse, "revolta de salteadores e estúpidos matutos". Foi, antes, "revolta de moradores de cabanas, palhoças, tijupares, mocambos, ranchos de sapé contra os das casas nobres (casas grandes, sobrados)".

Diz Ernesto Cruz que, no Maranhão, os cabanos eram gente de posse. Mas não deu prova de que tivessem cultura urbana. E isso faz crer que foi, a cabanada, um "conflito entre culturas — a matuta e a urbana, aquela parada e esta evoluída".

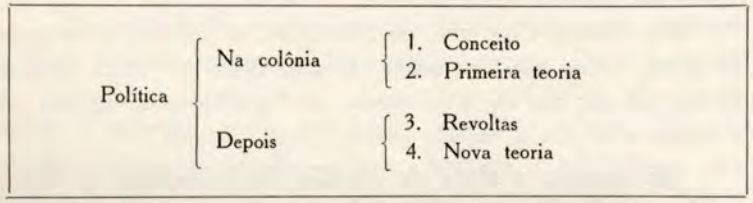
Em resumo: a vinda da Família Real lusa para o Brasil mudou o estilo da nossa vida. Houve muita alegria e muita mudança para o bem, mas verificaram-se alterações que causaram dor e tristeza.

Capítulo XXIX

NOVOS RUMOS

C — Regime político

O fim da sociedade é o bem comum. Dêsse bem o govêrno deve cuidar. No período colonial a sociedade brasileira teve por govêrno, ou por direção, a obediência à metrópole. Mas no Império conseguiu liberdade de ação. Por si dirigiu o bem de que necessitava.



1. No volume que escreveu sôbre *Política*, o eminente Tristão de Ataíde definiu-a como sendo ela "a ciência do govêrno das sociedades".

Governar é dirigir e prever. O govêrno deve mostrar à sociedade qual o caminho que mais lhe convém para atingir o bem comum. Mas não é só. Indicado o melhor caminho, deve ainda o govêrno prever o que poderá acontecer ao grupo humano que dirige, ao percorrê-lo. Só prevendo poderá saber o que acontecerá de bom e de mau. E contra os males que podem atacar o grupo social tomará o govêrno, com antecedência, tôdas as precauções cabíveis. E isso a fim de que, seguindo o caminho apontado, não venha a se desviar da rota que seu destino lhe traçou.

Êsse o motivo pelo qual o govêrno é baseado em princípios, isto é, em normas objetivas que condensam o bem do povo a que serve.

O conjunto dessas normas ou dêsses princípios forma o que se chama uma teoria.

Há várias teorias políticas formuladas por altos espíritos que observaram a conduta das sociedades humanas em vários pontos da terra durante tempos sem conta.

2. A primeira teoria política posta em prática no Brasil foi estabelecida por D. João III, quando tratou da colonização de nossa terra.

Para guia da sociedade que aqui ia então formar-se escreveu o monarca: A terra do Brasil "desejo mais povoada para nela se haver de celebrar o culto e os ofícios divinos e se exaltar a nossa santa fé católica com trazer e provocar a ela os naturais das ditas terras". E especialmente aos donatários disse esperar que, no exercício da governança, jurisdição, poder e alçada que lhes concedia, "guardarão em tudo o que cumpre ao serviço de Deus e ao meu e o bem do povo e o direito das partes".

Nessas palavras aparentemente tão simples vêem-se bem claros os princípios que deveriam nortear a nova sociedade. E êles outros não eram senão os seguintes: 1) Obediência. É o que se vê na seguinte passagem: "guardarão em tudo o que cumpre ao serviço de Deus e ao meu". 2) Solidariedade. Onde o rei fala do "bem do povo". 3) Compreensão. Na referência ao "direito das partes". Em resumo: Obediência, solidariedade, compreensão. Sem dúvida altos princípios capazes de fazer a grandeza e prosperidade da colônia, da sociedade nascente.

E Deus inspirou o rei. Êle mandou para cá gente capaz de pôr em obra êsses princípios salutares.

3. Essa teoria dirigiu os destinos do Brasil durante o período colonial. Mas as sociedades humanas variam ao infinito, alteram-se, modificam-se, evoluem. E a sociedade colonial brasileira não podia fugir a essa regra universal e eterna. E não fugiu mesmo.

Seus diferentes elementos se desenvolveram. Combinaram-se entre si. Receberam influências as mais diversas. Modificações horizontais e verticais aqui se operaram. E tudo levou a sociedade, por vêzes, a dissentir das ordens e desejos da metrópole.

Pelo menos em três momentos da vida colonial os desejos da mãe-pátria não correspondiam aos da colônia — quando da elevação de Recife a vila, quando os maranhenses não aceitaram o monopólio e quando os letrados de Minas sonharam com a liberdade colonial.

Nos dois primeiros episódios — a Guerra dos Mascates e a revolta de Beckmann, deram-se os casos regionais; no último, porém, a sedição ia abranger tôda a colônia.

No Recife a metrópole contrariou os nobres pernambucanos, que haviam libertado o Brasil do jugo holandês, com grandes sacrifícios e sem auxílio luso. A côrte apoiou os recifenses contra os olindenses. Foi uma ingratidão.

No caso maranhense era também justa a revolta. O monopólio de gêneros, que Portugal mantinha com a colônia, era indesejável. Para cá eram enviadas mercadorias da pior espécie e pelos mais altos preços. Mais ainda — com grande atraso. Os maranhenses se revoltaram, Beckmann à frente.

Mais grave, porém, foi o caso mineiro. Aqui não havia só protesto, mas ânsia de libertar a colônia dos maus tratos da metrópole.

O contacto de mineiros com gente estranha à órbita ibérica tinha tido por conseqüência o ingresso de idéias novas no âmbito colonial brasileiro das minas de ouro e diamantes. Aqui o ambiente era propício à propagação das idéias novas. A política da metrópole para com a colônia estava superada. Não podia mais continuar. Daí o projetado levante de Vila Rica que proclamaria a independência da colônia.

Sôbre êste último assunto veja-se o livro do historiador mineiro Augusto de Lima Júnior intitulado *Pequena História da Inconfidência Mineira*, principalmente o capítulo em que êle trata da "Revolução espiritual do século dezoito".

4. A estada da Família Real lusa entre nós trouxe também alterações políticas além das sociais de que já se tratou aqui.

Em 1816 foi rompido oficialmente o estatuto colonial. Oficialmente, porque na prática êle o foi em 1808 quando a côrte se trasladou para cá. Oficialmente em 1816, porque nesse ano o Brasil foi elevado a reino unido ao de Portugal e Algarve. Assim deixou de ser uma colônia. Era agora um estado dependente apenas do poder português e em igualdade de condições com a terra lusa da Europa.

Assim começou a vigorar oficialmente aqui a teoria absolutista em vigor na metrópole. Mas esta não satisfazia aos brasileiros. Por êsse motivo deu-se, no ano seguinte, o levante de Pernambuco, a revolução de 1817, que o govêrno sufocou em sangue, como é sabido.

Mas êsse fato não intimidou o povo. E êle continuou a desejar outro estatuto social, outra teoria política, a teoria da liberdade.

A luta foi difícil mas a vitória nos sorriu com auxílio de um membro da Côrte, o Príncipe D. Pedro. E êste tão bem compreendeu os anseios dos brasileiros que, dias antes da independência, já traçou a nova teoria que nos devia reger por mais de meio século — a teoria imperial.

Na ocasião citada D. Pedro afirmou: "O soberano é a nação constituindo um só corpo".

Pouco tempo depois proclamava-se a Constituição Brasileira de 1824 e nela se definia: "O Império do Brasil é uma associação política de todos os cidadãos brasileiros". Como todos os cidadãos brasileiros não podem, por si, diretamente, governar a nação, delegam poderes para alguns que o possam fazer em nome de tôda comunidade. Assim se escolhe um corpo dirigente da nação na Assembléia Geral. E para chefe da nação aceita o povo o seu imperador.

Dêsse modo os representantes da nação são o imperador e a Assembléia Geral.

"O imperador representa tôda a vontade coletiva, os membros da Assembléia representam o povo, os interêsses divergentes dos particulares."

As duas entidades diversas parece que não iam combinar bem no exercício da mesma função — buscar o bem do povo. Mas isso não aconteceu. Foram criados institutos que se encarregaram de apurar as arestas que surgissem.

Em resumo: duas teorias diversas regeram os destinos do Brasil. Uma no período colonial — a doutrina da obediência. Outra no período imperial — a da liberdade. Sob ambas o Brasil prosperou porque cada uma veio a seu tempo.

Capítulo XXX

NOVOS RUMOS

D — A grande lavoura

Portugal e Brasil deviam ser uma e a mesma coisa. Os embaraços postos pela metrópole ao desenvolvimento da colônia foram um "cisma da alma" lusíada muito mais longínquo do que pensa o historiador João Camilo.

- Agricultura
  - Colonial
    1. Seu nível
    2. Obstáculos
  - Imperial
    3. A grande lavoura
    4. O café

1. A agricultura foi a base econômica da colonização. A mineração constituiu apenas um parêntesis de pouca duração.

Primeiro foi o açúcar. Surgiu êle em momento propício à sua expansão. As guerras daqueles tempos surgiram justamente nas grandes rotas marítimas. Propiciaram assim o comércio dêste produto com a Europa que estava sedenta dêle, pelos povos que não intervieram no conflito e podiam produzir a mercadoria desejada.

Veio depois o algodão. O surto industrial do século XVIII necessitava dêle como sua matéria-prima principal.

Vários entraves, porém, não permitiram que o algodão se mantivesse no cartaz por muito tempo. Entre êles a agricultura exclusiva e a prática rotineira acabaram por diminuir e depois fin-

dar nossa lavoura de algodão em larga escala, que só nos dias atuais voltou a ser o que fôra antes.

A agricultura exclusiva exige sempre novas terras ou a melhoria das já usadas. Esta melhoria só seria possível pelo aproveitamento científico da terra, o que não se dava no Brasil pelo desconhecimento das ciências que ensinam a matéria. Restava obter novas terras com a devastação das matas existentes. E foi isso que se deu. E por essa prática formaram-se desertos onde outrora cresciam florestas magníficas. Devastada, a terra tornou-se improdutiva.

Exemplo típico dêsse fato é o Nordeste. A floresta, que existia do Ceará a Alagoas, desapareceu dando lugar à desolação. Com a ausência da floresta alterou-se o clima, pelo desaparecimento das chuvas. A floresta atrai a precipitação atmosférica. A ausência da chuva criou o deserto. Onde não chove não há lavoura. O sol inclemente cresta o solo, não permite a vida nem vegetal nem animal.

Outro entrave foi a prática rotineira. Vimos, em capítulo anterior, como se processava a fabricação do açúcar. O processo era dos mais antigos do mundo. Seus produtores não conheciam os processos novos, mais rendosos e mais fáceis.

O que se deu com o açúcar repetiu-se com o algodão. Basta dizer que era desconhecido no Brasil o processo Whitey de separação da semente da pluma que havia anos estava em uso nos Estados-Unidos.

O preparo da terra para a semeadura era desprezado. O sistema de irrigação das zonas sêcas, que os árabes usaram na Espanha quando ali chegaram havia dezenas de anos, era igualmente ausente de nossa prática.

Com todos êsses embaraços não poderia nossa lavoura concorrer com as de outros pontos da terra que se adiantavam de dia para dia. Assim tínhamos mesmo que ficar de lado.

2. Costuma-se atribuir ao trabalho escravo o baixo nível, por isso o baixo rendimento de nossa lavoura. Não tendo interêsse próprio na produção em que trabalhavam, os escravos não procuravam produzir melhor. Mas os Estados-Unidos também usavam o trabalho escravo. E lá a produção era cada vez maior e melhor.

Devemos, pois, procurar outra explicação para o fenômeno nacional. E outra não parece ser senão os embaraços que nos opuseram as fôrças políticas da metrópole, isto é, o isolamento e a falta de instrução.

Pelo menos no século XVIII o Brasil estêve isolado do mundo, "impedido, portanto, que aqui chegasse outra coisa qualquer senão os reflexos da fraca cultura do reino".

Nem se pode chamar de estrutura de ensino ao que aqui existia: magras escolas primárias, e aulas de grego e latim, nos principais centros populosos.

Antes existiam os colégios dos jesuítas, expulsos de Portugal e das colônias lusas pelo Marquês de Pombal.

Mas nestes colégios não se cuidava de ciências, ou pelo menos eram elas relegadas a plano inferior.

Como das ciências era de que precisávamos, tem-se lançado à conta de descuido jesuítico a sua ausência na colônia. Mas essa acusação não lhes cabe.

Os filhos de Santo Inácio desempenhavam aqui uma função pública. E das mais sérias e úteis ao povo. Tinham que respeitar as ordens do govêrno luso, isto é, só fazer o que lhes fôsse determinado. Se apenas cuidaram de literatura, relegando as ciências, é que essa era a determinação de Lisboa. E êles cumpriram bem as determinações.

E tanto é exata essa interpretação que, expulsos os jesuítas, o govêrno luso continuou na mesma rota — ou pior, então quase nada de ciência, muito pouco de letras.

3. Vinte anos depois que aqui aportou a Família Real portuguêsa, nossa vida econômica era das mais prósperas.

Do estrangeiro recebíamos, entre outros, os seguintes artigos: aço, ferro, cobre, chumbo, em barras ou sob formas de amarras, arame, arreios de carro e de cavalo, carruagens, instrumentos de cirurgia, chumbo de munição, fechaduras de portas, candeeiros, cobre

para forros, fogões, carvão-de-pedra, fôlhas-de-flandres, pregos, arames, máquinas, caldeiras, relógios, etc.

Mais importante, porém, era o que vendíamos para o estrangeiro, o que exportávamos.

O *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em sua edição do dia 20 de dezembro de 1828, dá a relação do que, só naquele ano, nós enviamos a outros países do mundo: aguardente de cana, algodão de Minas Novas e de Minas Gerais, anil, arroz de Santos e da terra, açúcar de Santos, de Campos e da terra, café, chifres do Rio Grande, jacarandá, ipecacuanha, sola, fumo Baependi e fumo Piedade, tapioca, etc.

Três, contudo, eram os principais produtos de exportação: o açúcar, o algodão e o café, todos produzidos pela grande lavoura. Era, assim, a grande lavoura que predominava em nossa balança econômica.

O traço dominante na grande lavoura era a exploração em larga escala. Cada unidade produtiva tomava conta de grande área de terra, e nela reunia grande quantidade de trabalhadores. Formava-se uma organização coletiva de trabalho especializado em determinado produto. Dela eram também partes fundamentais máquinas e aparelhamentos. Formava-se então grande sociedade com chefes e subalternos. E isso é importante na vida nacional porque essa organização age como um só corpo no cenário do país.

Outro característico da grande lavoura é o braço escravo, que nela se assenta e sem ela não vive. E êsse fato também pesa na vida da comunidade.

A escravidão é um crime mal tolerado. Vozes sem conta se levantaram sempre contra o nefando instituto. E mesmo na época de que cuidamos, José Bonifácio, o Patriarca da Independência, entre outros espíritos de vulto na vida brasileira verberou essa "mancha negra que tisnava a via láctea de nossa existência com o pincel de um crime estupendo", como bem disse Rui.

Contudo, foi a grande lavoura o sustentáculo do Brasil por seus grandes produtos, sendo que, na era imperial, dêles sobressaiu o café.

4. Principalmente depois da independência o Brasil não pôde viver sem o café. Foi êste o grande produtor de divisas, de riquezas. O mais seria apenas auxílio de nossa economia. O café com sua grande produção exportável pesou poderosamente em nossa balança econômica.

Êste grande produto agrícola começou a ser produzido comercialmente na província do Rio de Janeiro. Passou depois para a região leste da província de São Paulo, no vale do Rio Paraíba do Sul. Desta zona passou para a da futura estrada de ferro Mojiana, atingiu Campinas e Ribeirão Prêto e os outros municípios da zona. Ao mesmo tempo, entrava pela zona da futura estrada de Ferro Paulista e a seguir pela da futura Sorocabana, abrangendo, em pouco tempo, a maior parte do Estado de São Paulo.

O solo, a altitude e o clima propícios à lavoura cafeeira foram os fatôres da grande lavoura de café do Brasil.

A organização da lavoura do café é mais ou menos idêntica à da lavoura da cana. Preparado o solo, as mudas são nêle colocadas em tempo próprio. São postas em filas e distribuídas por quadras, para facilitar o tratamento e a colheita. Quando as frutas estão no ponto, são colhidas e postas a secar em terreiros adequados. Depois de sêcas são beneficiadas em máquinas a vapor, ou elétricas. Beneficiadas, são ensacadas e remetidas aos portos de embarque para o estrangeiro.

Para obtenção de mudas fazem-se as semeaduras e quando as plantinhas já estão salientes são transferidas para pequenos jacás de taquara, feitos a propósito. Êstes jacás são colocados inteiramente nas covas por ocasião do plantio, o que se dará sòmente quando a pequena planta puder viver fora dos cuidados de seus tratadores.

O café necessita de um trato assíduo. Em geral os trabalhadores fazem contrato para o tratamento de alguns mil pés, e por um ano agrícola. Êsses contratos são às vêzes feitos por mais de um ano quando se trata de trabalhador livre. Ao tempo em que falamos os escravos eram incumbidos dos cuidados para com os cafèzais.

Já lembramos que muitas vozes se levantaram no tempo da escravidão pela extinção dêsse regime. O projeto de José Bonifá-

cio, atrás aludido, determinava que os poderes municipal, provincial e imperial reservassem, anualmente, verba própria para o resgate de negros. Com isso se extinguiria a massa que se encontrava em exercício. Mas outra providência maior êle tomava — extinguir o tráfico. Não se pôde atender a tão altos desejos do eminente brasileiro. As condições econômicas de nossa vida não o permitiam. E, assim a escravidão continuou até 1888.

Capítulo XXXI

NOVOS RUMOS

E — A sociedade. A aristocracia do café

No século XIX existiu aqui uma organização agrária que suportou a estrutura econômico-política do país. Formava um grupo humano pouco numeroso mas que tinha em mãos a maioria das terras cultiváveis e os instrumentos de trabalho que eram os escravos. Era a aristocracia do café.

- A sociedade
  - Formação
    1. Elementos
    2. Os escravos
  - Evolução
    3. Distinções
    4. A aristocracia do café

1. O povo brasileiro sempre foi uma "Sociedade sem classes". No "Antigo Regime" o homem nascia em uma classe e dela não podia sair. Os nobres nasciam nobres, os artesãos nasciam artesãos. De uma classe não se podia passar para outra. Mas a Revolução Francesa aboliu os privilégios. E tudo mudou.

Para o Brasil vieram os aventureiros, os excedentes das corporações, os filhos de famílias numerosas, os cristãos novos, os hereges, os fidalgos arruinados ou degredados por motivos mais ou menos fúteis, enfim "tôda a massa de deslocados que crescia à margem da sociedade" européia.

Aqui chegando encontraram oportunidades para desenvolver suas atividades. Nessas pessoas as restrições sociais haviam pesado tão rudemente que as puseram neste dilema — imigrar ou morrer.

Chegando aqui, onde não havia o que as tolhesse, haviam de formar uma sociedade individualista, sem restrições, sem classes, para o amplo exercício da vida.

A êsse fato por si tão significativo juntou-se mais êste outro — a democracia racial portuguêsa, a ausência, no lusitano, de qualquer separação entre as raças. A côr, que em outros pontos da terra é fator de diferenciação social, aqui não existia. Com índios e negros o lusitano se aliou e se prendeu tanto quanto com os outros povos da terra.

Por isso o historiador Handelmann, que estudou nossa evolução, em livro muito conhecido, pôde dizer que o Brasil era um país que não conhecia distinções jurídicas especiais entre pessoas de côres diferentes, com exclusão apenas dos escravos.

2. Em verdade os escravos parecem desmentir a afirmação de que éramos e somos um povo "sem classes". Não constituiriam êles uma classe à parte da sociedade brasileira?

Distinções jurídicas, sociais e econômicas separavam os escravos do resto da população. Os escravos não eram "cidadãos", mas também não constituíam uma classe.

O historiador João Camilo de Oliveira Tôrres explicou muito bem a situação dêles — constituíam uma população dentro do povo brasileiro. Eram "estrangeiros não assimilados".

"Com o correr dos tempos os indivíduos de origem africana como que se naturalizavam brasileiros, incorporando-se devidamente ao seio da comunidade nacional. Processo de incorporação lentíssimo, como se pode muito bem compreender, mas seguro."

Se nos lembrarmos, porém, da situação cultural em que êles se encontravam na África, antes de chegarem ao Brasil, e verificarmos sua aptidão ao tempo em que dêles nos ocupamos, podemos afirmar que bem rápida foi a transformação cultural que nêles se operou. Por isso chegaram a ombrear-se com os brancos exercendo altas funções no país, chegando a ministros de Estado e dignitários da

O ALFERES XAVIER, O TIRADENTES
(RECONSTITUIÇÃO SEGUNDO DADOS ETNOGRÁFICOS E HISTÓRICOS POR JULIUS KAUKAL)

O mártir da nossa independência era môço, como aqui se vê. Na prisão foi que lhe cresceu a barba dando-lhe o aspecto de velho.

Coroa, se não êles próprios os seus descendentes. A ascensão social do negro foi um fato inconteste em tôda a vida brasileira. Logo se "naturalizaram", deixando de ser africanos para se tornarem "brasileiros".

3. Tudo conspirou entre nós para que no Brasil não houvesse outras distinções entre os homens senão a de ordem econômica. "Os poucos tipos de aristocracia surgidos na colônia tendiam ao desaparecimento no decorrer do Império; nossa economia muito instável impediu a formação de uma sociedade baseada em estratos definidos e hierarquias rígidas."

A classe rural sempre prevaleceu na economia, mas era uma supremacia de poucos e, não tendo muita estabilidade, não deitou raízes. Dentre os elementos da classe rural brasileira tem realce a aristocracia do café, preponderante no Império.

4. A riqueza, trazida pelo café, proporcionou ao Brasil uma aristocracia, que refletiu a proximidade da côrte, e o esplendor, com que esta cercava a nobreza. Mostraram os fazendeiros em seus palácios as exigências sociais de uma nova época e a fidalga convivência de homens nobres e ilustres.

De 1820 a 1860 foi a província fluminense que pompeou nessas honras, com seus homens ilustres, figuras singulares de fazendeiros ricos, confortàvelmente instalados em seus palácios rurais. Muitos, por certo, habitavam casas simples, de exterior despretensioso, mas que impressionavam os visitantes pelo seu desprendimento, pela sua imponência, pela fartura de sua mesa, e magnificência no trato. Os palácios dignos de nota, porém, não foram poucos.

Elegante e suntuosa era a residência do Comendador José de Sousa Breves, na fazenda do Pinheiro. Tinha ela ar de castelo. Modelar era ali o trabalho rural, desenvolvido por dois mil escravos. E na mesa sempre farta sentavam-se diàriamente mais de cem convivas.

A fazenda do Ribeirão Frio, com rendimento superior a oito mil arrôbas por ano, ornamentava-se sempre de galas e primores fidalgos. Escadarias, varandas, jardins, estatuetas e até mobiliário,

vindos da França, porcelanas procedentes da Alemanha, piano sonoro e até biblioteca.

Em 1845, a proprietária da fazenda São Mateus recebeu, com tanta pompa, o Imperador, que, ao retirar-se o soberano deu-lhe o título de Baronesa de São Mateus. Móveis e alfaias iguais às do palácio do Imperador, no Rio de Janeiro, possuía-as a residência do Barão de Araruama, em 1861.

Importavam os fazendeiros roupa da França, louças timbradas com os brasões de armas, feitas em Limoges, e seus filhos tinham professôres vindos da Europa, especialmente para ensinar-lhes a educação.

Depois de 1860, São Paulo começou também a pompear no mesmo esplendor. Dinâmico, inquieto, progressista, o paulista entrou a competir com seus colegas fluminenses, e os ultrapassou no afã de desbravar a terra e cultivá-la com ânimo e fervor. Principalmente ao longo da Estrada de Ferro Mojiana, as lavouras prosperaram em abundância. A seguir tomaram o rumo da Paulista e da Sorocabana. A riqueza era tanta, que, quando se inaugurou a chegada do trem de ferro a Ribeirão Prêto, só na rua, que da estação ia ao largo da matriz, havia 50 cafés-cantantes, com artistas vindos expressamente de Paris, para se exibirem na futura capital do Reino do Café. E a riqueza que nos trouxe a preciosa rubiácea espalhou-se por todo o Estado, criando as ricas mansões de que até hoje se pode ocupar o viajante ilustre.

Da aristocracia paulista, a história guardou, entre outros, os seguintes nomes: Barões de Arari, Itapura, Indaiatuba, Limeira, Tatuí, Jaguara, Jundiaí, Itapetininga; os Condes do Pinhal e os Marqueses de Três Rios e Itu.

Capítulo XXXII

NOVOS RUMOS

F — O trabalho. A imigração

A solidariedade entre os membros deve ser o traço de união dos componentes de uma mesma sociedade. E essa solidariedade só pode ser forte quando as idéias e as tendências comuns sejam superiores aos interêsses pessoais de cada um. No caso da escravidão as idéias e as tendências dos cativos não se harmonizavam com as dos seus senhores, motivo pelo qual a instituição se extinguiu.

O trabalho	Escravo	1. Conceito 2. Tributo
	Livre	3. Industrialismo 4. Imigração

1. A escravidão dos tempos modernos foi um corpo estranho que os europeus introduziram na civilização ocidental. Recurso de oportunidade para obter, por baixo preço, o trabalho de que necessitavam para sua emprêsa na América. Corpo estranho porque aberrava de todos os padrões morais e culturais a que o Ocidente já se acostumara. Não brotou do conjunto da vida social como a escravidão antiga. O primeiro crime cometido com ela foi a devastação que provocou nas populações africanas e americanas, perseguindo, prendendo, matando, separando os membros de uma mesma família. Outro mal foi vir desacompanhada de qualquer elemento construtivo. Os escravos não encontraram no Novo Mundo as condições de que necessitavam para sua melhoria material e espiritual. Materialmente vieram morar em casas tão inferiores como as que conheciam na África, moralmente passaram a residir no mais nocivo dos ambientes. Culturalmente sua vida passou a ser uma calamidade: nem rudimentos de instrução recebiam.

A escravidão foi a degradação e a dissolução.

2. Era, no entanto, o único setor organizado da sociedade colonial. E por isso foi êle que lhe permitiu manter-se e desenvolver-se. Como, porém, era de estrutura inferior, manteve a vida colonial nesse baixo nível em sua quase totalidade. Serviu "apenas para conservar o nexo social da colônia".

"O trabalho escravo", diz Caio Prado Júnior, "nunca ia além do seu ponto de partida: o esfôrço físico constrangido não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado. Não lhe acrescentará elementos morais, e, pelo contrário, degradá-lo-á eliminando mesmo nêle o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido de seu estado primitivo. As relações servis são e permanecerão puramente materiais de trabalho e produção, e nada ou quase nada acrescentarão ao complexo cultural da colônia."

O trabalho escravo, pois, não era o que convinha ao desenvolvimento técnico e cultural do Brasil.

3. Na segunda metade do século XIX, porém, tudo mudou aqui. Um surto econômico novo veio florir nossa vida de brasileiros. Foi o primeiro grande movimento industrial que conhecemos.

Na *Evolução Industrial do Brasil* o historiador paulista Roberto Simonsen dá conta do que foi êle.

De 1880 a 1888 foram fundadas aqui 150 indústrias com um capital aproximado de 60 mil contos de réis. De 1885 a 1889 mais 250 estabelecimentos industriais abriram suas portas, e o capital nêles empregado era de mais de 200 mil contos. No fim do Império os estabelecimentos industriais alcançavam o número de 636, onde se empregaram mais de 400 mil contos. E nêles traba-

lhavam cêrca de 55 mil operários, absorvendo 65 mil cavalos vapor, e com uma produção avaliada em mais de 500 mil contos por ano.

Essas indústrias se dividiam pelos seguintes setores: têxtil, 60%; alimentação, 15%; produtos químicos e análogos, 10%; madeiras, 4%; vestuário, 3,5% e metalurgia, 3%.

Inequívoca a alteração econômica. O trabalho escravo não mais poderia subsistir. Na indústria carecia-se de outra mentalidade. Desenvolveu-se então o trabalho livre, decretou-se a abolição da escravatura.

Era a economia transformando quadros sociais. As classes agrícolas, até então dominantes, iriam, aos poucos, ser substituídas, se não no todo, ao menos em parte, pelas novas camadas oriundas da indústria. A sociedade se modificava.

4. Nessa altura de nossa evolução o negro será substituído pelo colono europeu. Já o vinha sendo havia anos, vagarosamente, mas nessa ocasião a onda imigratória se avoluma e se desenvolve. E estabelece-se a harmonia na sociedade nacional. As mesmas idéias e as mesmas tendências animam a todos e a nação toma o rumo de seu verdadeiro destino. Se não vejamos.

Antigamente não havia harmonia de idéias entre o senhor e o escravo. Exemplo — a idéia de liberdade. O senhor podia adotá-la para si, era livre de fazer o que bem entendesse, o negro não. Com relação às tendências, dava-se o mesmo. O senhor e o escravo não tinham as mesmas tendências. Exemplo — a família. O senhor tinha a sua protegida pelo direito, o escravo não podia ter família (aliás tendência das mais humanas e universais). E se por acaso se casava, não podia mantê-la, faltava-lhe autoridade sôbre a espôsa e os filhos porque, acima de sua autoridade, estava a do seu senhor.

Extinta a escravidão, a harmonia veio ao seio da sociedade. Cada um marchou firme para o seu destino com suas idéias e suas preferências. E com relação ao trabalho, que é o assunto que nos prende aqui, tornou-se êle essencialmente livre, podendo cada um exibir suas aptidões nos diversos setores da vida nacional.

A imigração então se desenvolveu como já ficou dito acima. Um escritor francês que estêve entre nós, Ferdinand Denis, já encontrou aqui forte contingente de europeus no ano de 1830. Êsses ocidentais, como êle os chamou em seu *Le Brésil*, eram franceses, inglêses, alemães, suecos, suíços, dinamarqueses, e até russos. Muitos eram industriais, mas boa parte cuidava de outros misteres. Com a liberdade de trabalho a onda avolumou-se. O govêrno e particulares cuidaram de trazer para o Brasil quantos aqui pudessem ambientar-se. E dos que vieram os latinos foram os mais desejados da lavoura e da indústria. Com efeito, encontravam êles nestas paragens pessoas da mesma raça, do mesmo povo, da mesma religião, ou de raça, povo, religião semelhantes à sua. Mas outras nações, além das latinas, nos mandaram colaboradores para nossa vida, que, dia a dia, se desenvolvia e se complicava.

Com os imigrantes vinham não só braços mas culturas diversas. Técnicas, principalmente para a nascente industrialização.

Uma prova de desenvolvimento pela imigração está nos transportes. Por êsse tempo surgiram aqui "carros sôbre eixos que facilitaram a condução de muitas arrôbas de mercancias diferentes por meio de 2 bois, o que até então se necessitava fazer com 4 ou 6", diz um cronista.

Com referência à técnica, temos o caso do carvão: "Uma só camada de bons imigrantes do Norte da Europa sôbre sua velha população mameluca salpicada de sangue africano, fabricava (em São Paulo) tão abundante combustível que dava para abastecer o trem militar".

Mas não foi só no setor econômico que o imigrante nos favoreceu. No cultural não foi menor o auxílio que nos prestou. Gente de nível elevado trouxe para o Brasil as idéias mais altas do tempo. E as espalharam aqui aos quatro ventos. Quem consultar a lista de altos vultos do Império e da República encontrará, entre êles, descendentes de colonos, pessoas altamente colocadas, inclusive na magistratura e no clero.

A imigração substituiu com vantagem a escravidão.

Nacionalidade dos imigrantes desembarcados no Rio de Janeiro	Períodos		Ano de 1887
	1864-72 9 anos	1873-80 14 anos	
Portuguêses	56.351	110.891	10.205
Italianos	9.307	112.279	17.115
Franceses	5.862	3.475	241
Inglêses	5.252	2.215	72
Espanhóis	3.229	15.684	1.766
Norte-Americanos	3.515	316	31
Alemães	3.119	23.469	717
Austríacos	—	9.022	274
Suíços	—	479	—
Russos	—	417	889
Diversos	9.869	21.549	—
Total	88.823	304.796	31.310
Média anual	9.869	21.771	

Quadro publicado por Eduardo Prado, em seu trabalho sôbre imigração, estampado no *Le Brésil* em 1889 de Santa-Anna Nery. Cf. CRUZ COSTA, *História das Idéias no Brasil*, pág. 187.

CAPÍTULO XXXIII

A REPÚBLICA

A — Nova fase de vida

A República não foi uma revolução. Sérgio Milliet disse muito bem: "A palavra revolução implica uma modificação de usos e costumes, de instituições, de filosofia de vida e a República mudou apenas a forma do govêrno, pouco se fazendo sentir a sua influência na vida cotidiana, nos hábitos e nas preocupações dos brasileiros". Foi antes um golpe de estado.

- Vida nova
  - Primórdios
    1. Vida nova
    2. Primeira divergência
  - Concentração
    3. Segunda recusa
    4. A República

1. Na segunda metade do século XIX entrou o Brasil em uma nova vida, devido a novas condições econômicas e culturais.

Em capítulos posteriores veremos, com minúcia, êsses fatos. Aqui vamos apenas assinalar as conseqüências do fenômeno.

Houve nova vida porque novas idéias aqui chegaram, e foram postas em prática.

De há muito o povo brasileiro, pela cultura que adquirira e pelas condições econômicas que conseguira, não suportava mais certos fatos. Dois pelo menos — a escravidão e certas instituições retrógradas — não mais cabiam na vida nacional.

Primeiramente era preciso abolir o cativeiro. Por outro lado certas instituições obsoletas, que estavam em vigor, atrapalhavam o desenvolvimento do país. Destas, principalmente duas — a vitaliciedade do Senado e o Conselho de Estado. Vitalícios, os senadores conservavam sua velha mentalidade, não progrediam. Por isso não aceitavam as idéias novas oriundas da Câmara dos Deputados, as quais desejavam fazer avançar o país na senda do progresso. Medidas de relevante interêsse público eram também rejeitadas pelo Conselho de Estado, formado de velhos servidores também de mente retrógrada.

Emperrada assim, a máquina administrativa e política da nação não ia para a frente. Urgia uma reforma.

Firme em suas idéias e anseios, o povo cuidou do que lhe convinha, sem perda de tempo.

2. A primeira divergência entre o povo e o govêrno dizia respeito ao elemento servil.

No ano de 1850 essa instituição recebeu o primeiro dos três golpes decisivos — a extinção do tráfico. Com isso estancava-se a principal fonte de escravos. Êles não mais viriam das costas da África.

Não era tudo o que o povo desejava. Por isso a campanha continuou. Veio em 1871 nova medida protelatória, mas assim mesmo muito útil — a emancipação dos nascituros. Não nascia mais ninguém escravo. Era a segunda vitória da nação empenhada no triste fato.

Recrudesceu a propaganda abolicionista. Veio então a seguir a liberdade dos sexagenários.

Ia assim o poder público, com medidas parciais e evasivas, deixando para mais tarde o terceiro e último golpe sempre reclamado.

Êle só chegou em 1888.

Enquanto isso campanhas de protesto, de sentimento e de esclarecimento foram se desenvolvendo por tôda a parte. A nação e os interêsses ligados ao trabalho escravo foram sendo instruídos dos verdadeiros motivos do desejo popular. E, por tôda a parte,

Localizam-se neste gráfico os principais pontos da luta, ao norte da Bahia. Ali se deu o encontro de duas culturas — a do interior e a do litoral. Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, estuda êsse fenômeno.

foi-se verificando a substituição do braço escravo pelo livre e se emancipando os que ainda viviam na escravidão.

As estatísticas mostram, com clareza, o avanço do movimento que visava a suprimir o cativeiro. Nos documentos públicos conta-se que em 1850 havia aqui cêrca de 31% de pessoas escravas no grosso da população. Êsse número desceu para 15% em 1872. E passou a ser de apenas 9% em 1887. Produto da compreensão geral dos possuidores de escravos e das mudanças econômicas que demonstraram ser o escravo pior operário que o trabalhador livre.

Dir-se-á que as percentagens podem não ser tão expressivas como parecem, porque a população aumentou muito durante êsses vinte e sete anos citados, isto é, de 1850 a 1887. Mas os números específicos não desmentem que houve um decréscimo notável no número de cativos nesse período. Se não vejamos: em 1850 havia aqui cêrca de 2.500.000 cativos; em 1872 êsse número era sòmente de 1.510.000; e em 1887 apenas estavam sem liberdade 724.000 pessoas.

A abolição resultou, portanto, "das condições objetivas do país, da insuficiência qualitativa do trabalho escravo, e, por efeito disto, do acúmulo de interêsses opostos à escravidão". A iniciativa do govêrno foi quase nula. Agiu êle pela pressão das fôrças populares.

3. O espírito retrógrado que representa os interêsses antiprogressistas foi o outro setor para onde se dirigiu a onda ativa da nação.

Êsse espírito tinha-se encastelado em instituições políticas que urgia reformar se não pudessem ser extintas ou transferidas para outras espécies.

Dessas instituições pelo menos duas deviam ser diretamente visadas: a vitaliciedade do Senado e o Conselho de Estado.

Por sua natural inutilidade êsses dois institutos prestavam um desserviço à nação, e, portanto, eram a causa da transformação econômica e social em que estavam empenhadas as fôrças vivas do país.

A luta contra as instituições retrógradas constituiu o que se convencionou chamar "evolução democrática".

A reação começou em 1868 quando a *Opinião Liberal* apresentou à nação o seu famoso programa. Ali se encontrava a parte fundamental das reformas desejadas, e que são: descentralização do poder, ensino livre, polícia eletiva, abolição da Guarda Nacional, senado temporário e eletivo, extinção do poder moderador, substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, separação da judicatura da polícia, sufrágio direto e generalizado, presidentes de províncias eleitos por elas mesmas, suspensão e responsabilidade dos magistrados pelos tribunais superiores e pelo legislativo, magistratura independente, incompatível a escolha de seus membros fora da ação do govêrno (proibição dos representantes da nação de aceitarem nomeação para empregos públicos e igualmente títulos e condecorações, opção pelos funcionários públicos, uma vez eleitos, pelo emprêgo ou cargo de representação nacional (*).

Essa relação dá uma idéia clara da situação do país por aquêle tempo. Mas nem os Cotegipes nem os Itaboraís puderam resolver a situação. Malgrado o talento e a cultura que possuíam, os amigos da monarquia não encontraram fórmula de jugular o difícil momento.

Não desejando fazer essas reformas e não encontrando outras soluções aceitáveis, os monarquistas continuaram a pôr panos quentes na situação que, de dia para dia, se agravava.

4. Foi então que surgiu no cenário político uma nova fôrça: o exército.

"Não era um partido, não tinha um programa, não se destinava a plano político." Seus elementos mais representativos se distribuíam pelos partidos existentes, isto é, pelo partido liberal e pelo partido conservador. "Mas havia pontos em que o exército falava como uma entidade autônoma e nova da estrutura imperial. Era diante daqueles problemas que tocavam de perto à sua vida, à sua organização, a suas prerrogativas."

(*) AMÉRICO BRASILIENSE, *Programas dos Partidos.*

Era, pois, uma fôrça nova sem função política definida e que, por isso mesmo, podia pender para um ou para outro lado, e determinar o desequilíbrio da balança.

Pelo menos três problemas afetavam o exército, que sempre foi constituído por gente de tôda sorte, de tôdas as esferas sociais, de tôdas as côres — o problema do elemento servil, o problema da mestiçagem e o problema da massa flutuante da população.

Nas fileiras do exército encontravam-se muitos cujos pais se achavam no cativeiro. Êles se libertaram por terem tomado parte na Guerra do Paraguai, mas seus ascendentes se encontravam ainda na dura condição de cativos.

A côr continuava a ser o grande problema. O mestiço era tratado como inferior. Urgia uma integração no seio social.

A massa flutuante da população contribuía com muita gente para a campanha do sul. De volta da refrega, tendo-se coberto de glória o exército com seu auxílio, agora se encontravam êles ao desamparo. Era uma injustiça que urgia reparar.

Mas agora os dirigentes do país não necessitavam mais de soldados, a pátria não tinha precisão de tantos defensores. E o poder público os desprezou.

Não tratando o exército como devia, não cuidando dos problemas que o afligiam, o govêrno imperial não teve a seu lado essa fôrça nova, consciente de seu valor. Conseqüência ela passou para a oposição e em uma parada militar deu fim a monarquia, proclamou a República.

Um dia, fontes oficiosas deram curso ao boato segundo o qual estava sendo preparada a remoção dos líderes do exército para os pontos mais longínquos do território nacional. A crise militar atingiu seu ápice. Houve uma passeata, e, nela, foi a República proclamada.

Capítulo XXXIV

A REPÚBLICA

B — O industrialismo

A República nasceu do mal-estar reinante no país com o seu desenvolvimento econômico e cultural. Na transformação econômica, o industrialismo teve parte saliente.

- Industrialismo
  - Possibilidades
    1. Técnicas
    2. Brasileiras
  - Evolução
    3. Industrialização
    4. Produção

1. A existência da indústria depende de uma série de condições tôdas indispensáveis à sua realização. Tais são: mercado consumidor, matérias-primas, capital, capacidade técnica dos dirigentes e operários especializados.

Sem mercado para consumir-lhe os produtos, uma indústria não vive.

A matéria-prima para ser transformada em produtos industriais deve ser de boa qualidade e em quantidade apreciável. Em quantidade escassa ou de má qualidade prejudica a produção industrial. Deve também proceder de pontos próximos da fábrica. As que vêm de longe acarretam aumento de seu custo e, portanto, encarecem o produto industrial, facilitando a concorrência comercial, que, por vêzes tem aniquilado algumas indústrias.

O capital é outro elemento essencial. Não é sòmente preciso para a instalação como para o desenvolvimento da produção. Os estoques são empates de capital, e na comercialização dos produtos industriais o estoque é indispensável.

As indústrias necessitam de técnicos para dirigir a produção. Há escolas preparatórias dêsses elementos, escolas técnicas e práticas. Nem só teoria nem só prática. Técnicos sem preparação prática nada valem, igualmente os práticos sem teoria não se desenvolvem, ficam sòmente com o que aprenderam a seu tempo, atrasam-se portanto, porque não podem, pelo estudo, prosseguir no aprendizado.

Finalmente vêm os operários. Êstes são dirigidos pelos técnicos. Aprendem pràticamente o que lhes compete. Aos operários é preciso pedir diligência. Mas também devem êles receber salário compensador e assistência efetiva.

Hoje as indústrias ainda exigem um outro conhecimento — de direção de emprêsas. Os diretores de emprêsas fazem um aprendizado especial, tal o desenvolvimento que a direção de um estabelecimento industrial exige do homem.

2. No Brasil da segunda metade do século XIX era encontrada a maioria dessas condições.

Tínhamos apreciável mercado interno. A população crescia sempre e tinha razoável capacidade aquisitiva. O Império não teve estatísticas regulares como na República, que de dez em dez anos faz o seu censo. Havia estimativas, isto é, uma avaliação empírica. Estimativas indiretas, oriundas de outras fontes. Uma delas, talvez a mais segura, é a da arrecadação governamental. Os impostos que o govêrno arrecada dá uma amostra da quantidade e da qualidade da população. Assim, podemos dizer que a população do Brasil sempre cresceu em quantidade e em valor, eis que o Estado cada vez arrecadava mais.

Em 1840 a arrecadação imperial acusou 16 mil contos de réis. Em 1862 já essa quantia subiu para 50 mil contos de réis, e, em 1872, passou de 100 mil contos.

A população não estava concentrada em só um ponto; distribuía-se por larga zona. Mas tínhamos transporte. As vias férreas, que se iniciaram em 1854, já em 1867 contavam com linhas que atingiam 700 quilômetros; e dois anos depois passavam de mil quilômetros. O telégrafo, inaugurado em 1852, contava com 3.500 quilômetros em 1873, e dois anos depois ia além de 5.000 quilômetros. Já estava também instalado aqui o cabo submarino que nos comunicaria com a Europa.

Matérias-primas possuíamos em quantidade, tanto minerais como vegetais e animais. Principalmente o algodão para a indústria de tecidos e o ferro para a metalúrgica, havia-os em quantidade. As outras matérias seriam encontradas à medida das necessidades.

Também possuíamos o capital necessário. A extinção do tráfico negreiro, em 1850, deixou em disponibilidade grandes somas, que podiam ser aplicadas na indústria.

Faltavam-nos técnicos, mas êsses seriam fàcilmente trazidos da Europa, onde eram numerosos. Operários sairiam das classes pobres da população, onde abundavam elementos sadios capazes de bem desempenhar as incumbências que lhes fôssem dadas.

Tudo isso viria do povo, mas o govêrno também poderia colaborar com tarifas protecionistas.

3. As condições acima apontadas trariam ao Brasil, mais dia menos dia, a industrialização.

O ano de 1850 já vira, além de algumas dezenas de salinas, também várias fábricas de tecelagem, produtos alimentícios e metalurgia. Essas indústrias consumiram mais de mil contos em suas instalações, e empregavam algumas centenas de operários.

Dezesseis anos depois, ou seja, em 1866, já se podiam contar outros estabelecimentos industriais sendo que nove estavam em franca prosperidade, elevando-se o número de operários a 750. O vapor também era empregado.

Em 1880 contávamos com 44 estabelecimentos fabris espalhados por boa porção do país. A Bahia tinha 12, São Paulo, 9, Minas Gerais, 8, a província do Rio de Janeiro contava 5, o muni-

cípio Neutro (hoje Estado da Guanabara) possuía 5, e o restante se encontrava em Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Sul. Cêrca de três mil operários trabalhavam nos vários misteres industriais.

O transporte tinha crescido. Já posuíamos mais de 4.000 quilômetros de estradas de ferro. O telégrafo havia estendido cêrca de 9.000 quilômetros de linha. Desenvolvia-se a navegação de cabotagem. Estaleiros erguiam-se para as construções necessárias. Sôbre êste assunto existe até uma opinião de escritor estrangeiro. Ouçamo-la. Palavras de Chabaud Arnault ao tempo da Guerra com o Paraguai: "Estaleiros de todo gênero permitiram a construção da maioria dos navios, cascos e máquinas. No Rio de Janeiro abriram-se, ao lado de novos estaleiros, diques de reparação onde se trabalhava ativamente na construção de pequenos couraçados".

No comêço da guera com o Paraguai nós tínhamos apenas 45 navios, mas já em 1869, antes de terminar o conflito, nossa frota elevava-se a 80 unidades, graças a êsse trabalho de que nos informa o escritor francês.

Mas nossa atividade naval não esmoreceu depois da guerra, continuou sempre ativa. A marinha mercante precisava de unidades e a fabricação nacional era tão boa como a estrangeira.

Com o advento da República o industrialismo avançou ainda mais. E hoje o nosso parque industrial é o maior da América Latina. Nossos produtos, por seu alto valor, são aceitos em todo o mundo.

4. Êsses dados acima referidos revelam um imenso trabalho. O industrialismo ia avançando a passos largos e, conseqüentemente, criando uma nova classe social, que iria pesar na balança política.

De fato, as fileiras liberais se engrossaram extraordinàriamente com os industriais.

Disse fileiras liberais e não fileiras do Partido Liberal. São duas coisas diferentes. Liberais eram os que desejavam o progresso do país. Os membros do Partido Liberal nem sempre tinham êsse

propósito, motivo pelo qual eram muito semelhantes, os membros do Partido Liberal, aos do Partido Conservador, que eram retrógrados.

Certa vez um prócer político do Império disse mesmo "nada é mais semelhante a um conservador que um liberal". Ambos desejavam o poder, e nada mais. Os objetivos dos partidos eram os mesmos, não havia diferença prática entre êles.

Mas fora do Partido Liberal havia um numeroso grupo de liberais e a êste se juntaram os industriais, antes de formarem uma nova fôrça isolada.

Além dos novos elementos sociais que vieram perturbar a vida imperial, é preciso lembrar antigos elementos que não se achavam contentes com a situação.

Com efeito, as províncias eram governadas por presidentes de livre nomeação do imperador. Eram quase sempre pessoas de outras províncias as que recebiam a investidura. Certamente altos espíritos, mas desconheciam os problemas locais, não podiam pelo pouco tempo do mandato, cuidar devidamente dos interêsses locais. Assim, havia descontentamento geral a respeito e foi levantada a bandeira da eleição dos governadores pelo eleitorado de cada província. Nesta propositura se escondia a idéia do federalismo, velho anseio de tôdas as populações e que a República acolheu. "A divisão territorial não correspondia, senão de maneira aparente, à repartição das zonas produtivas", e isso constituía um entrave ao desenvolvimento geral do país. Para harmonizar a divisão com os interêsses locais era preciso govêrno objetivo de gente da terra, que pudesse resolver os casos regionais.

A integração da nova classe produtora no meio social e político e o regime federal regendo as antigas províncias, só se verificaram harmônicamente com a República. Eis porque a industrialização influiu na constituição do novo regime.

CAPÍTULO XXXV

A REPÚBLICA

C — O urbanismo

O que faz a fôrça de uma comunidade, ensina Durkheim, não é só o que é comum à geração atual, mas sobretudo o legado das gerações anteriores. Os centros urbanos do Brasil têm um passado que urge conhecer. E a história de sua formação lançará muita luz sôbre os problemas que êles guardam.

- Urbanismo
  - Vida urbana
    1. Material
    2. Espiritual
  - Núcleos
    3. Imperiais
    4. Republicanos

1. Diversas são as condições para que um agrupamento humano possa ter o nome de cidade. Podem, porém, essas condições ser reunidas em dois grupos: materiais e espirituais.

As condições materiais são especialmente duas: população e economia. É preciso que haja um determinado número de pessoas em certo lugar para que se verifique ali o fenômeno chamado cidade. Mas não é só. É ainda preciso que êsse grupo humano tenha um meio de vida para permanecer no local.

Não é preciso que a população seja grande. Há cidades com pouca gente, mas, em geral, quando se fala em cidade quer a gente referir-se a um grande agrupamento humano. A base econômica,

porém, é indispensável. A população da cidade precisa possuir um alicerce de vida, e êsse alicerce é a base econômica. As cidades brasileiras do tempo do Império tinham por base econômica a lavoura. Era sempre em uma região de ricas lavouras que surgiam os núcleos urbanos. Na República muitas cidades vivem a vida rural mas outras possuem uma base industrial. Estão neste último caso as cidades do A. B. C. (Santo André, São Bernardo e São Caetano), próximas da capital paulista.

Nas cidades que cresceram à sombra da lavoura encontravam-se o comércio dos produtos indispensáveis à vida rural, os estabelecimentos de crédito de que os fazendeiros precisavam, as autoridades que zelavam pela execução das leis que regiam a lavoura.

Se a lavoura decaía, a cidade seguia seu destino. E houve até cidades mortas, pela morte da lavoura que a sustentava. Sôbre êsse assunto veja-se em Monteiro Lobato o estudo sôbre as *Cidades Mortas*.

2. As condições espirituais para a existência das cidades são: o poder público e a comunicação social.

O poder público da cidade desdobra-se no poder local, no poder provincial (no tempo do Império) ou estadual (no tempo da República), e no poder geral (imperial no Império e federal na República).

O poder local é representado pelo prefeito, o provincial ou estadual pelas autoridades incumbidas de fazer valer as leis provinciais ou estaduais, tais como os coletores de impostos, e o poder imperial ou federal, pelos órgãos incumbidos de zelar pelas leis federais, tais como os juízes de direito, que, embora pagos pelo Estado ou província, têm por obrigação o cumprimento das leis do Império ou da República, conforme seja o caso.

Na vida das cidades há também ocupações que são próprias das cidades, ocupações citadinas, ausentes em outros agrupamentos, tais como a educação em grau elevado, o jornalismo, os clubes especializados das classes, o comércio noturno, etc.

A vida urbana, diz Nélson Werneck Sodré, "agremia, aproxima, cria as condições para a comunicação de idéias". Agremia os que têm os mesmos sentimentos e desejos. É por isso que ali os artistas encontram ambiente para formar suas reuniões, suas exposições, seus clubes, com grandes vantagens. Aproxima as pessoas que têm as mesmas afinidades intelectuais. Nela os materialistas e os espiritualistas acham com quem trocar idéias. Os especialistas matemáticos, físicos, químicos, etc., encontram outros que apreciam as mesmas idéias, fazem os mesmos estudos e, portanto, têm o que comunicar aos companheiros de apreciações semelhantes. É lugar para intercâmbio, para trocas de comunicações, para dar e receber.

As exposições, os clubes, os grêmios, os simpósios (reuniões de especialistas com exclusão de quaisquer outros elementos), são quase sempre realizados com mais êxito nos centros urbanos.

3. No tempo do Império, em alguns pontos do Brasil, encontraram-se algumas dessas condições, e, por isso, ali se criaram os centros urbanos de que muito se orgulhavam os brasileiros de então.

Nesses pontos, a população era razoável. Havia, portanto, um dos elementos materiais. Não era gente homogênea. Havia muitos desajustados, que constituíam problemas. Depois da guerra com o Paraguai o número dêsses elementos cresceu, com a desmobilização das tropas que atuaram naquela contenda. Voltando do campo de batalha, os que lá foram defender a pátria não quiseram mais volver ao campo. Na cidade não acharam muito que fazer. Alguns, mais inteligentes e astutos, conseguiram ocupação em serviços pouco lucrativos, como o jornalismo e as letras. Seus rendimentos econômicos eram escassos, por isso constituíram elementos de perturbação social, pois não estavam inteiramente integrados na vida social.

As bases econômicas de algumas cidades do Império também não eram fortes. Em geral as capitais das províncias gozavam de estabilidade econômica, igualmente os portos tinham seus apoios certos. Mas as regiões puramente dominadas pela lavoura sofriam por vêzes os resultados das crises.

A indústria, nascente no Império, não foi capaz de criar grandes centros urbanos, apenas ajudou alguns a crescerem.

Plínio Salgado tem um estudo sôbre *Fundação das Cidades*, de grande utilidade para o exame do caso.

4. Foi sob o regime republicano que o urbanismo se desenvolveu largamente no Brasil.

Sob o ponto de vista material há elementos novos a juntar. Na população dois contingentes vieram engrossar a fileira dos elementos citadinos: os libertos da escravidão e os imigrantes.

Pouco antes do estabelecimento da República foi abolida a escravatura, e os antigos cativos se dirigiram para a cidade, de preferência ao campo, onde muito tinham sofrido. Vieram a constituir ali um outro elemento perturbador da vida.

Sem economia própria e com reduzida capacidade para obter meios de vida, os antigos escravos engrossaram o número dos desajustados.

Os imigrantes destinavam-se especialmente à lavoura, mas, como eram portadores de mentalidade adiantada, para logo se encaminharam para os centros urbanos, onde prosperaram.

De certo tempo em diante, a lavoura não era a única base da formação dos núcleos urbanos. A indústria cresceu em quantidade e em especialização, dando nova base econômica aos centros já formados e aos que foram surgindo.

Também se desenvolveram as instituições públicas. As entidades particulares cresceram. A instrução multiplicou-se em ginásios, colégios e cursos de tôda ordem.

As liberdades tomaram vulto. As iniciativas particulares deram curso a muitas entidades assistenciais.

Hoje, uma vida intensa cobre os centros urbanos do Brasil, multiplicados aos milhares.

CAPÍTULO XXXVI

O BRASIL CONTEMPORÂNEO

A — A sociedade e a cultura

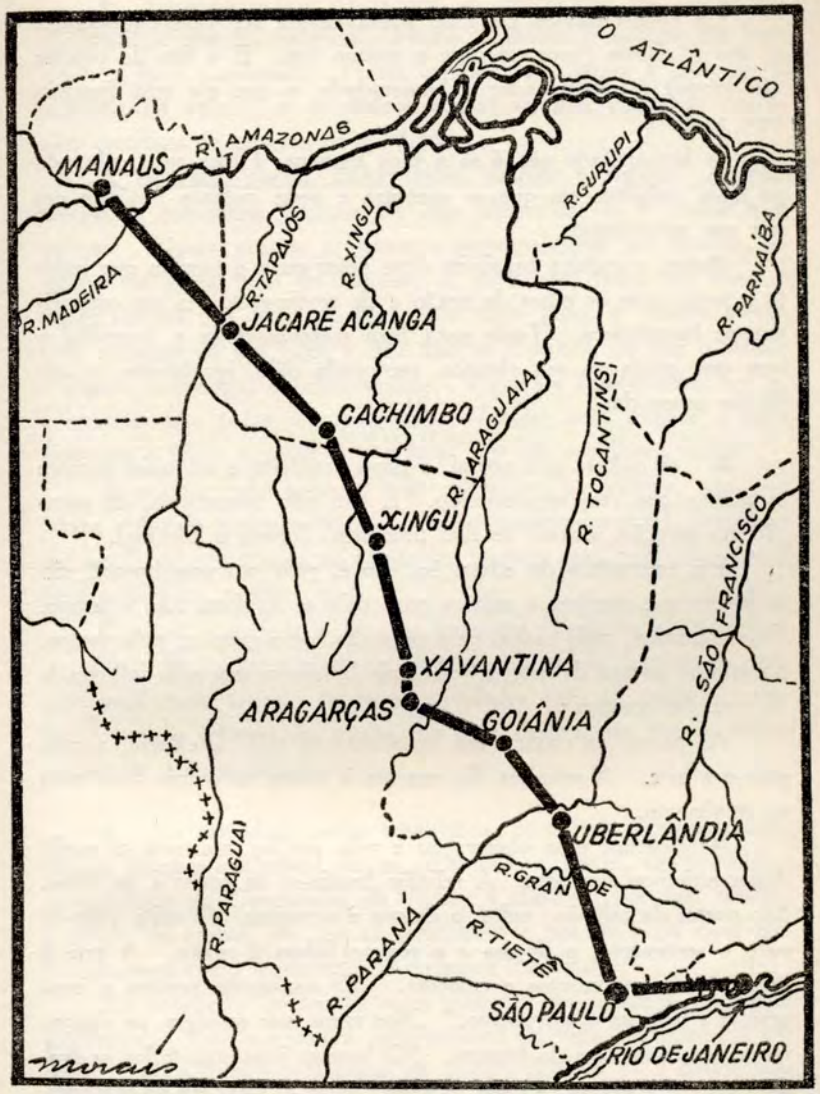
O Brasil contemporâneo é o produto de mais de quatro séculos de evolução. De Cabral a Juscelino a transformação foi completa, caminhamos da barbárie à civilização.

Sociedade colonial	A cultura	1. Conceito 2. Elementos
	Os fatos	3. A sociedade 4. A cultura

1. Cultura, na opinião do Padre Lebret, "é a aquisição harmônica de conhecimentos, tornando possível compreender a humanidade". Seria, em outras palavras, a obtenção de conhecimentos para o fim de bem conhecer os homens e sua atuação sôbre a terra.

Não é, portanto, a aquisição de qualquer conhecimento. Não é, por isso, sòmente a aquisição de conhecimentos técnicos, como a cultura do trigo ou o tratamento do gado. Mas coisa muito mais alta. Trata-se de obtenção de conhecimentos dirigidos à razão e ao sentimento. Conhecimentos dirigidos à razão serão aquêles que digam respeito ao bem comum, à justiça social, pois a razão é a faculdade de conhecer o que é justo, e que pode ser útil a nós próprios e aos nossos semelhantes.

A cultura também se dirige ao sentimento, à dor e ao prazer, pois o sentimento é a aptidão para perceber êsses dois lados da vida.



A rota Rio-Manaus, primeiro caminho aéreo ligando pontos extremos do Brasil, antes da inauguração de Brasília.

Os conhecimentos culturais ainda devem ser harmônicos entre si, isto é, devem concorrer para o mesmo fim. E o fim da cultura (já vimos) é compreender a humanidade, o que ela está fazendo aqui na terra.

A humanidade não é só a raça humana, é essa raça colocada no meio ambiente em que se encontra e neste instante histórico em que nos encontramos.

Assim, a cultura brasileira deve olhar para o homem que habita a terra, com os olhos da razão e do sentimento. E em conhecimentos harmônicos. Tudo para bem compreendê-lo e fazer-lhe o bem que esteja ao seu alcance, recebendo dêle, igualmente, o que êle lhe possa dar.

2. A cultura que possui, o povo brasileiro a adquiriu durante os séculos que vem atravessando. E tem sido transmitida, de geração em geração, através de dois processos: formal e informal.

Por intermédio da educação, isto é, pelo processo formal, são os jovens que recebem a cultura para dela se servirem com o tempo. Pela imprensa, pelo rádio, pela televisão, pelo púlpito, pelo teatro, por várias formas de arte, a sociedade brasileira tem sido informada do que lhe convém.

As partes da cultura são especialmente três: a ciência, a religião e a arte. A primeira diz respeito à razão, as outras duas mais ao sentimento.

As ciências, pela observação e pela análise, mostram as realidades objetivas da vida. A religião baseia-se na razão e no afeto. São partes da religião: culto, o dogma e o regime. O culto volta-se para o sentimento, o dogma e o regime falam à razão. A arte é expressão de sentimentos e emoções. "O sentimento contém a imagem, e a imagem é movimento." Nos vasos, nos quadros, na dança, vivem os sentimentos do homem. "O homem joga com todos os sentimentos — a guerra, a caça, o amor, tôdas as emoções se representam na dança selvagem," diz Seailles.

Ciência, religião e arte, cultiva-as o povo brasileiro durante tôda a sua vida para bem compreender sua posição no mundo e a mensagem que o mundo lhe manda através dos tempos.

3. Passada a fase da feitoria, o colonizador luso organizou no Brasil a emprêsa colonial. Havia estabilidade porque era bem sólida a base econômica. Havia estabilidade porque a base — a indústria do açúcar, se estabelecera para sempre, dadas as condições mundiais de procura do produto.

A emprêsa, porém, tinha linhas simples e rígidas. Simples porque se compunha sòmente de dois elementos — o senhor e o escravo. Rígida porque se baseava principalmente na firmeza do senhor em obter tudo do escravo, e, para isso, tinha em mãos o poder pessoal e a fôrça da lei. Por outro lado, o escravo estava todo entregue ao seu labor e dêle não se desviava, eis que o senhor o vigiava individual e coletivamente. Vigiava-o diretamente, por si, e indiretamente pelos seus prepostos. Dentre êstes últimos o mais feroz era o feitor, o chefe duro e forte, que não o deixava vadiar.

A colônia tinha também uma administração pública, mas esta estava reduzida a pouca coisa. Eram o governador-geral, com poucos auxiliares, donatários de capitanias também com reduzido pessoal para auxiliá-los, e pouco mais.

Cuidava a sociedade de seus interêsses imediatos — a vida e a saúde. O pequeno comércio, externo e interno, não dava para enriquecer muita gente. Assim as atividades culturais eram escassas. Pouco tempo sobrava do ganha-pão para dedicar ao que se refere ao estudo e à meditação.

4. Na sociedade assim constituída, os únicos elementos dotados de alcance intelectual são os sacerdotes, e dêstes, em particular, os membros da Companhia de Jesus. Cabe-lhes, por isso mesmo, a tarefa do ensino, em que se esmeraram e por meio da qual não só influíram como recrutaram os próprios membros.

As condições gerais do meio estavam em oposição ao ofício intelectual. Êsse o primeiro característico da vida espiritual da colônia. Daí o traço fundamental da cultura coletiva — a desvinculação do meio, a oposição à realidade. É por isso que as ciências eram esquecidas, e buscada a erudição livresca, vazia de assunto que pudesse ser aplicado à vida e que concorresse para melhorar a existência da coletividade.

Os conhecimentos que a escola oferece dirigiam-se à obtenção de cultura religiosa. Só o destino religioso podia explicar e justificar os estudos. "Outra finalidade teria sido incompreensível. Os letrados da primeira centúria são, pois, homens da religião, soldados da fé", ensina o intérprete de nossas coisas naqueles tempos longínquos.

As relações entre os letrados e o povo se faziam por intermédio de um instrumento — o púlpito. Era por meio dêle que o povo recebia os ensinamentos espirituais de que tinha necessidade.

Os atos religiosos eram os únicos que reuniam o público. Por isso os membros da Igreja se aproveitavam da ocasião para doutrinar, corrigir, proclamar ensinamentos úteis e indispensáveis ao bom andamento da sociedade. Como raramente haveria outra oportunidade, era no púlpito que se faziam também os ensinamentos políticos, de que a comunidade havia mister.

A linguagem dos pregadores (veja-se por exemplo, a do Padre Vieira em seus *Sermões*, só era bem percebida pelos membros da elite — proprietários e funcionários do govêrno. Mas na conversa de todos os dias êstes trocavam em miúdo o que o padre dizia aos domingos, e, assim, a matéria penetrava nas mais ínfimas camadas da população.

Capítulo XXXVII

O BRASIL CONTEMPORÂNEO

B — A transformação

Nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século XIX, experimentou o Brasil profundas transformações sociais e culturais.

Das sociais, capítulos anteriores já cuidaram; agora serão tratadas aqui as que dizem respeito à cultura.

- Transformação
  - Nova fisionomia
    1. Econômica
    2. Cultural
  - Com a autonomia
    3. Os intelectuais
    4. O indianismo

1. Na segunda metade do século XVIII a chamada Revolução Industrial estava em franco progresso.

O desenvolvimento caminhava em ritmo cada vez maior. E exigia novos mercados. E êles de fato, existiam, mas não podiam ser fàcilmente atingidos. Havia um grande embaraço, que era o monopólio mantido pelas metrópoles em seus centros coloniais. As colônias não podiam comprar diretamente dos produtores, tinham de fazê-lo por intermédio de suas respectivas metrópoles. A aquisição por intermédio da mãe-pátria encarecia o produto, pois agravava seu preço com o lucro do intermediário.

Para acabar com o monopólio só havia uma solução — a independência das colônias.

Para o Brasil, porém, surgiu um meio diferente — a mudança da Côrte lusa para o Rio de Janeiro. Com a estada aqui da Família Real portuguêsa tudo mudou. Para começar, os portos foram abertos às nações amigas. Essas eram poucas, mas logo foram tôdas beneficiadas porque Portugal fêz amizade com outras nações. Depois dêsse, outros fatos vieram transformar a existência do Brasil. E aqui se verificou uma verdadeira revolução sem armas, que atingiu tanto vida social e política como a econômica e a cultural.

2. "Revelou-se, então, pouco a pouco, a importância ou ao menos o valor da instrução, do saber que está nos livros, da cultura individual e da curiosidade também."

A cada ano que passava as condições de vida exigiam mais gente que "saiba as leis, que as aplique, que as difunda, que as interprete". Os particulares sentem necessidade de manifestação, por escrito, de um para outro, no trato comercial e mesmo nos negócios diários. As autoridades se multiplicaram e a vida social exigiu mais atenção e movimento. As associações, os grêmios, multiplicaram-se nos centros urbanos mais adiantados. As sociedades beneficentes e profissionais iniciaram seus primeiros passos pedindo gente culta para as dirigir. Apareceram sociedades puramente literárias que chamaram a atenção geral.

É então que começa a surgir nos meios urbanos gente de alcance cultural, fora as religiosas. E êsses elementos são alvo de encômios. Não são mais os elementos religiosos que surgem à ribalta literária que carrega as luzes intelectuais. É a transformação cultural que se vai acentuando de dia para dia.

3. A independência ia chegando e surgiam altos espíritos, que viriam lançar luzes altaneiras em nossa vida.

Uma dessas figuras singulares não pode deixar de ser lembrada pelo muito que fêz em prol de nossa independência — José Bonifácio de Andrada e Silva. Mas há um jornalista cujo nome, pouco lembrado, também não deve ficar no olvido — Hipólito José da Costa. "Primeiro jornalista considerável no Brasil", na opinião de Ronald de Carvalho. De 1808 a 1823, em Londres, editou

êle o *Correio Brasiliense*, revista mensal que se insinuava por tôda a parte, que alcançava até aos aposentos particulares de D. João, o Regente. Patriota arguto e atilado, como o chamou o crítico, "polemista terrível pela fôrça de sua lógica e pelos recursos de sua dialética lastrada de forte erudição", Hipólito pôs a serviço de nossa cultura, e de nossa independência, um potencial de raro valor. Tão alta a fôrça que manejava que obrigou o govêrno a fazer editar, também em Londres, um outro jornal, para responder-lhe aos artigos dirigidos contra êle.

Mas êsse órgão, o *O Investigador Português na Inglaterra*, nada conseguiu, tendo logo deixado de existir, diante do poder imenso que os trabalhos de Hipólito desenvolviam, baseados nos fatos e no direito.

Com nossa separação de Portugal, a cultura brasileira ganhou imenso poder. Tornou-se imprescindível, então, que elementos nacionais substituíssem os reinóis que ocupavam vários cargos notáveis e mesmo os de segunda categoria. Todo o aparelhamento do Estado, em seus diversos setores, exigia pessoal nacional. Foi êsse um dos motivos do aparecimento dos cursos jurídicos, o de Olinda (depois passando para Recife) e o de São Paulo. Formou-se nesses centros a elite que devia dirigir a nação nos diferentes postos de comando, não sòmente jurídico como social.

Os estudos se desenvolvem. Surge a imprensa. É a ocasião em que o pasquim se agiganta. Os livros têm entrada franca. Há bibliotecas públicas, como a do Rio de Janeiro.

A política seduz altos espíritos. E há lugar para grande número de adeptos nas câmaras legislativas e nos altos postos do govêrno tanto imperial como regional. Crescem e se desenvolvem os partidos políticos.

4. Apesar de tudo, porém, tem ainda o Brasil uma grande herança colonial. Na vida econômica conserva ainda o trabalho escravo e a grande propriedade territorial. Ainda é titubeante a apresentação de seu pensamento, e pobre sua intelectualidade. Mas sua vida espiritual vai caminhando firme em busca de seu ideal de liberdade.

A liberdade precisa de um símbolo que a represente externamente. E êle surge numa manifestação empolgante — o indianismo. E a valorização do que é nosso será, sem a menor dúvida, a valorização do índio.

Econômicamente tínhamos uma estrutura de produção mais ou menos estável. Urgia, porém, um mito para formar nossa base espiritual. Haveria algum melhor que o homem autóctone, ou aquêle encontrado aqui quando do descobrimento? Ou seria melhor o português, que descobrira os meios de trazer a civilização a estas plagas selvagens? Parece que terra nova devia ter por símbolo o homem novo. E o índio ganhou a parada. O índio, o alicerce da nova raça no que tange a adaptação, devia ser valorizado. Não devia continuar a ser o marginal cuja cultura fôra destruída para dar lugar a nova cultura. Além disso a base moral em que se estava assentando a nova nacionalidade encontrara no selvagem um alicerce também forte. Dêsse modo, física e espiritualmente, o índio estava credenciado para o mister. E o indianismo venceu tôdas as resistências.

Nenhum escritor como Alencar compreendeu tão bem o mito indianista. As três grandes modalidades do pensamento — o lirismo, a epopéia e o drama, êle as exprimiu com mestria em sua trilogia — em *Iracema* — o lirismo; no *Guarani* — a epopéia e em *Ubirajara* — o drama.

Nesses três trabalhos vê-se a penetrante vibração de um alto espírito, pois são largas telas de um grande decorador. Mais ainda. Alencar foi um artista da palavra escrita. "Aprendemos com êle a ter estilo, isto é, a considerar o romance como uma obra de arte, e não simplesmente como um divertimento, ou mero jôgo de situações mais ou menos possíveis, ou um punhado de anedotas."

Por isso tudo Alencar constitui o representante claro da nova era nacional.

Capítulo XXXVIII

O BRASIL CONTEMPORÂNEO

C — Transplantação cultural

Valores universais, valores humanos superiores, frutos do esfôrço e da experiência, foram transplantados para o Brasil. Pretender que um povo mestiço e pobre, colocado em um ambiente selvagem e mesquinho, em pouco tempo elaborasse um grupo de idéias novas e elevadas, é desejar uma utopia. Êstes valores só o meio e o tempo poderão proporcionar.

- Cultura
  - Transplantação
    1. Condições
    2. Motivos
  - Nova
    3. Preconceitos
    4. As duas faces

1. Duas condições são indispensáveis à existência do homem: o pão para o corpo e o pão para o espírito. Ambas se completam. O pão material deve vir junto com o pão espiritual.

Quando há equilíbrio entre as duas substâncias, isto é, entre o alimento corporal e o alimento não-corporal, o homem consegue uma coisa notável que é o aquilíbrio, base de sua prosperidade sadia.

As sociedades humanas são como as criaturas: necessitam das mesmas condições materiais e não-materiais para conseguir o necessário equilíbrio.

Êsse o motivo ou os motivos pelos quais as sociedades humanas só têm atingido grau elevado de vida após largos períodos de pre-

paração. Pelo menos é o que se depreende dos ensinamentos do historiador inglês Clive Bell, quando afirma que, no mundo, só houve três períodos civilizados, isto é, em que o homem teve consciência de si mesmo: a época de Péricles, a Itália da Renascença e a França dos Luíses.

Nesses três períodos o povo, ou uma boa parte dêle, respondeu com a máxima coragem intelectual às perguntas da razão. Nesses períodos uma forte base econômica sustentava uma forte base intelectual a ponto de dar as mais arrojadas asas ao pensamento e à ação.

2. Haveria, no Brasil dos tempos coloniais, o que fizesse a maioria de sua população agir de forma semelhante à dos três períodos apontados acima? Haveria um ambiente material e espiritual capaz de produzir obras imortais?

Sílvio Romero respondeu que não. E escreveu: "A grande pobreza das classes populares, a falta de instrução e todos os abusos de uma organização civil e social defeituosa devem ser contados entre os empecilhos ao desenvolvimento de nossa literatura". E acrescentava: "As relações econômicas e sociais da Colônia e do Império ainda se acham de pé (isso no fim do século XIX); é tempo de destruí-las e abrir uma nova fase à vida e ao pensamento nacional".

O pensador sergipano enquadrava bem o problema no meio e no tempo. Apontava com clareza a base do mal: a pobreza econômica, fonte da pobreza intelectual.

Não podíamos criar uma civilização própria. Mas precisávamos de idéias para nos dirigirmos a nós mesmos no caminho a que a vida nos ia levando. Que fazer na conjuntura? Certamente importar idéias de outros centros mais felizes que o nosso, onde elas se encontrassem e que servissem às nossas condições do momento. E, por isso, transplantamos as que nos deveriam servir.

3. O meio brasileiro, porém, era diferente dos meios estrangeiros de onde vieram as idéias que importamos. Por isso elas não dariam aqui a messe que davam nas terras de onde provieram.

Foi por isso que, com o andar dos tempos, nossa cultura apresentava pelo menos três defeitos: a inobjetividade política, a fraqueza artística e a superficialidade literária.

Os problemas do povo não eram cuidados como se esperava. Seus desejos, suas necessidades, eram quase sempre relegados para plano inferior, eram deixados "para depois", e nesse "depois" ficavam. As artes, resultado de emoções e sentimentos, eram superficiais. Não se viam nelas as fortes vibrações de uma cultura construída em base elevada. Nossas letras também não traziam o cunho de uma inspiração adiantada.

Procuramos explicar êsses males pelo clima, pela raça e pela insuficiência orgânica do homem brasileiro.

O clima tropical não se presta para as altas cogitações do espírito. A nossa raça é mestiça, combinação de brancos com negros e índios. Êstes dois últimos elementos são refratários a grande cultura, pairando em baixos níveis intelectuais. Finalmente o produto de três raças tão díspares a mover-se, num clima inóspito sofre de depauperamento físico que o inabilita para as obras mais altas do gênero humano.

4. Mas o tempo se incumbiu de demonstrar que o Brasil tem duas faces — uma a antiga, já vista, e outra que se foi formando com o andar dos anos.

Enquanto o homem se cruzava e se alimentava, a inteligência foi-se desenvolvendo e dêsse desenvolvimento surgiu o homem de hoje, inteiramente diferente do homem antigo.

A vida econômica nacional foi-se firmando e, com ela, a vida espiritual.

Os preconceitos formados contra nós não puderam ser provados, como contrários à cultura. O clima não tem sido elemento perturbador do pensamento e da ação. Mesmo no Norte e Nordeste, onde é mais forte a canícula, têm prosperado expoentes de alta cultura. A mestiçagem não invalida o poder criador. Nas letras, nas artes, na política, tem havido mestiços que suplantam mesmo os de sangue puro. Mulato foi o Padre José Maurício

Nunes Garcia, musicista de renome. Quase negro foi o Visconde de Inhomirim, Francisco de Sales Tôrres Homem, médico formado no Rio e doutor em Direito formado em Paris. Êste chegou não só a dignitário como a ministro da Fazenda e senador vitalício no tempo do Império. Era êle tão prêto que o cabelo lhe nascia pixaim. Para encobri-lo, rapava-o a navalha e punha-lhe um chinó.

Êsses exemplos do Império multiplicaram-se na República. Fraqueza física não impede que nela residam valores de alto quilate. "Muitas vêzes num corpo chagado e leproso pode viver e palpitar a alma de um santo, e também através de farrapos turbadores tôdas as visões de grandeza e de glória."

Por isso uma face nova surgiu nos tempos atuais a chamar a atenção de todos para o Brasil moderno. Um homem novo vive nêle, nas ciências, nas letras e nas artes, dando ao mundo uma seara de altos valores espirituais e ativos.

Capítulo XXXIX

O BRASIL CONTEMPORÂNEO

D — O Brasil na América

Vivendo num mesmo continente, com similitude de destinos, os países da América parece que deviam ter um só pensamento e uma única atuação. Isso, no entanto, não acontece. Elementos intrínsecos, causas diversas, orientações diferentes, os diversificam. Vivem, contudo, em harmonia.

Novo Mundo	Os povos	1. Saxões e latinos 2. Espanhóis e lusos
	Sua tarefa	3. Qual foi 4. A mútua cooperação

1. Na América há duas regiões bem distintas com relação ao elemento humano que a veio colonizar: a anglo-saxônica e a latina. Diversas, porém, foram as circunstâncias que envolveram seu respectivo desenvolvimento.

A primeira dificuldade com que lutaram diversamente os colonizadores das duas porções foi com relação ao clima. Os anglo-saxônicos foram residir em uma região de clima semelhante ao de sua terra natal, em zona temperada. Aos latinos tocou a região quente, de clima tropical, bem diversa da em que moravam na Europa, e com a agravante de ser zona de enfermidades capazes de devorá-los em pouco tempo, as chamadas moléstias tropicais.

Por seu lado os anglo-saxões avançavam em grupos organizados. De vagar e com firmeza foram conquistando as terras que

hoje possuem. Isolados, solitários, por pontos diversos, os latinos entraram fogosos e violentos pelas terras que conseguiram arrancar do poder dos selvagens com incrível temeridade. Foram duas atitudes opostas que deviam dar, também, resultados opostos, como de fato deram. À segurança dos anglo-saxões opunha-se a aventura dos latinos. Não podia haver têrmo de comparação nem resultados semelhantes.

Idéias morais e religiosas acompanhavam os anglo-saxões na ocupação que iam realizando. Impulsionados pelo espírito de aventura, os latinos adentraram os territórios que deparavam à sua frente. Buscavam na América o máximo de riqueza, sem se incomodar muito com as questões espirituais e religiosas.

No que tange a cultura e a instrução, os anglo-saxões se dirigiram ao povo, buscando dar-lhes o máximo possível nesse terreno. Os latinos, quando puderam, cuidaram também da instrução, mas para formar elites, e não para dar estudo ao povo. Assim agindo os anglo-saxões cuidaram de atingir a realidade, os latinos, a fantasia. Buscando conhecer o que havia a seu redor, os anglo-saxões cultivaram as ciências, que os ajudariam a vencer a natureza áspera que lhes coubera por sorte. Buscando o trato com a literatura e a filosofia, os latinos deixaram de lado o melhor instrumento para resolver os angustiosos problemas de sua adaptação ao meio.

No que se refere à política os anglo-saxões cultivavam a liberdade, os latinos não admitiam outra vontade senão a sua própria, dirigiam-se pois mais para a reação que para a área livre.

2. A região latina foi dividida entre lusitanos e espanhóis. Entre êles também havia divergências.

A mais acentuada diz respeito à vida cultural. Os espanhóis mantiveram aqui contactos e alianças com indígenas de alto nível cultural, ao passo que os lusitanos se imiscuíram com gente da mais ínfima civilização. O resultado do cruzamento espanhol e do cruzamento lusitano não podia dar sêres semelhantes. Os indígenas do lado espanhol logo se integraram no convívio social dos novos estados. Os índios brasileiros afastaram-se ou foram-se anulando ao contacto com o homem branco.

Num gesto de fraternidade demos ao Uruguai o domínio comum da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, que êle disputava conosco. E isso fizemos depois de ficar reconhecido nosso direito sôbre as mesmas regiões.

Outra foi também a sorte econômica. As terras que couberam à Espanha continham ouro e prata em profusão, e fácil de serem retiradas; as terras que caíram no poder lusitano eram das mais pobres que havia, servindo apenas para plantações de culturas tropicais. O pouco ouro achado a custo e com grande demora para pouco serviu.

Êsses dois fatôres — o referente à formação físico-cultural da população e o relativo à posição econômica, bastaram para diferenciar os dois grupos humanos — o luso e o espanhol.

Marchando com diverso equipamento físico-cultural e econômico os dois grupos, em pontos diversos do continente, acabaram por estabelecer as mais claras diferenças.

Dir-se-á que os espanhóis da América tiveram também movimento cultural muito mais cedo que o dos lusos no Brasil. Em 1551 já se fundavam universidades no México e em Lima, capital do Peru, sede do vice-reinado hispânico.

Êsses centros culturais deviam desenvolver o estudo das matérias lecionadas em Salamanca, centro universitário espanhol do mais alto renome. Enquanto isso o Brasil só conhecia escolas primárias de baixo rendimento. Poucos eram os colégios dos jesuítas e êstes mesmos destinados quase exclusivamente à formação de sacerdotes.

Êsses os motivos pelos quais o México e o Peru foram, antes do Brasil, centros culturais adiantados. E também os próximos ao Peru — o Chile, a Argentina e o Uruguai. Grandes esforços fizemos nós para conseguir o que hoje somos, e igualar-nos a êles.

Tudo, pois, levou a América Hispânica a ser diferente da América Lusitana.

3. A tarefa que os anglo-saxões e latinos tiveram na América foi a mesma. Três foram seus pontos principais: penetração econômica, equipamento físico e integração política.

Foram todos convidados a atuar em uma região adormecida ou estagnada. Aqui não se encontrava lavoura nem indústria. Os espanhóis acharam o ouro, mas não acharam alimento em quantidade suficiente para exportar. Os produtos vegetais do Brasil foram a base econômica das primeiras exportações: o pau-brasil. Foi preciso muito sacrifício para se fazerem tôdas as plantações necessárias ao sustento e ao comércio, quer anglo-saxão quer latino. A penetração era difícil pelos embaraços opostos pelos selvagens e pelos animais ferozes. Por outro lado, o clima tropical contribuiu, também, para que a penetração não se realizasse sem incidentes fatais. E a floresta?

Enquanto isso, ia-se realizando a adaptação física. Os anglo-saxões não aceitaram a aliança marital com os selvagens. Mas os lusos e espanhóis foram bem recebidos nas tabas. O tipo físico norte-americano adaptou-se bem devido ao clima igual ao de sua terra na Europa. A região quente das Américas recebeu seu contingente luso-espanhol também de bom grado, eis que era produto de gente da terra com estranhos capazes de suportar as quenturas do Novo Mundo. Mas não foi fácil e a sua adaptação levou anos sem conta.

A vida, porém, não é sòmente alimento e adaptação animal. Há que pensar nas condições sociais e políticas. E esta foi a terceira etapa dos novos habitantes da América.

Nas colônias anglo-saxônicas foram adotadas as leis da terra natal. Observada a organização lá existente. No América Latina foi diferente. As leis e organizações européias não se adaptaram na nova terra, pois outro era o espírito dominante aqui. Sua adaptação foi difícil e por vêzes precária. Algumas vêzes foi adotado critério inteiramente oposto.

Um exemplo se encontra na legislação sôbre os índios. Enquanto a metrópole mandava dar liberdade aos selvagens, os colonos os escravizavam, defendendo-se com dizer que o faziam por terem sido presos em guerra justa. Um sofisma grosseiro que a metrópole fingia aceitar.

Assim os problemas que os dois grupos enfrentaram foram os mesmos, mas as soluções foram diversas, pois diversas eram as circunstâncias em que viviam.

4. Apesar de tudo, porém, uma mútua compreensão tem tido curso entre anglo-saxões e latinos nestas terras da América. E, por isso, a vida neste hemisfério tem mudado sensìvelmente.

Mas há problemas a resolver. Pelo menos dois têm preocupado os americanos — o crescimento e a integração econômica.

Para crescer é preciso capacidade própria. Essa capacidade, nos tempos atuais, vem principalmente dos instrumentos, porque novas técnicas têm sido descobertas para antigos trabalhos, novos processos de fabricação têm sido instituídos, novos produtos têm entrado em uso. Êsses fatos trouxeram novos enquadramentos sociais e econômicos às sociedades que, por outro lado, perderam antigos valores e modos de viver.

Tome-se, para exemplo, o que tem acontecido com o aparecimento e uso do automóvel, do rádio, da televisão, nestes últimos tempos. Um exame superficial das alterações produzidas em nossa vida por êsses meios de transporte e comunicação dará uma idéia do que é a transformação geral da vida com os outros fatôres que nela ingressaram ùltimamente.

Ao crescimento deve-se juntar a integração econômica da vida da Comunidade. Tôda gente quer gozar os benefícios das descobertas. Que representa êste desejo na vida da população das Américas? É preciso ganhar mais para ter mais. Como ganhar mais?

Êsses dois problemas — o crescimento e a integração econômica, trazem no bôjo uma série de outros problemas como a instrução, a educação, a aquisição das técnicas, etc., que representam um mundo de necessidades.

Há, pois, uma aspiração geral na América. Mas essa aspiração é prova de vitalidade e de energia. E com ela os americanos vão percorrendo o caminho de seu destino, amigos e camaradas.

Prova de nossa compreensão dos problemas americanos e do desejo de cooperarmos para melhorar a vida neste continente, está na Operação Pan-Americana proposta pelo nosso presidente Juscelino. Há mais de dois anos, antes mesmo da vitória da revolução cubana, o presidente do Brasil já preconizava o auxílio direto e imediato das potências aos países subdesenvolvidos, de uma maneira certa e eficaz. O plano, cuja sigla é OPA, foi bem acolhido mas até hoje não foi pôsto em prática nas proporções desejadas e indicadas. As conseqüências vão surgindo agora. E todos acham que o plano deve ser executado tal como foi concebido.

Capítulo XL

O BRASIL CONTEMPORÂNEO

E — O Brasil e o mundo

O mundo está dividido em povos desenvolvidos e povos subdesenvolvidos. O Brasil pertence a êste segundo grupo. Duas coisas, porém, nos favorecem: temos grande área vital e imensa confiança no valor de nosso trabalho. E com essas duas armas havemos de vencer os obstáculos quen os surgirem na rota. Ideològicamente estamos filiados no bloco Ocidental, ao qual pertencemos por tradição e sentimento. E nêle havemos de permanecer para sempre.

O mundo	Seu problema atual	1. Um mundo só 2. Três potências
	A solução	3. As duas ideologias 4. Nossa posição

1. Depois da Primeira Guerra Mundial tomou corpo a idéia de unificação do mundo. Chegou-se a desejar que todos os povos do universo passassem a constituir uma só unidade. Surgiu então a Sociedades das Nações. Em pouco tempo, porém, essa Sociedade se desfez. Das oito grandes potências que comungavam no grupo da Sociedade das Nações, três se destacaram — a Alemanha, a Itália e o Japão, e formaram um bloco que agrediu as outras. Surgiu então o segundo grande conflito mundial. Derrotados os agressores, formou-se novo organismo internacional de congraçamento de nações,

que tem o nome de Organização das Nações Unidas — O.N.U. — ora em funcionamento.

Conseguirá a ONU manter os povos unidos dentro da paz, base da prosperidade material e espiritual do mundo?

A idéia não é nova. Narra a história que, no passado, já houve, pelo menos, duas tentativas para a unificação de grupos humanos. No primeiro século de nossa era, Roma e Grécia tentaram a união; no terceiro século antes de Cristo, outra tentativa foi levada a efeito no Extremo Oriente por Tsim, espírito de formação semelhante à dos romanos. Ambas, porém, fracassaram.

No momento presente o mundo todo gira em tôrno de dois poderosos — União Soviética e Estados-Unidos. Têm êles em mãos a maioria das armas atômicas, as mais poderosas, e as maiores áreas vitais da Terra. Podem assim amedrontar os outros povos, e, ao mesmo tempo, levá-los à felicidade se houver concórdia para uma paz justa. No primeiro caso será efeito do temor, no segundo o resultado da compreensão. Assim como podem levar a humanidade ao seu completo aniquilamento, também podem desenvolver tôdas as atividades para fins pacíficos. As armas servem para a morte, mas as áreas imensas que possuem servirão para desenvolver atividades de grande utilidade.

O tempo dirá se a liderança que adquiriram serviu para o bem ou para o mal.

2. A influência que exercem é pelas duas fôrças — a fôrça econômica e a fôrça das armas. Mas não surgirá uma terceira potência capaz de anular essas duas?

Parece não haver essa possibilidade.

Terceira potência seria uma grande nação que contasse com enorme espaço vital e vigorosa economia. Nessas condições, no tempo presente, só se encontra a Inglaterra (Commonwealth). Mas a Grã-Bretanha não é formada de terras contínuas. Seu espaço vital está separado pelos mares, por oceanos imensos. O que a prejudica, pois pode ser, a um só tempo, atacada em vários pontos.

Outra solução seria a constituição dos Estados Unidos da Europa, isto é, a união de um grupo de países europeus, fora da influência soviética, debaixo de um só govêrno.

Acontece, porém, que a Alemanha Ocidental deveria fazer parte dêsse bloco. A Alemanha tem um potencial econômico invejável e uma capacidade técnica sem rival. Dentro em breve ela se sentiria poderosa no bloco e o dominaria. Seria um elemento perturbador. E ninguém sabe o que adviria dêsse fato, dado o espírito belicoso dos alemães.

Objetar-se-á que a Alemanha poderia ser excluída do bloco logo em sua formação. Mas os outros países da Europa Ocidental têm um acendrado nacionalismo. Dêle não abririam mão. O amor do berço natal seria outro entrave para a realização de qualquer aliança que tivesse por fim anular a liberdade de cada nação, de governar-se por si.

Não se formando uma terceira potência, os dois poderosos continuam em seus postos. E disputam a supremacia do mundo. Ou se harmonizarão? É essa a situação cujo desfecho aguardamos ansiosos.

3. A União Soviética e os Estados-Unidos seguem rumos diversos. A primeira é comunista, a segunda é capitalista. E essas ideologias se repelem.

Não se entendem no terreno econômico, como também nos outros. Se a divergência fôsse só quanto a economia, fácil seria a solução, pois ambos os contendores possuem vastas áreas vitais para expandir-se. Mas há o receio de que os adeptos de um passem para as fileiras do outro. A "Cortina de ferro" que a União Soviética estendeu à sua volta dá bem idéia dêsse receio. Por outro lado os norte-americanos "dão grande importância ao valor da liberdade, mas parecem de uma sensibilidade menos aguda quanto à necessidade de ajuda social", diz Toynbee.

O nível de vida na república ianque é o mais elevado da Terra. Mas o resto do mundo conhece atualmente muita miséria e até fome. É preciso que os povos ricos ajudem os povos pobres,

para que os ricos não sejam tão ricos e os pobres sejam menos pobres. Ou, em outras palavras, para que o homem chegue a um nível econômico compatível com a dignidade humana.

4. Nesse quadro complexo da vida mundial, o Brasil tem posição definida. Sob o ponto de vista ideológico, está com o capitalismo. Esta é a doutrina dos povos do Ocidente, a que pertencemos pela nossa origem e pela nossa tradição cultural. No plano econômico somos um país subdesenvolvido porque ainda não conseguimos equilíbrio entre a população e a produção.

Tivemos, em nossa curta existência, de resolver dois dos mais difíceis problemas da vida: primeiro a penetração econômica de uma região inteiramente selvagem; segundo — buscar uma base econômica para manter o homem nesse meio hostil, cheio de tropeços de tôda ordem, e com os parcos recursos que, por nós sós, conseguimos obter, sem auxílio e riqueza fácil.

Os nossos dirigentes — os políticos, os educadores, os engenheiros, os industriais, os sindicalistas, os sacerdotes, os jornalistas, todos enfim, buscaram a solução ou as soluções cabíveis para os magnos problemas nacionais, mas apenas encontraram meios parciais para debelar os males. E como êstes se agravassem de dia para dia o que hoje era solução boa amanhã não mais servia. As soluções duradouras ou perenes não se encontravam a nosso alcance. E ainda hoje não foram achadas.

Contudo não desanimamos e vamos pondo em prática o que nos é possível.

Outros povos têm também lutado como nós. E têm descoberto soluções que nos servem ou pelo menos nos esclarecem com seus resultados. Disso nos temos socorrido para nossos exames, estudos e experiências.

Um de nossos mais graves problemas é o da integração da vida rural na população em geral. Seus problemas são imensos e graves. Buscamos saber o que outros povos fizeram a respeito para ver se suas experiências nos serviriam.

Foi por êsse motivo que estudamos as seguintes soluções: a do México, que aplicou os "Egidos"; a do Egito, que pôs em

prática os "Centros Sociais Rurais"; a do Ceilão, que criou as "Sociedades de Desenvolvimentos Sociais Rurais"; a da Birmânia, onde se desenvolvem as "Equipes de Desenvolvimento"; a do Paquistão, onde existem as "Ajudas aos Centros Rurais".

São, porém, povos diversos do nosso, com condições econômicas e sociais diversas das nossas. E, por isso, buscamos uma solução nossa, própria para nossas circunstâncias especiais.

Qual o plano, não podemos dizê-lo, pois não foi revelado em sua íntegra. Parece, porém, que iremos realizar em etapas um desenvolvimento geral com o fito de dar ao país o equilíbrio entre a sua população e a sua produção, caminho para o equilíbrio mental geral, para a consciência nacional de nosso valor.

O Presidente Juscelino desenvolveu, ao que parece, a primeira etapa do plano. Seu programa foi o binômio — estradas e transportes. Estradas para chegar aos centros produtores, transportes para levar os produtos.

E isso êle realizou plenamente. Em Brasília cruzam-se duas das múltiplas estradas que êle abriu. A Belém-Brasília-Rio de Janeiro ali se encontra com a Manaus-Acre-Brasília-Belo Horizonte-São Paulo-Rio Grande do Sul.

A outra parte foi o transporte. Várias das mais notáveis fábricas de automóveis do mundo passaram a produzir aqui, dando-nos carros para tôdas as espécies de transporte.

Se o govêrno seguinte cuidar do outro binômio — capital e produção, teremos vencido a maior parte de um plano seguro para o reerguimento do Brasil. Capital para financiar a produção, produção para dar alimento e dinheiro ao povo.

A nossa atitude para com o mundo tem sido de duas naturezas — ajudante e ajudado. Como ajudante temos enviado para todo o orbe os produtos tropicais de que êle tem tido necessidade, principalmente açúcar, café, algodão, cacau, borracha... Como ajudado, tem o Brasil, recebido de fora principalmente braços e idéias, além de alguns produtos que ainda não pudemos obter com nossa atividade.

Assim trigo e máquinas nos têm vindo de outros países bem como mão-de-obra e técnicos. No capítulo das idéias é grande a contribuição exótica para nossa prosperidade, por meio de livros, professôres e congressos.

Está, pois, o Brasil, integrado na comunhão universal, ajudando e sendo ajudado. E espera assim continuar, contribuindo, para a prosperidade da raça humana sôbre o planêta.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA PRADO (J. I.) — *Primeiros Povoadores do Brasil*, São Paulo, C.E.N., 369 págs.

ALMEIDA PRADO (J. I.) — *O Brasil e o Colonialismo Europeu*, São Paulo, C.E.N., 484 págs.

ALMEIDA PRADO (J. I.) — *Capitanias do Centro*, São Paulo, C.E.N., 3 vols.

AMARAL (Luís) — *História Geral da Agricultura Brasileira*, São Paulo, C.E.N., 2 vols.

AMARAL (Luís) — *Outro Brasil*, São Paulo, Eco. Lit., 263 págs.

ANDRADE (Almir) — *Formação da Sociologia Brasileira*, Rio, José Olímpio, 2 vols.

ASSIS MOURA (Gentil) — *Os Bandeirantes Paulistas*, Rio, Primeiro Congresso de História, 1.º vol. dos Anais.

AZEVEDO (Fernando de) — *Canaviais e Engenhos*, Rio, I.A.A., 243 págs.

AZEVEDO (Fernando de) — *Cultura Brasileira*, São Paulo, C.E.N., 567 págs.

BALDUS (Herbert) — *Ensaio de Etnografia Brasileira*, São Paulo, C.E.N., 278 págs.

BARBOSA LIMA SOBRINHO — *Pernambuco e o São Francisco*, Recife, Imprensa Oficial, 214 mais LXXXVI.

BARBOSA (Rui) — *O Marquês de Pombal*, Rio, Simões, 79 págs.

BARROS (Francisco Borges de) — *Novas Documentações para a História da Colonização*, Bahia, Imprensa Oficial, 284 págs.

BARROS LATIF (M.) — *As Minas Gerais*, Rio, A Noite, 208 págs.

BATISTA PEREIRA (A.) — *O Brasil e a Raça*, São Paulo, Livraria Acadêmica, 129 págs.

BATISTA PEREIRA (A.) — *A Formação Espiritual do Brasil*, São Paulo, Livraria Acadêmica, 149 págs.

BATISTA (José Luís) — *História das Entradas*, Primeiro Congresso de História Nacional, Rio, 1.º vol. dos Anais.

BELO (José Maria) — *História da República*, Rio, Civilização Brasileira, 264 págs.

BELO (José Maria) — *Inteligência no Brasil*, São Paulo, C.E.N., 270 págs.

BERLINCK (E. L.) — *Fatôres Adversos da Formação Brasileira*, São Paulo, 368 págs.

BEZERRA DE FREITAS — *Fontes da Cultura Brasileira*, Pôrto Alegre, Globo, 191 págs.

BRAND (Dr. B.) — *Geografia cultural do Brasil*, in *Boletim Geográfico*, 1948, ns. 16 a 23.

BRITO (Lemos) — *A Gloriosa Sotaina do Primeiro Reinado*, São Paulo, C.E.N., 346 págs.

BROCHADO (J. I. O.) — *A Lição do Brasil*, Portugal, Lisboa, 183 págs.

CALMON (Pedro) — *Casa da Tôrre*, Rio, José Olímpio, 251 págs.

CALMON (Pedro) — *História da Civilização Brasileira*, São Paulo, C.E.N., 343 págs.

CALMON (Pedro) — *História do Brasil*, São Paulo, C.E.N., 5 vols.

CALMON (Pedro) — *História Social do Brasil*, São Paulo, C.E.N., 3 vols.

CALMON (Pedro) — *Os Segredos das Minas de Prata*, Rio, A Noite, 181 págs.

CALÓGERAS (Pandiá) — *Res Nostra*, São Paulo, Irmãos Ferraz, 290 págs.

CALÓGERAS (Pandiá) — *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, C.E.N., 478 págs.

CÂMARA CASCUDO (Luís) — *Geografia do Brasil Holandês*, Rio, José Olímpio, 305 págs.

CAMPOS (Francisco) — *Educação e Cultura*, Rio, José Olímpio, 202 págs.

CAMPOS (Francisco) — *O Estado Nacional*, Rio, José Olímpio, 257 págs.

CARDOSO (V. Licínio) — *À Margem da História do Brasil*, São Paulo, C.E.N., 430 págs.

CARNEIRO LEÃO — *Panorame Sociologique du Brésil*, Paris, Presses Universitaires, 180 págs.

CAPISTRANO DE ABREU (João) — *O Descobrimento do Brasil*, Soc. Capistrano de Abreu, Rio, 349 págs.

CAPISTRANO DE ABREU (João) — *Capítulo da História Colonial*, Rio, Briguiet, 250 págs.

CORTESÃO (Jaime) — *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio, 360 págs.

CORTESÃO (Jaime) — *A Expedição de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Ailaud, 325 págs.

COSTA (Angyone) — *Introdução à Arqueologia Brasileira*, São Paulo, C.E.N., 348 págs.

CUNHA (Euclides da) — *À Margem da História*, Pôrto, Chardron, 400 págs.

CUNHA (Euclides da) — *Os Sertões*, Rio, Alves, 643 págs.

CRUZ COSTA — *A Filosofia no Brasil*, Pôrto Alegre, Globo, 177 págs.

CRUZ COSTA — *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio, José Olímpio, 484 págs.

DORNAS FILHO (João) — *Silva Jardim*, São Paulo, C.E.N., 340 págs.

DORNAS FILHO (João) — *Capítulos da Sociologia Brasileira*, Rio, Simões, 250 págs.

ELLIS (Alfredo) — *Meio Século de Bandeirismo*, São Paulo, Boletim da Faculdade de Filosofia da USP, vol. 1.º, 219 págs.

FARIA (Alberto) — *Mauá*, São Paulo, C.E.N., 526 págs.

FIDELINO DE FIGUEIREDO — *Últimas Aventuras*, Rio, A Noite, 390 págs.

FREITAS (Afonso A. de) — *Distribuição das Tribos Indígenas na Época do Descobrimento*, Tese, Primeiro Congresso de História Nacional, Rio, 1.º vol. dos Anais.

FREYRE (Gilberto) — *Casa Grande & Senzala*, Rio, José Olímpio, 2 vols.

FREYRE (Gilberto) — *Sobrados e Mocambos*, Rio, José Olímpio, 3 vols.

FREYRE (Gilberto) — *Ordem e Progresso*, Rio, José Olímpio, 2 vols.

FREYRE (Gilberto) — *Uma Cultura Ameaçada*, Rio, Casa do Estudante, 103 págs.

FREYRE (Gilberto) — *Problemas Brasileiros de Antropologia*, Casa do Estudante, Rio, 208 págs.

FREYRE (Gilberto) — *Conferências na Europa*, Rio, Ministério de Educação, 112 págs.

GALANTE (Pedro Rafael) — *História do Brasil*, São Paulo, Duprat, 5 vols.

GARCIA (Rodolfo) — *Ensaio sôbre a História Política e Administrativa do Brasil*, Rio, José Olímpio, 298 págs.

GONÇALVES DE MELO (J. A.) — *No Tempo dos Flamengos*, Rio, José Olímpio, 305 págs.

GONTIJO DE CARVALHO — *Homens e Coisas do Brasil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 142 págs.

GOULART (Maurício) — *Escravidão Africana no Brasil*, São Paulo, Martins, 300 págs.

GRIECO (A.) — *Amigos e Inimigos do Brasil*, Rio, José Olímpio, 320 págs.

GUSTAVO BARROSO — *Quinas e Castelos*, São Paulo, Editôra Panorama, 231 págs.

HOLANDA (Sérgio Buarque de) — *Raízes do Brasil*, Rio, José Olímpio, 176 págs.

HOLANDA (Sérgio Buarque de) e Outros — *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, vol. I, 239 págs.

HOLANDA (Sérgio Buarque de) — *Monções*, Rio, Casa do Estudante, 255 págs.

JOAQUIM RIBEIRO — Capítulos Inéditos da História do Brasil, Rio, Simões, 184 págs.

JORGE (N. H.) — *Catequese e Civilização dos Índios do Brasil*, São Paulo, Mari & Monti, 75 págs.

LEBRET (L. J.) — *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente*, São Paulo, Liv. Duas Cidades, 390 págs.

LEITE (Aureliano) — *O Cabo Maior dos Paulistas na Guerra dos Emboabas*, São Paulo, Martins, 200 págs.

LEITE (Duarte) — *Os Falsos Precursores de Cabral*, Lisboa, Portugalia, 310 págs.

LEITE (Serafim) — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio, Portugalia, 10 vols.

LEMOS BRITO — *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*, São Paulo, C.E.N., 552 págs.

LIMA JÚNIOR (Augusto de) — *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imp. Of., 291 págs.

LIMA JÚNIOR (Augusto de) — *Pequena História da Inconfidência Mineira*, Belo Horizonte, Ed. do Autor, 340 págs.

LIMA JÚNIOR (Augusto de) — *A Capitania de Minas Gerais*, Rio, Valverde, 329 págs.

LINTON (Ralph) — *Estudio del Hombre*, México, Fondo de Cultura, 483 págs.

LIRA (Heitor) — *História de D. Pedro II*, São Paulo, C.E.N., 3 vols.

LOBATO FILHO — *As Duas Batalhas dos Guararapes*, Rio, D.N.P., 33 págs.

LÔBO (E. M. L.) — *Administração Luso-Espanhola na América*, Rio, Comp. Artes Gráficas, 444 págs.

LOURENÇO FILHO (M. B.) — *Pedagogia de Rui*, São Paulo, Melhoramentos, 128 págs.

MACHADO (Alcântara) — *Vida e Morte do Bandeirante*, São Paulo, Martins, 236 págs.

MACHADO FILHO (Aires da Mata) — *O Arraial do Tejuco*, São Paulo, Martins, 306 págs.

MACHADO FILHO (Aires da Mata) — *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*, Rio, José Olímpio, 138 págs.

MADUREIRA (J. M. de) — *A Liberdade dos Índios*, Rio, Imprensa Nacional, 28 págs.

MAGALHÃES (Basílio) — *Expansão Geográfica do Brasil*, Primeiro Congresso de História Nacional, Rio, 2.º vol. dos Anais.

MAGALHÃES JÚNIOR (R.) — *Três Planfletários do Segundo Reinado*, São Paulo, C.E.N., 237 págs.

MAGALHÃES JÚNIOR (R.) — *Deodoro*, São Paulo, C.E.N., 2 vols.

MAGALHÃES JÚNIOR (R.) — *O Império em Chinelas*, São Paulo, C. Civilização Brasileira, 314 págs.

MALHEIRO DIAS (Carlos) — *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, (Por êle coordenada), Pôrto, Litografia Nacional, 3 vols.

MALHEIROS (Perdigão) — *A Escravidão no Brasil*, Rio, 3 vols.

MANGABEIRA (Otávio) — *Rui, o Estadista da República*, Rio, José Olímpio, 318 págs.

MARITAIN (Jaques) — *Religion et Culture*, Rio, Atlântica, 38 págs.

MARTINS (Luís) — *O Patriarca e o Bacharel*, São Paulo, Martins, 228 págs.

MATOS (Aníbal) — *A Pré-História Brasileira*, São Paulo, C.E.N. 257 págs.

MELO FRANCO (Afonso Arinos de) — *Conceito de Civilização Brasileira*, São Paulo, C.E.N., 280 págs.

MELO FRANCO (A. A. de) — *Um Estadista da República*, Rio, José Olímpio, 3 vols.

MELO FRANCO (A. A. de) — *Liberdade de Imprensa*, Rio, José Olímpio, 178 págs.

MORAIS (Evaristo) — *Da Monarquia para a República*, Rio, Atena, 257 págs.

MORAIS (José Maria de) — *Nóbrega*, Rio, Imprensa Nacional, 275 págs.

MORAIS RÊGO — *O Vale do São Francisco*, São Paulo, Edições Renascença, 248 págs.

NABUCO (Joaquim) — *Um Estadista do Império*, São Paulo, C.E.N., 2 vols.

NABUCO (Joaquim) — *O Abolicionismo*, São Paulo, C.E.N., 356 págs.

NETSCHER (P. M.) — *Os Holandeses no Brasil*, São Paulo, C.E.N., 289 págs.

OLIVEIRA LIMA (M.) — *D. João VI no Brasil*, Rio, José Olímpio, 2 vols.

OLIVEIRA LIMA (M.) — *O Império Brasileiro*, São Paulo, Melhoramentos, 250 págs.

OLIVEIRA LIMA (M.) — *Formação Histórica na Nacionalidade Brasileira*, Rio, Leitura, 289 págs.

OLIVEIRA LIMA (M.) — *A Evolução Brasileira Comparada*, Rio, Garnier, 277 págs.

OLIVEIRA VIANA (F. J.) — *Instituições Políticas Brasileiras*, Rio, José Olímpio, 2 vols.

OLIVEIRA VIANA (F. J.) — *Evolução do Povo Brasileiro*, São Paulo, C.E.N., 349 págs.

OLIVEIRA VIANA (F. J.) — *Pequenos Estudos de Psicologia Social*, São Paulo, Revista do Brasil, 207 págs.

OLIVEIRA VIANA (F. J.) — *O Ocaso do Império*, São Paulo, Melhoramentos, 212 págs.

OLIVEIRA VIANA (F. J.) — *Raça e Assimilação*, São Paulo, C.E.N., 287 págs.

PEIXOTO (Afrânio) — *História do Brasil*, São Paulo, C.E.N., 343 págs.

PINTO (Estêvão) — *Etnologia Brasileira*, São Paulo, C.E.N., 305 págs.

PRADO JÚNIOR (Caio) — *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 389 págs.

PRADO JÚNIOR (Caio) — *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 276 págs.

PRADO JÚNIOR (Caio) — *Evolução Política do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 180 págs.

PRADO (Paulo) — *Retrato do Brasil*, São Paulo, José Olímpio, 235 págs.

PRATA (Ronulfo) — *O Teatro no Brasil*, Santos, Escolástica Rosas, 63 págs.

RAJA GABAGLIA (F. A.) — *Fronteiras do Brasil*, Rio, Jornal do Comércio, 432 págs.

RANGEL (Alberto) — *Rumos e Perspectivas*, São Paulo, C.E.N., 327 págs.

RICARDO (Cassiano) — *Marcha para Oeste*, Rio, José Olímpio, 2 vols.

RICARDO (Cassiano) — *O Brasil no Original*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 291 págs.

RODRIGUES (J. H.) — *Teoria da História do Brasil*, São Paulo, Iope, 355 págs.

RODRIGUES (J. H.) — *Notícia de Vária História*, Rio, Liv. São José, 243 págs.

RODRIGUES (J. H.) — *Civilização Holandesa no Brasil*, São Paulo, C.E.N., 404 págs.

SALGADO (Plínio) — *Obras Completas*, vários vols.

SALVADOR (Frei Vicente do) — *História do Brasil*, Rio, Leuzinger, 281 págs.

SANTA ROSA (Henrique) — *A Depressão Amazônica e seus Exploradores*, Tese, Primeiro Congresso de História, 1.º vol.

SAUCEAU (Eliene) — *O Caminho das Índias*, Pôrto, Civilização Editôra, 274 págs.

SCHMIDT (W.) — *Etnografia Sul-Americana*, São Paulo, C.E.N., 245 págs.

SIMONSEN (Roberto) — *História Econômica do Brasil*, São Paulo, C.E.N., 2 vols.

SODRÉ (N. W.) — *Introdução à Revolução Brasileira*, Rio, José Olímpio, 257 págs.

SODRÉ (N. W.) — *Formação da Sociedade Brasileira*, Rio, José Olímpio, 338 págs.

SODRÉ (N. W.) — *Oeste*, Rio, José Olímpio, 202 págs.

SODRÉ (N. W.) — *Orientação do Pensamento Brasileiro*, Rio, Vecchi, 190 págs.

SOUSA (Otávio Tarquínio de) — Diogo Antônio Feijó, Rio, José Olímpio, 332 págs.

SOUSA (O. T. de) — *História de Dois Golpes de Estado*, Rio, José Olímpio, 223 págs.

SOUSA (O. T. de) — *Vida de D. Pedro I*, Rio, José Olímpio, 3 vols.

TAUNAY (A. D'E.) — *História Geral das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, 1924, 36, 11 vols.

TAVARES DE LIMA (R.) — *Vida e Época do Padre José Maurício*, São Paulo, Liv. Elo, 73 págs.

TEIXEIRA MENDES (R.) — *Biografia de Benjamin Constant*, Rio, A.P.B., 2.

TEODORO SAMPAIO — *Os Naturalistas Viajantes dos Séculos XVIII e XIX*, Tese, Primeiro Congresso de História, 1.º vol.

TÔRRES (J. C. de Oliveira) — *O Homem e a Montanha*, Belo Horizonte, Cultura Brasileira, 191 págs.

TÔRRES (J. C. de Oliveira) — *Democracia Coroada*, Rio, José Olímpio, 468 págs.

TOYNBEE (A. J.) — *Civilização Posta à Prova*, São Paulo, C.E.N., 250 págs.

TOYNBEE (A. J.) — *Helenismo*, Rio, Zahar, 228 págs.

TRISTÃO DE ATAÍDE — *Política*, Buenos-Aires, 198 págs.

UNESCO — *Reforma de los Manuales Escolares*, Paris, Lahure, 178 págs.

VALE (J. Rodrigues do) — *Formação da Raça Brasileira*, Rio, Clássica Editôra, 127 págs.

VASCONCELOS (Diogo) — *História Antiga das Minas Gerais*, Rio, Imprensa Nacional, 2 vols.

VASCONCELOS (Diogo) — *História Média das Minas Gerais*, Rio, Imprensa Nacional, 354 págs.

VIANA (Ataliba) — *Gente sem Raça*, São Paulo, C. E. N., 303 págs.

VIANA (Hélio) — *Formação Brasileira*, Rio, José Olímpio, 258 págs.

VIANA MOOG — *Bandeirantes e Pioneiros*, Pôrto Alegre, Globo, 413 págs.

VIANA MOOG — *Uma Interpretação da Literatura Brasileira*, Rio, Casa do Estudante, 80 págs.

Artigos de várias revistas e jornais dentre os quais os seguintes — revistas *Anhembi* e *Sociologia* de São Paulo, *Revista de História*, da Faculdade de Filosofia da USP, *Revue Historique*, de Paris (Presses Universitaires); e jornais *O Estado*, a *Fôlha*, o *Diário* todos de São Paulo e o *Jornal do Comércio* do Rio.

Ana Maria Camargo

LEHAD História USP

★

Este livro foi composto e impresso nas oficinas gráficas de SARAIVA S. A., *a Rua Sampson, 265, São Paulo (Brasil), em abril de mil novecentos e sessenta e um, 407º Ano da Fundação da Cidade de São Paulo.*

★

mente os critérios educacionais e influir sadiamente na formação de nossa juventude."

BRÁULIO PEDROSO

★

"E realizaram, efetivamente, obra notável e originalíssima, entre nós."

LUÍS MARTINS

★

"Um grande livro, que precisa ser imediatamente usado nas escolas..."

WALTER NOGUEIRA DA SILVA

★

"Figuram nas páginas da antologia os nomes mais destacados da poesia brasileira, antiga ou contemporânea, tendo sido muito feliz, e feita com muito apuro, a escolha dos temas por parte dos organizadores. Resultou do trabalho realizado um livro que não interessa exclusivamente à infância, mas também aos adultos, não só pela reedição de versos verdadeiramente antológicos, como ainda pelas notas biográficas dos autores selecionados. Em algumas dessas notas encontramos informações valiosas, facultando um conhecimento mais amplo e melhor dos poetas nacionais."

MANUEL MOREYRA

★

"... o esplêndido trabalho de Cassiano Nunes e Mário da Silva Brito... deveria ir ter a mãos de mestres e pais, como chave mágica para o reino da Poesia, a fim de que êles a dessem a seus alunos e filhos, pondo-os em contacto com os poemas autênticos..."

NAIR LACERDA

★

SARAIVA S. A. — LIVREIROS EDITÔRES
SÃO PAULO

SARAIVA S. A. LIVREIROS EDITÔRES

47 ANOS DE EXPERIÊNCIA E DE TRABALHO EM PROL DA CULTURA

DEPARTAMENTO EDITORIAL - **Rua Fortaleza, 53**
VAREJO: LIVRARIA ACADÊMICA - **Largo do Ouvidor, 28**
OFICINAS GRÁFICAS - **Rua Sampson, 265**
End. Tel.: "ACADÊMICA" - **S. PAULO - Caixa Postal 2.362**